



**UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION
DIRECCION DE POSTGRADO
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS E DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN EDUCACION**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA SESI
UNIDADE ROBERTO EGYDIO DE AZEVEDO LOCALIZADA EM RECIFE, PE-
BRASIL**

Saulo de Lucena Melo

“Saulo de Lucena Melo” <saulo.lucena.melo@gmail.com>

Assunción, Paraguay

2019

Saulo de Lucena Melo

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA SESI
UNIDADE ROBERTO EGYDIO DE AZEVEDO LOCALIZADA EM RECIFE, PE-
BRASIL**

Tese apresentada, defendida e aprovada para curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Clara Roseane da S. A. Mont'Alverne

Asunción, 2019

Saulo de Lucena Melo

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA SESI UNIDADE ROBERTO EGYDIO DE AZEVEDO LOCALIZADA EM RECIFE/PE-BRASIL.

Asunción (Paraguay)

Tutor: Prof. Dra. Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne

Tese de Mestrado em Ciências da Educação, p. 157 – UAA, 2019.

Palavras-chave: 1. Educação Financeira 2. Empreendedorismo 3. Alfabetização Financeira 4. Estratégias para Educação Financeira 5. Vida e Finanças.

Saulo de Lucena Melo

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA SESI
UNIDADE ROBERTO EGYDIO DE AZEVEDO LOCALIZADA EM RECIFE, PE-
BRASIL**

Esta tese foi avaliada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação, pela
Universidade Autónoma de Asunción- UAA

Dedicatória

Aos meus alunos que são a razão de minhas reflexões sobre uma educação melhor e por serem o motivo de me levantar cedo todos os dias úteis e querer dar o melhor de mim.

Aos meus professores de toda vida, por me inspirarem a mais nobre das profissões.

A minha orientadora, Clara, pelo incrível discernimento e apoio desde que aceitou me conduzir neste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À vida pela sabedoria em conduzir tudo e todos às leis inexoráveis de evolução.

À minha mãe, dona Solange que não me deixava perder as aulas matinais, mesmo depois de um expediente noturno no pequeno negócio da família e me agradava com a bananinha preparada do jeito que gosto.

Ao meu pai, Carlos por me ensinar a importância do trabalho.

Ao Carlos Henrique que nos últimos anos tem sido meu melhor amigo e meu parente mais importante.

A minha filha, Ana Clara que chegou e mudou minha forma de ver a vida desde o primeiro dia.

A minha sogra, Ana Maria, se tornou outra mãe para mim.

A minha cunhada, Ana Carla por ser irmã, amiga e tudo o mais que alguém precise na vida.

A Deus, a Virgem de Nazaré, ao se filho Jesus, aos orixás de Umbanda, aos meus guias e mentores espirituais que tem me sustentado.

Obrigado.

“A bondade desviada provoca indisciplinas e quedas”.

André Luiz, por Chico Xavier

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	X
LISTA DE FIGURAS	XI
LISTA DE TABELAS	XII
RESUMO	XIII
RESUMEN	XIV
ABSTRACT	XV
INTRODUÇÃO.....	01
1-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
1. DA EDUCAÇÃO TRIBAL À EDUCAÇÃO FINANCEIRA	14
1.1 Breve histórico da educação	17
1.2 A educação no contexto brasileiro: uma análise cronológica.....	17
1.3 Educação Financeira	21
1.4 Alfabetização Financeira versus Educação Financeira.....	33
1.5 Órgãos internacionais para Educação Financeira	35
1.6 Experiencia internacional com as práticas da Educação Financeira.....	40
1.6.1 Educação Financeira nos Estados Unidos.....	42
1.6.2 Educação Financeira no Reino Unido.....	47
1.7 Educação Financeira no Brasil	48
1.8 Estatísticas para Educação Financeira no Brasil.....	55
1.9 Práticas da Educação Financeira da Escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo em Recife, Pernambuco- Brasil.	59
1.9.1 Formação docente	63
1.9.2 Currículo para Educação Financeira	64
2- MARCO METODOLÓGICO	67
2.1. Fundamentação Metodológica.....	67
2.2 Problematização da Pesquisa	68
2.3 Objetivos da Pesquisa	69
2.3.1 Objetivo Geral.....	69
2.3.2 Objetivos Específicos.....	70
2.4 Cronograma da Pesquisa	71
2.5 Desenho Metodológico	72
2.6 Contexto Socioeconômico da Pesquisa	77

2.6.1 Delimitação da Pesquisa	80
2.7 Participantes da Pesquisa	87
2.7.1 Gestão Escolar.....	87
2.7.2 Supervisão Escolar	87
2.7.3 Professora de Empreendedorismo.....	88
2.7.4 Alunos	88
2.8 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados	89
2.8.1 Questionário Aberto.....	90
2.8.2 Entrevista estruturada.....	92
2.9 Procedimentos para Coleta de Dados	92
2.10 Técnicas para Análise e Interpretação de Dados	93
2.10.1 Revisar o Material	95
2.10.2 Estabelecer um Plano de Trabalho Inicial.....	95
2.10.3 Codificar Dados Primários.....	96
2.10.4 Codificar Dados Secundários.....	96
2.10.5 Interpretar Dados.....	97
2.10.6 Assegurar a Confiabilidade e Validade dos Resultados.....	98
2.10.7 Responder, Corrigir e Voltar a Campo	98
3- ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	99
3.1 Avaliação do nível de consciência financeira dos alunos e seus familiares	100
3.1.1 O que dizem a gestão, a supervisão pedagógica e a professora de Empreendedorismo sobre o nível de consciência financeira dos alunos/familiars	101
3.1.2 O que sabem os alunos sobre Educação Financeira.....	102
3.1.3 O Uso da caderneta de poupança e outras formas de investimentos/ aplicações financeiras pelas famílias/alunos	103
3.1.4 A importância da mesada na Educação Financeira.....	105
3.2 Apresentar a metodologia aplicada para a Educação Financeira proposta no currículo escolar.....	106
3.2.1 O que dizem a gestão, supervisão e professora de Empreendedorismo sobre a inserção da Educação Financeira no currículo escolar	107
3.2.2 Critérios para escolha do corpo docente da disciplina voltada para a Educação Financeira	108
3.2.3 Competências desenvolvidas por meio da Educação Financeira.....	110

3.2.4 Atividades escolares para a Educação Financeira envolvendo a família.....	112
3.3 Investigar as estratégias didáticas aplicadas a Educação Financeira no cotidiano escolar	112
3.3.1 Estratégias didáticas para o desenvolvimento das competências em Educação Financeira	114
3.3.2 Atividades escolares para a Educação Financeira.....	115
3.4 Verificar contribuições da escola no planejamento financeiro dos alunos e de seus familiares ao longo do processo de formação.....	116
3.4.1 Objetivos logrados em Educação Financeira segundo a gestão, supervisão pedagógica e professora de Empreendedorismo	118
3.4.2 Intenção poupadora dos alunos ao final do Ensino Médio na Escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo	119
3.4.3 Conhecimentos sobre aplicações financeiras	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
RECOMENDAÇÕES.....	130
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICES	141

LISTA DE ABREVIATURAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEE	Conselho de Educação Econômica
CEP	Código de Endereçamento Postal
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EBEP	Educação Básica com Ensino Profissionalizante
ENEF	Estratégia Nacional para Educação Financeira
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FIEPE	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
GAP	Grupo de Apoio Pedagógico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHm	Índice de Desenvolvimento Humano por Município
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
INFE	International Network on Financial Education
IPEA	Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada
LDB	Leis e Diretrizes de Base da Educação
MEC	Ministério da Educação
NEFE	Nacional Endowment for Financial Education
OCDE	Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico
OFE	Office of Financial Education (Escritório de Educação Financeira)
PACFL	President's Advisory Council on Financial Literacy
PIB	Produto Interno Bruto
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
S&P	Standard and Poor's
SD	Sem Data
SDs	Situações Didáticas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesi	Serviço Social da Indústria
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
U.S.	United States
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Volume

W.W.W Worl Wide Web

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Desenho Geral do Processo de Investigação	11
FIGURA 2	Representação da implantação de uma missão jesuítica	19
FIGURA 3	Endividamento das famílias – Dívida sobre a renda de 12 meses em percentuais	23
FIGURA 4	Propostas de repercussão da Educação Financeira	34
FIGURA 5	Resultados da pesquisa em conceitos financeiros em economias Avançadas	37
FIGURA 6	Variação global em Educação Financeira -% de adultos que possuem Educação Financeira	38
FIGURA 7	Larga variação em Educação Financeira mundial- % de adultos que possuem Educação Financeira	39
FIGURA 8	Ciclos da vida financeira	41
FIGURA 9	Proposta da Educação Financeira Brasileira	54
FIGURA 10	Endividamento das famílias brasileiras	56
FIGURA 11	Iniciativas brasileiras para Educação Financeira	57
FIGURA 12	Financiamento da Educação Financeira no Brasil	58
FIGURA 13	Concentração Regional das Ações em Educação Financeira	59
FIGURA 14	Desenho metodológico	73
FIGURA 15	Modelo conceitual para abordagem qualitativa	75
FIGURA 16	Localização geográfica do estado de Pernambuco	78
FIGURA 17	Brasil – IDHm 2010	79
FIGURA 18	Mesorregiões de Pernambuco	80
FIGURA 19	Localização escolar – Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo	81
FIGURA 20	Faixa da Escola Sesi Ibura – Unidade Roberto Egydio de Azevedo	82
FIGURA 21	Vista parcial do contexto urbano da Escola Sesi Ibura Unidade Roberto Egydio de Azevedo	83
FIGURA 22	Organograma do Sesi no estado de Pernambuco	86
FIGURA 23	Esquema de Análise e Interpretação de Dados	94

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Características comportamentais da criança e do adolescente com o Dinheiro	28
TABELA 2	Modelo Sinótico para módulos e Educação Financeira	30
TABELA 3	Quatro questões fundamentais para orientar tomada de decisões Financeiras	36
TABELA 4	Relação entre objetivos e competências da Educação Financeira no Brasil	52
TABELA 5	Estrutura dos blocos do material didático de Educação Financeira no Brasil	53
TABELA 6	Competências e habilidades em empreendedorismo propostos pelo currículo na Escola Sesi Ibura Unidade Roberto Egydio de Azevedo para Educação Financeira no Ensino Médio	64
TABELA 7	Questões Investigativas para Objetivos Específicos	70
TABELA 8	Cronograma de Atividades – ano 2018	72
TABELA 9	Turmas do Ensino Médio da Escola Sesi Ibura Unidade Roberto Egydio de Azevedo em 2018	84
TABELA 10	Turmas do Ensino Fundamental da Escola Sesi Ibura Roberto Egydio de Azevedo em 2018	84
TABELA 11	Escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo: Missão, Visão e Valores	85
TABELA 12	Participantes da investigação	88
TABELA 13	Instrumentos de coleta de dados nas pesquisas qualitativa	90

RESUMO

A presente tese analisa as práticas pedagógicas para educação financeira na Escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo localizada em Recife/PE, com base em seu currículo voltado para este fim no Ensino Médio. Foi estruturada e embasada na seguinte questão problema: De que modo a Educação Financeira pode promover mudanças em uma sociedade e como a escola pode atuar neste processo como agente de transformação? O trabalho é justificado diante da necessidade de desenvolver pessoas capazes de atuar em um mercado cada vez mais excludente, em que as tecnologias se renovam numa velocidade cada vez maior demandando a capacidade de o indivíduo se reciclar constantemente para que consiga permanecer em contato com os meios de comunicação social e empresarial, além de lidar com as linhas de crédito oferecidas a uma população que não está preparada para gerir suas finanças e acabam se endividando e comprometendo não só a renda familiar, como também a confiança do mercado. O objetivo geral da pesquisa é analisar as contribuições da educação financeira na escola SESI – Unidade Roberto Egydio de Azevedo para o desenvolvimento da consciência financeira no educando. Para responder a esse propósito, foram traçados os seguintes objetivos específicos: avaliar o nível de consciência financeira dos alunos e seus familiares; apresentar a metodologia aplicada para a educação financeira proposta no currículo escolar; investigar as estratégias didáticas aplicadas a educação financeira no cotidiano escolar; verificar contribuições da escola no planejamento financeiro dos alunos e de seus familiares ao longo do processo de formação. Participaram da investigação: a gestão escolar, a supervisão pedagógica, a professora da disciplina específica para educação financeira e alunos concluintes do Ensino Médio na escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo, em Recife/PE. Para a realização deste trabalho adotou-se a pesquisa descritiva, transversal, com enfoque qualitativo. Para coleta de dados foram utilizados como instrumentos, questionários abertos direcionados a cada categoria de participantes. As respostas obtidas foram analisadas individualmente, dentro de cada objetivo específico correspondente as questões, com base no referencial teórico. A presente investigação traz como contribuições subsídios a problematizações que permitam a formulação de novas perguntas, abordagens teórico-metodológicas, assim como novos desenhos de programas que propiciem elementos para dar suporte a atuação dos docentes em disciplinas ligadas ao tema educação financeira, além de apontar estratégias que podem funcionar no trabalho pedagógico voltado para este fim. Ao término da pesquisa pode-se inferir que as metodologias e estratégias utilizadas para educação financeira na escola, apesar de apresentar alguns aspectos que necessitam serem reconsiderados, já registram resultados significativos.

Palavras-Chave: Educação Financeira, Empreendedorismo, Alfabetização Financeira, Estratégias para Educação Financeira; Vida e Finanças.

RESUMEN

La presente tesis analiza las prácticas pedagógicas de quienes forman en educación financiera, en la escuela SESI Unidade Roberto Egydio de Azevedo localizada en Recife/PE, teniendo de referencia el currículum de Enseñanza Media. El problema de investigación se centró en el siguiente planteamiento: ¿De qué modo la educación financiera puede promover cambios en una sociedad y cómo la escuela puede actuar en este proceso como agente de transformación? El trabajo está justificado por medio de la necesidad de desarrollar personas capaces de actuar en mercado cada vez más excluyente, en el cual las tecnologías se renuevan de manera constante para lograr permanecer en contacto con los medios de comunicación social y empresarial, además de que la población está expuesta a recibir líneas de crédito ofrecidas fáciles sin estar preparada para gestionar sus finanzas. El objetivo general de la investigación es analizar las contribuciones de la educación financiera en la Escuela SESI – Unidade Roberto Egydio de Azevedo para el desarrollo de la consciencia financiera en la población estudiantil. Para responder a ese propósito, fueron trazados los siguientes objetivos específicos: evaluar el nivel de consciencia de los alumnos y sus familiares; presentar la metodología aplicada para la educación financiera propuesta en el currículum escolar; investigar las estrategias didácticas aplicadas a la educación financiera en la cotidianidad escolar; verificar las contribuciones de la escuela en la planeación financiera de los alumnos y de sus familiares a lo largo del proceso de formación. Participaron de la investigación: representantes de la gestión escolar, la supervisión pedagógica, la profesora de asignatura específica para la educación financiera y los alumnos próximos a terminar la enseñanza media. Para la realización de este trabajo se adoptó la investigación descriptiva, transversal, con enfoque cualitativo. Para la recolección de datos fueron utilizados como instrumentos, cuestionarios abiertos direccionados a cada categoría de participantes. Las respuestas obtenidas fueron analizadas individualmente, dentro de cada objetivo específico que corresponde a los planteamientos, con base en lo referente a la teoría. La presente investigación trae como contribuciones que permitan la formulación de nuevas preguntas, prácticas teórico-metodológicas, así como nuevos diseños de programas que proporcionen elementos para dar soporte a la participación de los docentes en asignaturas ligadas al tema de educación financiera; además de apuntar estrategias que puedan funcionar en el trabajo pedagógico realizado con este fin. Al término de la investigación se le puede atribuir que las metodologías y estrategias utilizadas para la educación financiera en la escuela, a pesar de presentar algunos aspectos que necesitan ser reconsiderados, ya registran resultados significativos.

Palabras Clave: Educación Financiera, Empreendedorismo, Alfabetización Financiera, Estrategias para Educación Financiera; Vida y Finanzas.

ABSTRACT

The present thesis analyzes the pedagogical practices for financial education in the Sesi Roberto Egydio de Azevedo School located in Recife/PE, based on its curriculum for this purpose in High School. It was structured and based on the following problem question: How can Financial Education promote change in a society and how can the school act in this process as an agent of transformation? The work is justified by the necessity to develop people capable of acting in an increasingly exclusionary market, where technologies are renewed on an ever-increasing speeded manding the capacity of the individual to constantly recycle himself so that he can stay in touch with the social and business communication media, in addition to dealing with the credit lines offered to a population that isn't prepared to manage its finances and become indebted and compromising not only the family income but also the reliability of the market. The general objective of the research is to analyze the contributions of financial education in the SESI - Roberto Egydio de Azevedo Unit for the development of financial conscience in the student. In order to respond to this purpose, the following specific objectives were defined: evaluate the level of financial conscience of students and their relatives; present the applied methodology for financial education proposed in the school curriculum; to investigate the didactic strategies applied to financial education in school daily life; to verify contributions of the school in the financial planning of students and their relatives over the formation process. Participated of the research: the school management, the pedagogical supervision, the specific discipline teacher for financial education and the graduating high school students at the Sesi Roberto Egydio de Azevedo School in Recife/PE. For the accomplishment of this work were adopted the descriptive, transversal research with qualitative approach. For data collection were used as instruments, open questionnaires directed to each category of participants. The answers obtained were analyzed individually, within each specific objective corresponding to the questions, based on the theoretical referential. The present research brings as contributions subsidies to the problematizations that allows the formulation of new questions, theoretical-methodological approaches, as well as new designs of programs that provide elements to support the actions of teachers in disciplines related to the financial education subject, besides pointing out strategies which can work in the pedagogical work directed to that purpose. At the end of the research it can be inferred that the methodologies and strategies used for financial education in school, although presenting some aspects that need to be reconsidered, already registered significant results.

Keywords: Financial Education, Entrepreneurship, Financial Literacy, Strategies for Financial Education; Life and Finance.

INTRODUÇÃO

A presente investigação, intitulada **“Educação Financeira: práticas pedagógicas na escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo Localizada em Recife – PE, Brasil”** propõe uma reflexão sobre a temática da Educação Financeira que é um tema levado a sério em muitos países que já alcançaram um elevado grau de desenvolvimento econômico, por possibilitar a sua população o uso do conhecimento financeiro no planejamento pessoal de gastos cotidianos, previdência privada ou complementar, poupança de recursos e na gestão da carreira profissional e/ou de empreendimentos. Havendo a possibilidade de se fazer um planejamento a curto, médio e longo prazos, as chances dessa população diminuir sua dependência frente às políticas paternalistas do Estado, bem como de viverem de forma mais confortável e com mais qualidade de vida, uma vez que as taxas de endividamento das famílias diminuem substancialmente em um país onde se pratique a Educação Financeira.

Justificativa da Investigação

A escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo localiza-se em Recife, capital do estado de Pernambuco-Brasil e vivencia há alguns anos em seu currículo, a inserção de tópicos referentes a Educação Financeira, de forma específica e não apenas transversal, como se propõe em outras realidades escolares que buscam atender a proposta nacional para a formação financeira dos cidadãos.

O estudo desse tema surge diante da constatação da necessidade de desenvolver pessoas capazes de atuar em um mercado cada vez mais excludente, onde as tecnologias se renovam em uma velocidade cada vez maior demandando a capacidade de o indivíduo se reciclar constantemente para que consiga permanecer em contato com os meios de comunicação social e empresarial, e as linhas de crédito oferecidas a uma população que não está preparada para gerir suas finanças e acabam se endividando e comprometendo não só a renda familiar, como também a confiança do mercado, o que leva ao aumento das taxas internas de juros, gerando um ciclo vicioso, de difícil resolução e que compromete a economia interna, tendo reflexos no modo como o país está posicionado diante da economia global. Um povo endividado, perde qualidade de vida e compromete o setor terciário que

envolve comércio e serviços e de forma elementar, repercute nos setores secundário, que compreende transformação de matérias primas e no primário que abastece, em grande parte o setor secundário

Espera-se verificar por meio desta investigação, se em uma escola onde há um currículo para a Educação Financeira, há pelo menos um indício de que essa situação possa estar sendo revertida. Em uma sociedade de consumo, que desde a infância é ensinado que comprando se resolve problemas, é no ato comercial que se satisfaz necessidades e se proporciona prazer e acalanto, onde as crianças não são conduzidas a compreender a origem do dinheiro e nem os sacrifícios e implicações necessárias para que o mesmo chegue as nossas mãos, torna-se necessária a mudança dessa forma de promover satisfação pessoal, bem como de se conhecer a origem do dinheiro e toda dinâmica no entorno do ato de compra e venda e é dentro dessa problemática, que se espera verificar o modo como o currículo vem sendo trabalhado e se vem mostrando resultados satisfatórios.

A administração do dinheiro vai além de fazê-lo circular no mercado para obtenção de bens e serviços. Consiste em uma ferramenta importante de prover recursos, segurança e conforto ao longo de toda uma vida. O modelo de relação com o dinheiro predominante nas sociedades, não favorece a consciência poupadora e a percepção de que ao longo da vida, o indivíduo tem ritmos diferentes de trabalho e de gastos. Entre estes pode-se citar a aquisição do imóvel residencial próprio, formação e planejamento familiar, até o momento da maturidade onde a aposentadoria obtida por meio do serviço público, não atende as demandas financeiras, e tendem a sofrer mudanças em virtude das novas realidades populacionais, em que a população tem seu número de dependentes cada vez maior, o que demonstra a insustentabilidade do sistema, segundo o governo brasileiro, e a vulnerabilidade cada vez maior das pessoas que futuramente irão compor esse grupo da população. Além de possibilitar toda a organização apresentada nas linhas anteriores, a Educação Financeira visa também desenvolver o hábito de poupar parte dos recursos, e conscientizar sobre a importância deste. Investir e conhecer os fundos de investimento, saber investigar qual a opção mais rentável e menos arriscada diante da vasta disponibilidade de produtos para investimentos tais como: mercado imobiliário, bolsas de valores, caderneta de poupança, títulos do governo entre outros.

O presente estudo torna-se relevante por estar sendo desenvolvido em uma realidade em que os conceitos financeiros e de mercado tenham sido abordados dentro da dinâmica escolar e assim, possibilite identificar as propostas da Educação Financeira que conforme defende, Reis (2014, p. 4):

A Educação Financeira é um processo pelo qual consumidores e investidores adquirem uma melhor compreensão sobre conceitos e produtos financeiros por meio de informações, instruções e orientações objetivas. Com o intuito que estes possam vir a desenvolver habilidades para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros. Numa tentativa de fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda quando necessária, buscando sempre a qualidade de vida dos indivíduos. Portanto, a educação financeira está diretamente ligada ao conceito de cidadania, por indicar um direito de acesso à informação de questões financeiras, tornando cidadãos conscientes, capazes e livres para tomarem decisões para suas vidas.

Historicamente, na sociedade capitalista de consumo em que nos encontramos inseridos, a aquisição de bens sempre esteve associada a satisfação pessoal e a promoção de bem-estar. A educação financeira é uma proposta de munir os indivíduos de uma consciência financeira e de competências capazes de fazê-los mais organizados, de terem seus gastos bem direcionados, de serem menos influenciáveis pelo bombardeio publicitário, e de se planejarem para enfrentar o envelhecimento de maneira mais confortável e segura financeiramente se falando, e dentro desse contexto, a escola assume importante papel em preparar o cidadão para atuar de forma consciente na administração de recursos.

Para as práticas de Educação Financeira, este estudo possui relevante importância pois com base no tema que se objetiva investigar neste trabalho, o qual pretende verificar o nível da educação financeira dos adolescentes e das famílias de um modo geral, bem como a maneira em que se encontra inserida na escola, se propõe considerar estratégias que desenvolvam especificamente as competências necessárias para um bom desempenho e relacionamento com as finanças, o que pode orientar a prática pedagógica de professores para o desenvolvimento das competências necessárias a uma vida financeira saudável.

Para dar suporte a essa proposta, podemos apresentar alguns conceitos que existem para a Educação Financeira, uns mais completos e detalhados, outros mais sucintos e diretos. O que eles possuem em comum no entanto, é o fato de apontar para a capacidade de gerir recursos em diferentes estágios da vida. Um desses conceitos é apresentado por Silva e Powel (2013, p.p. 12-13):

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos

fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem.

Considerando o processo de formação econômica do Brasil, o acesso ao crédito é algo muito recente e a população não estava preparada para lidar com este, o que acabou por gerar uma sociedade endividada e com grande parte de sua renda comprometida no cumprimento do pagamento de dívidas. O uso do crédito rotativo é um bom exemplo. Reúne modalidades que cobram juros muito elevados, como cheque especial e cartão de crédito, costumam surpreender os devedores com o ritmo acelerado em que a dívida cresce, provocando atrasos e inadimplência. O crescente índice de inadimplência no país, gera problemas não mais de ordem pessoal, e sim de natureza econômica, que afeta esferas ainda maiores. Outros fatores que levam a essa inadimplência são trazidos por Mello (2011, p. 460), ao afirmar que “o endividamento corresponde a uma antecipação de rendimentos que viabilizam acesso ao consumo de bens e serviços à população”.

Saber programar compras ou se precaver quanto a eventualidades torna-se importante papel da Educação Financeira. Sobre o endividamento ou superendividamento, estes ocorrem quando há o descumprimento do pagamento das dívidas com ou sem a contratação de crédito. Esta situação vai se apresentar e se agravar diante dos “acidentes da vida”, ou seja, quando ocorre desemprego, morte de pessoa responsável pelo sustento da família, doenças ou sinistros, entre outros fatores, que impedem o pagamento de dívidas e despesas fixas mensais do orçamento doméstico.

No período financeiro do país que antecede o Plano Real, onde o crédito passa a fazer parte da vida das massas, a instabilidade econômica não favorecia um planejamento financeiro, tendo em vista o movimento inflacionário, que por vezes requeria uma mudança de preços diário no varejo e uma reformulação mensal dos salários. Paralelo ao recente aumento das linhas de crédito, verifica-se no âmbito das políticas públicas de previdência e assistência social, discussões quanto a insustentabilidade do modelo vigente, frente as demandas trazidas por um aumento cada vez maior da população dependente, consequência do aumento da expectativa de vida e do tempo que o indivíduo passa usufruindo o benefício da previdência pública. Sobre o planejamento financeiro, Seleme (2012, p. 22) afirma que:

O controle de finanças é um requisito importantíssimo para a rotina de qualquer indivíduo, não apenas no que diz respeito a sua vida profissional, cujo foco está direcionado para o constante melhoramento de dos resultados da empresa, evitando as perdas e o descontrole dos recursos existentes, mas

também no que se refere aos aspectos pessoais de sua vida e à aplicação de conhecimentos financeiros em seu cotidiano.

Nesse âmbito, objetiva-se identificar a maneira como a escola desenvolve o papel de orientar e conduzir as pessoas por um caminho diferente do endividamento e do descontrole de recursos. A atual geração que se encontra endividada, cujos empreendimentos muitas vezes não conseguem sobreviver ao quinto ano de funcionamento em função do descontrole das finanças e da falta de planejamento como um todo, não teve acesso a programas que permitissem conhecer os riscos de mercado e as vantagens de se planejar e desenvolver estratégias para seus negócios e carreira profissional. Esse *know-how* é proposta da educação financeira, que é definido pela Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005, p. 13), da seguinte maneira:

A educação financeira é o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros e, por meio de informação, instrução e orientação objetiva, desenvolvem habilidades e adquirem confiança para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros, para fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda ao adotarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar e a sua proteção.

No que diz respeito a preparação de uma previdência complementar, a Educação Financeira também tem despertado a atenção dos governos, no sentido de desenvolver cidadãos que possuam esta preocupação e consciência. Torna-se então coerente, o uso de estratégias que possibilitem o desenvolvimento das competências em Educação Financeira no educando, por ser este um caminho seguido por países que possuem uma população mais preparada e mais atuante de forma favorável no mercado, como no caso dos países membros da OCDE.

Em termos globais, mesmo diante de uma globalização já consolidada, é recente a preocupação em sistematizar o desenvolvimento da Educação Financeira nos países em diferentes níveis socioeconômicos e culturais. Apenas em 2003 foi aprovado pelo conselho da OCDE para que orientasse as práticas da Educação Financeira no biênio 2003-2004, um importante projeto, e o mais abrangente em escala global. Trata-se do projeto intitulado Financial Education Project (Projeto de Educação Financeira) que nasceu do interesse dos países membros da organização em educar financeiramente seus cidadãos.

No Brasil, apenas em 2010, o governo brasileiro instituiu, através de um decreto, a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF seguindo uma recomendação da OCDE

de inserção da educação financeira no sistema escolar para que as crianças desde cedo pudessem ter a oportunidade de familiarizarem-se com o assunto. O objetivo apontava especificamente para a educação de crianças e adolescentes para lidar com o uso do dinheiro de maneira consciente de maneira que permitisse o desenvolvimento de hábitos e comportamentos desejáveis, capazes de gerar mudanças significativas no quadro socioeconômico de um país, que é a proposta original da Educação Financeira.

O interesse em desenvolver esta pesquisa e investigação sobre a Educação Financeira, provém de uma indagação a respeito das mudanças sociais e econômicas promovidas por uma educação que apresenta currículo específico para este fim.

A investigação justifica-se também pela necessidade de trazer como contribuições, subsídios a problematizações que permitam a formulação de novas perguntas, abordagens teórico-metodológicas, linhas de pesquisa, assim como novos desenhos de programas que propiciem elementos para respaldar a atuação dos docentes de disciplinas ligadas ao tema, além de apontar estratégias que podem dar certo, uma vez que os países que apresentam elevado grau de desenvolvimento socioeconômico, apresentam políticas públicas e iniciativas privadas que objetivam a Educação Financeira.

A respeito do papel da Educação financeira na solução das questões acima mencionadas, Reis (2014, p. 4), afirma que:

É um processo pelo qual consumidores e investidores adquirem uma melhor compreensão sobre conceitos e produtos financeiros por meio de informações, instruções e orientações objetivas. Com o intuito que estes possam vir a desenvolver habilidades para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros. Numa tentativa de fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda quando necessária, buscando sempre a qualidade de vida dos indivíduos. Portanto, a educação financeira está diretamente ligada ao conceito de cidadania, por indicar um direito de acesso à informação de questões financeiras, tornando cidadãos conscientes, capazes e livres para tomarem decisões para suas vidas.

Diante desse contexto, espera-se apresentar fomentos para a vivência da Educação Financeira na escola com propostas de métodos e práticas para esta vivência, já que se objetiva munir os indivíduos de uma consciência financeira e de competências capazes de fazê-los mais organizados, de terem seus gastos bem direcionados, de serem menos influenciáveis pelo bombardeio publicitário, e de se planejarem para enfrentar o envelhecimento de maneira mais confortável e segura financeiramente se falando.

Problematização da pesquisa

O mundo presencia uma evidente e cada vez mais intensa globalização, fenômeno que possibilita o surgimento da sociedade global, que traz mudanças no modo de consumir, produzir, nos valores e na forma de interagir com o meio. Sobre isso Ianni (1996, p. 52), aponta que:

A formação da sociedade global modifica substancialmente as condições de vida e trabalho, os modos de ser, sentir, pensar e imaginar. Assim como modifica as condições de alienação e as possibilidades de emancipação de indivíduos, grupos, etnias, minorias, classes, sociedades, continentes.

Essas mudanças, fazem surgir novas demandas para a educação e conseqüentemente para a escola, de maneira geral, diante de uma sociedade que passa a apresentar a necessidade de desenvolver pessoas capazes de atuar em um mercado cada vez mais excludente, onde as tecnologias se renovam em uma velocidade cada vez maior demandando a capacidade de o indivíduo se reciclar constantemente, e as linhas de crédito oferecidas a uma população que não está preparada para gerir suas finanças e acabam se endividando e comprometendo não só a renda familiar, como também a confiança do mercado, o que leva ao aumento das taxas internas de juros, gerando um ciclo vicioso, de difícil resolução. A esse respeito Peretti (2007, p.p. 41-42), afirma que:

Se nada for feito para mudar este quadro da educação, por certo a corrida da competitividade diante do mundo globalizado está comprometida. [...] Preservar, criar novos valores, principalmente ética, honestidade, posicionamento e determinação, ser amante do conhecimento, ajudando nossas autoridades a despertarem para este novo mundo, enfim, é preciso ensinar o fazer pensar e o fazer agir. [...] Negligenciar a educação é jogar fora um dos principais motores de desenvolvimento (capital humano).

Esta pesquisa de desenvolve dentro de um contexto em que o modelo de relação com o dinheiro predominante nas sociedades, não favorece a consciência poupadora e a percepção de que ao longo da vida, o indivíduo tem ritmos diferentes de trabalho e de gastos. A administração do dinheiro vai além de fazê-lo circular no mercado para obtenção de bens e serviços. Consiste em uma ferramenta importante de prover recursos, segurança e conforto ao longo de toda uma vida. Entre estes pode-se citar a aquisição do imóvel residencial próprio, formação e planejamento familiar, até o momento da maturidade onde a aposentadoria obtida por meio do serviço público, não atende as demandas financeiras, e

tendem a sofrer mudanças em virtude das novas demandas populacionais, onde a população tem seu número de dependentes cada vez maior, o que demonstra a insustentabilidade do sistema, segundo o governo brasileiro, e a vulnerabilidade cada vez maior das pessoas que futuramente irão compor esse grupo da população.

Outro aspecto desafiador dentro da temática dessa pesquisa ocorre no momento em que se identifica dentre os principais papéis da Educação Financeira, além de possibilitar toda a organização apresentada nas linhas anteriores, desenvolver o hábito de poupar parte dos recursos, e conscientizar sobre a importância deste, dentro de um contexto em que tende-se a vivenciar de forma oposta a essa consciência. Investir e conhecer os fundos de investimento, saber investigar qual a opção mais rentável e menos arriscada diante da vasta disponibilidade de produtos para investimentos tais como: mercado imobiliário, bolsas de valores, caderneta de poupança, títulos do governo entre outros.

Com base no tema que se objetiva investigar neste trabalho, que se pretende verificar o nível da educação financeira dos adolescentes e das famílias de um modo geral, bem como a maneira em que se encontra inserida na escola, se propõe considerar estratégias que desenvolvam especificamente as competências necessárias para um bom desempenho e relacionamento com as finanças. Pretende-se identificar o modo como a Educação Financeira vem sendo abordada e quais as mudanças verificadas por estas no ambiente familiar e na vida pessoal do alunado que tenha vivenciado conceitos e práticas referentes ao tema, e se as estratégias utilizadas tem sido efetivas para o desenvolvimento de competências que possibilitem autonomia ao indivíduo nas escolhas que envolvam finanças.

Nessa perspectiva, para a escola assumir o papel de promover mudanças que possibilitem reorientar as práticas financeiras dos indivíduos e fazer com que estes sejam agentes multiplicadores em seu ambiente familiar, consiste em um dos maiores desafios. Mediante esse contexto se faz interessante ir em busca de responder as seguintes questões investigativas: A Educação Financeira está inserida no currículo escolar? Quais são as competências que a Educação Financeira pretende desenvolver? A equipe docente está habilitada para desenvolver nas aulas os temas referentes a Educação Financeira? Como a Educação Financeira pode contribuir para a formação do aluno e do cidadão? De que maneira a Educação Financeira afeta a vida familiar?

Para que se chegue até a resposta desses questionamentos, o foco central se faz em torno do seguinte problema de investigação: **De que modo a Educação Financeira pode promover mudanças em uma sociedade e como a escola pode atuar neste processo como agente de transformação?**

Objetivos da Investigação

Apresenta-se como objetivo geral dessa investigação analisar as contribuições da Educação Financeira na Escola SESI – Unidade Roberto Egydio de Azevedo para o desenvolvimento da consciência financeira no educando.

Como objetivos específicos podem-se apresentar:

- Avaliar o nível de consciência financeira dos alunos e seus familiares.
- Apresentar a metodologia aplicada para a Educação Financeira proposta no currículo escolar.
- Investigar as estratégias didáticas aplicadas a Educação Financeira no cotidiano escolar.
- Verificar contribuições da escola no planejamento financeiro dos alunos e de seus familiares ao longo do processo de formação.

Desenho Geral da Investigação

Para que se possa iniciar o processo de investigação social, como o proposto nesta pesquisa, que caracteriza-se como uma pesquisa **descritiva, transversal qualitativa**, é necessário o uso de um método científico para conferir credibilidade ao que se propõe investigar.

Sobre o método científico, Severino (2017, p.128) aponta que:

O método científico é elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferencia-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte e a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos.

É necessário que se utilizem metodologias adequadas ao tipo de pesquisa e aos questionamentos que se pretende responder ao longo desta. E neste caso, aplica-se como sequencia metodológica para a investigação, a pesquisa descritiva transversal, não experimental qualitativa.

Sobre a pesquisa descritiva, Vergara (2000, p. 47) diz que: “a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações

entre variáveis e define sua natureza”, caracterizando o que se pretende com a presente investigação.

No que diz respeito a estrutura metodológica, esta pesquisa classifica-se como descritiva, transversal, não experimental qualitativa. O processo de coleta de dados se dá por meio de questionário aberto e entrevista estruturada com os participantes de interesse na pesquisa.

O modelo descritivo aparece neste trabalho quando se pretende observar aspectos do cotidiano e estratégias educativas que possibilitem o desenvolvimento de competências para uma vida em conformidade com a proposta apresentada pela temática desta pesquisa. Sampieri Collado e Lucio (2006, p. 101) relatam que “estudos descritivos medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno pesquisado”.

Para embasamento teórico, pretende-se a pesquisa bibliográfica, pois esta constitui-se em um importante instrumento na elaboração do trabalho científico. Cervo e Bervian (2002, p.55), apontam que “a pesquisa bibliográfica explica um problema a partir de referências teóricas publicados em documentos”. Ainda sobre esse tipo de pesquisa, Gil (2002, p. 45) afirma que “a grande vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de que o investigador tem a possibilidade de cobrir uma gama ampla de fatos pertinentes a sua pesquisa”. Essa fase da pesquisa possui importante papel neste trabalho pois possibilita o levantamento de fatos e teorias que explicam cada momento histórico, assim como mune o pesquisador na elaboração de projeções, com base em experiências vivenciadas em outras realidades.

Para obtenção de dados de campo que dê a pesquisa autonomia para confirmar ou discordar do marco teórico levantado, tenciona-se uma pesquisa de campo utilizando como instrumento o uso de questionário aberto e entrevista estruturada.

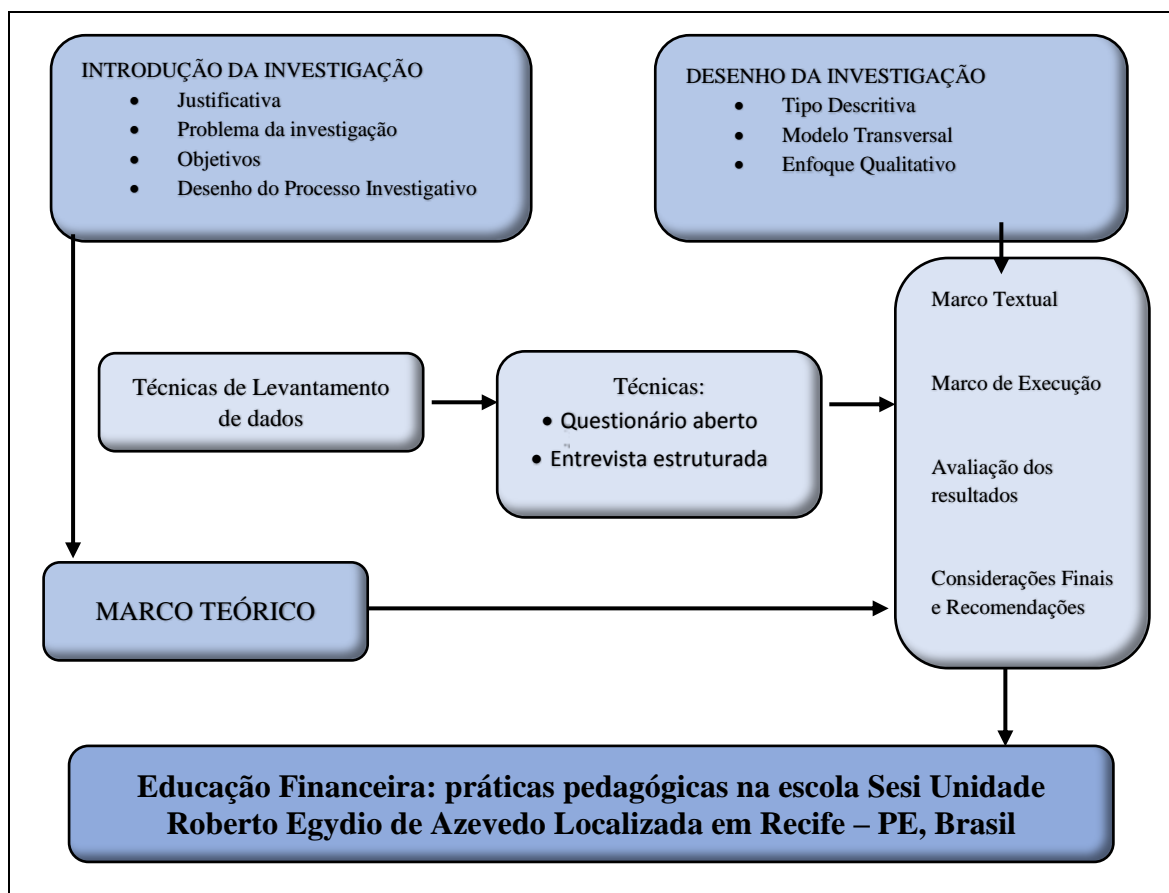
As medições ocorrerão em apenas um momento, o que caracteriza uma pesquisa transversal descritiva não experimental. A esse respeito, Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 226) apontam que “a pesquisa transversal permite ao pesquisador realizar a coleta de dados para posterior análise e interpretação”, o que atende a perspectiva da presente investigação.

Destaca-se também o aspecto qualitativo desta pesquisa por dar ênfase a descrição e a interpretação de dados coletados. Segundo Richardson (1999, p. 39) a pesquisa qualitativa é “adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Como o que se pretende investigar trata-se de um tema social de interesse para o bom exercício da cidadania e das

políticas educativas, torna-se pertinente essa perspectiva. Ainda a pesquisa qualitativa constitui um meio para compreender um determinado fenômeno dentro do contexto no qual está inserido. Segundo Godoy (1995, p.87), “nessa abordagem, valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada”. Torna-se então um modo apropriado para esta pesquisa, uma vez que se pretende, dentro do ambiente escolar obter dados por meio da aplicação de questionários, para posterior organização e interpretação desses mesmos dados.

O modelo metodológico segue ilustrado como mostra a figura 1 abaixo:

FIGURA 1: Desenho Geral do Processo de Investigação



Sob essa perspectiva esse trabalho está estruturado em três partes: Marco de Referência, Marco Metodológico, Análise de Resultados e Considerações Finais, respectivamente.

O primeiro capítulo trás o Campo Teórico que inicia com um breve histórico da educação global e uma cronologia da educação brasileira. Pode-se constatar de acordo com os teóricos trazidos que a educação sempre esteve voltada para atender as necessidades

econômicas da população, e que as civilizações que conseguiram destaque nos campos militar, social e econômico, o fizeram com grande participação do processo educativo. No caso brasileiro, apresenta-se uma retrospectiva da educação desde os jesuítas, quando se verificou mudanças substanciais apenas após o marquês de Pombal que possibilitou, já sob influência dos ideais iluministas, uma modernização da educação praticada no Brasil. A Educação Financeira é abordada neste capítulo, no contexto inicialmente da educação brasileira, e depois apresentando casos de sucesso em políticas públicas e privadas que deram resultados satisfatórios em países considerados como referência no tema, para que se chegue ao caso da população alvo direto desta investigação. No caso brasileiro, essa constatação se dá no período colonial, onde a educação jesuíta possuía objetivos muito bem definidos no que diz respeito a manutenção e estruturação do pacto colonial entre as novas terras, Brasil, e Portugal, a metrópole. Este capítulo trás ainda os conceitos de Educação Financeira, bem como as demandas sociais e econômicas foco das ações desse segmento da educação. Aspectos como: administração financeira, produtos financeiros, previdência privada e crédito no mercado estão entre os pontos mais enfatizados. Faz-se necessário ainda, a diferenciação conceitual de Educação Financeira e Alfabetização Financeira, que embora se complementem e necessitem coexistir, são processos diferenciados.

O segundo capítulo do trabalho é destinada ao Marco Metodológico, capítulo cujo objetivo é justificar a investigação, apresentar o desenho metodológico, tipo e enfoque da pesquisa, o desenho, sua delimitação, população participante e as técnicas e instrumentos da coleta de dados, procedimentos para realizar essa coleta de dados, assim como é feita a contextualização do local onde se dá a investigação. O desenho metodológico possibilita uma maior compreensão da investigação. Para tanto faz-se importante apresentar alguns conceitos que foram considerados para o processo de levantamento e organização de dados para posterior interpretação.

No terceiro capítulo, apresentam-se as Análises e Resultados da investigação, em que se expõe a análise dos dados da pesquisa. Nessa análise são considerados os aspectos qualitativos colhidos juntos aos participantes, por meio da aplicação de questionário aberto conforme o objetivo que se pretenda responder. As respostas obtidas são trazidas com devida interpretação e referenciadas onde são feitas comparações com as teorias apresentadas no marco teórico.

Por fim, as considerações finais apontam para as iniciativas importantes e que oferecem resultados na implementação no processo de promover a Educação Financeira, bem como as práticas escolares que possibilitam uma dinamização no desenvolvimento

dessas competências. Ainda as recomendações nesta parte final, a respeito dos resultados da investigação são apresentados, no campo da Educação Financeira e seus empasses para a implementação dentro do modelo educacional vigente no país.

CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. DA EDUCAÇÃO TRIBAL À EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Este capítulo tem por finalidade apresentar um breve histórico do processo educativo desde as primeiras metodologias utilizadas nas sociedades tribais, mesmo que empiricamente, até os conceitos de Educação Financeira convencionados em escala global desde sua concepção, até os métodos utilizados por diferentes países para inserção nas escolas e na vida de sua população.

1.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO

Ao longo da história da humanidade a educação é uma constatação e apresenta peculiaridades em cada período. O que se verifica em comum nesses momentos é que ela sempre esteve ligada as necessidades da população, sejam elas para sobrevivência em um meio hostil, seja para o desenvolvimento das atividades econômicas ou para preparar o indivíduo nas competências necessárias para uma vida produtiva e crítica na sociedade. O processo de educar apresenta-se muito mais associado às necessidades dos grupos sociais do que mesmo a existência de escolas e a políticas públicas que a estimulem. Ainda hoje, existem lugares onde não existem escolas, e nem assim o processo de ensino-aprendizagem deixa de acontecer.

Nas sociedades tribais, segundo historiadores o processo de educação compreendia a imitação dos gestos dos adultos nas atividades cotidianas pelas crianças. A aprendizagem era focada na sobrevivência, em sociedades que ainda não eram sedentárias, não havendo a atribuição da tarefa de ensinar a membros específicos do grupo. Tratavam-se de grupos dependentes dos recursos disponibilizados pelo meio.

A próxima etapa importante atribui-se a antiguidade oriental com o desenvolvimento da educação tradicionalista, surgida em meio a redistribuição de papéis entre os membros da sociedade. o maior desenvolvimento da técnica ligada ao incremento da agricultura e ao surgimento e desenvolvimento da agricultura trouxe consigo a necessidade de especialização da mão de obra. Vale ressaltar a diferença entre técnica e tecnologia. A técnica pode ser entendida como um conjunto de saberes norteadores das diferentes atividades humanas, que possibilitem suas realizações de forma eficaz. A tecnologia deriva

da técnica e produz embasamento científico para que essa se sustente. Nas primeiras civilizações, contata-se o uso de técnicas, ainda que rudimentares, foram o ponto de partida para o desenvolvimento de muitas outras, ou até mesmo foram aprimoradas pelas civilizações posteriores. As técnicas criaram grupos diferenciados na sociedade, que apresentavam diferentes demandas à educação. A população composta por comerciantes, artesãos, lavradores não tinha direitos políticos e nem ao saber destinado a classe dominante, que já existia na forma de Estado. Dentre esses saberes privilegiados pode-se citar a escrita, que por estar associada ao sacro e esotérico, não era difundida entre as massas. Nesse período a escola já existia, porém em caráter dualista onde havia um ensino para o povo e outro para os funcionários. Os funcionários, tinham direito a educação escolar, enquanto as massas eram restringidas a obtenção do saber técnico familiar informal, onde o pai transmite aos filhos sua profissão. Piletti (2013, p. 17) a esse respeito afirma que:

A educação inicial realizava-se na família. Cabia ao pai ensinar a seu filho, desde a mais tenra idade, a mover-se, a manter-se de pé, a falar, a conduzir-se em sociedade e a conhecer os deveres para com os velhos e os jovens.

Vivia-se a Revolução Neolítica, que possibilitou o surgimento dos grandes impérios da antiguidade em função do sedentarismo, possibilitado por uma sociedade que passa a ser produtora ao invés de apenas coletora.

O sedentarismo trouxe consigo mudanças em todos os aspectos da vida dos indivíduos. A principal encontra-se na formação do Estado que passou a coordenar os demais segmentos. A partir de então temos a antiguidade clássica, onde a técnica continua sendo aprimorada e gerando novas demandas para a educação. Ela vai assumindo um caráter cada vez mais excludente em relação a educação tribal que era acessível a todos, e passa a ser privilégio de uma minoria que detinha o poder.

Figuram nesse quadro Grécia e Roma antigas. Na Grécia antiga surge a paideia, que consistia no sistema de ensino grego. A Grécia é considerada o berço da pedagogia, termo surgido a partir da palavra paidagogo que significa o que conduza criança à escola. No caso grego, um escravo. Ao passar do tempo essa definição foi sendo ampliada e abrangendo todo o processo educacional. De maneira geral, a educação na Grécia clássica gira em torno da formação integral. Vale ressaltar a diferença entre educação integral e educação em tempo integral. A primeira visa desenvolver corpo e espírito. Pretende desenvolver o indivíduo em sua integralidade. Já a educação em tempo integral consiste em uma proposta de maior vivência em termos de carga horária no ambiente escolar. Mesmo dentro dessa proposta, constata-se historicamente a tendência de na Grécia clássica uma tendência ora para o

preparo físico, ora para desenvolver o poder de argumentar. A chamada maiêutica, ou simplesmente a arte do convencimento pelo poder da palavra. A variação desses enfoques ocorre em função do tempo e do lugar. É interessante ressaltar que a educação formal passa a existir, após o surgimento das pólis, e que este modelo substitui a educação familiar embasada na religião.

Os romanos, tinham em comum com os gregos o fato de não valorizar o trabalho manual e por este motivo tinham seus estudos baseados essencialmente no humanismo, no sentido de buscar desenvolver o indivíduo integralmente.

Era pretensão dos romanos levar a todos os povos a sua humanistas, o que acabou conseguindo por meio do cristianismo. Como os romanos eram um império unificado, diferente dos gregos, tiveram mais forças e condições para dominarem as cidades-estados gregas. Segundo Aranha (2006):

Pode-se distinguir fases importantes na educação romana dentre elas, a educação latina original, de natureza patriarcal, onde o objetivo do ensino era prático, proporcionando ao educando o saber necessário para que pudesse exercer uma profissão. Incutia-se uma ética que subordinasse o indivíduo a um ideal superior. Outra que merece destaque é a educação sob influência do helenismo, os políticos romanos reconheceram a relevância da retórica para melhorar a oratória e a eloquência dos discursos em público.

Em consequência disso, surgem as escolas dos gramáticos onde os jovens de doze e dezesseis anos tinham contato com os clássicos gregos e ampliavam seus conhecimentos em geografia, aritmética, literatura geometria e astronomia, além da retórica. Essas escolas chegaram a ser perseguidas e encerradas por diversas vezes, fazendo com que os jovens se dirigissem a Grécia para concluir os estudos.

Na Idade Média, a educação concebia o homem como criatura divina. Nesse período os sábios necessitavam do aval da igreja. Até mesmo a leitura dos textos sagrados e clássicos, para evitar pluralidade de interpretações, eram feitos por pessoas que possuíam autorização da igreja. É o que a história apresenta como teocentrismo, onde até as ações pedagógicas tinham a finalidade de formar cristãos. Apesar de haver variações de acordo com o lugar e o tempo, tendo em vista a duração de aproximadamente mil anos da Idade Média, as técnicas de ensino, no geral, eram embasadas em rigidez e formalidade no ambiente escolar.

O renascimento, que marca juntamente a uma série de outros acontecimentos históricos a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, trouxe consigo mudanças também na forma de se fazer educação. A quebra com o anterior teocentrismo, trazendo o humanismo e a

reforma, proposta e financiada pela burguesia que agora tinha seus interesses defendidos pelo Estado absolutista que ascende com seu apoio, e também por meio da religião protestante, que representava a ruptura com os valores anticapitalistas apregoados pela Igreja Católica, o que favorecia o desenvolvimento do capitalismo. O surgimento de muitos colégios nesse período, mesmo sem a influência da Igreja medieval, mantinha uma hierarquia muito rígida e era voltada para o público protestante. Mantinha-se então, muitos dos aspectos medievais como por exemplo, a ligação com uma religião e o controle de determinadas elites sobre o processo educacional.

Merece destaque a fase que ficou conhecida como iluminismo por favorecer o surgimento de novas reflexões sobre as práticas educativas e pedagógicas. Um desses aspectos reflexivos se revela na pedagogia política onde objetivava-se tornar a escola leiga e função do Estado, fazendo com que esta fosse estendida a todos os cidadãos. Apesar das tentativas, a dualidade onde se tinha uma escola para o povo, e outra para a burguesia era aceita pela sociedade com tranquilidade, mesmo ferindo os ideais do iluminismo.

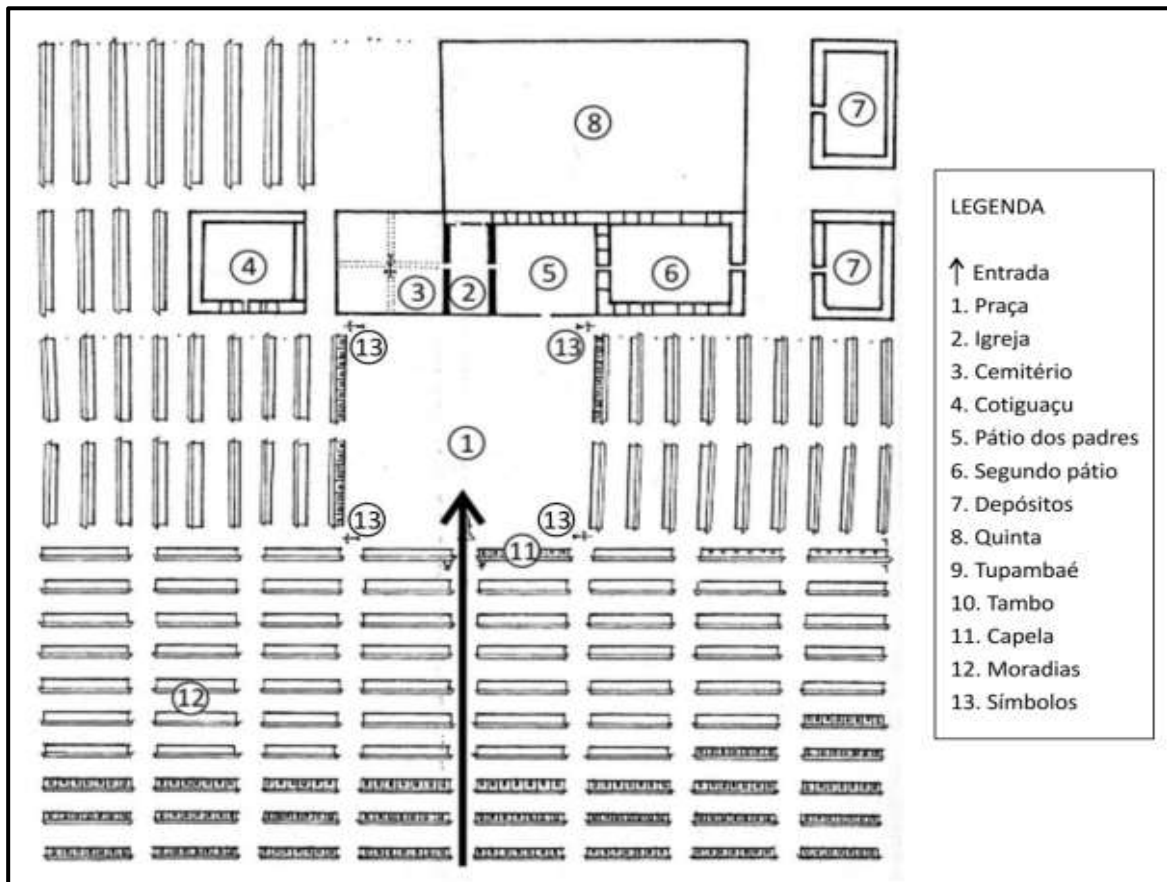
1.2 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRONOLÓGICA

Quando se trata de fazer uma cronologia da educação no Brasil, é muito comum encontrar um grande vazio no período que antecede a chegada do europeu colonizador no país. É inegável porém, que diante de tantas práticas constatadas não houvesse um processo de ensino aprendizagem. Os povos indígenas possuíam um sistema agrícola, praticavam a medicina, mesmo guiada por curandeiros tribais, possuíam dialetos e idiomas próprios, uma religião ritualística e cheia de simbologias. A sociedade era dividida de acordo com as funções desempenhadas pelos indivíduos. Mesmo sem a presença física das escolas, que surgem apenas com os jesuítas, estudos realizados por Silva entre 1981 e 2002, citado por Cruz (2009, p. 52) indicam que as comunidades indígenas, ofereciam aos seus membros condições e conhecimentos essenciais à vida e à realização como pessoas daquela etnia e cultura.

No século XVI a chegada dos jesuítas representou a introdução do modelo cultural europeu juntamente ao modelo pedagógico, que naquele momento tinha o papel de preparar para o trabalho, e começa a partir de então, um processo de miscigenação cultural e em muitos casos, a perda dos traços característicos dos aspectos culturais, em função da defesa dos interesses do colonizador. A esse respeito, Paula e Cacho (S.D., p. 2) apontam que:

Em 1549, com a chegada dos padres jesuítas no Brasil a cultura dos silvícolas foi sendo substituída pelas as dos jesuítas, que implantavam aos poucos um sistema corrosivo de descaracterização da cultura original em nome da subserviência e da produção de riquezas. Durante o período de colonização processo de ensino-aprendizagem, via junção entre educação e trabalho, ocorria no próprio engenho, onde os trabalhadores, em suma escravos, aprendiam no trabalho e para o trabalho.

O processo de catequização dos povos nativos também é apresentado como sendo um dos objetivos desse primeiro momento de implementação de práticas pedagógicas elaboradas no Brasil. Os jesuítas começaram a chegar no final da primeira metade do século XVI e além de orientar para o trabalho agrícola e catequização, possuíam também a tarefa de formar pessoas, no caso, sacerdotes que dessem continuidade ao seu trabalho. Suas atividades passaram a ser desenvolvidas em uma estrutura denominada missões jesuítas, onde se aprendiam os ofícios, além da fé cristã, conforme mostra a figura 2. Embora não fosse prioridade para os jesuítas a formação para o trabalho, e sim o catecismo, elas não deixavam de acontecer, e de ser objeto de maior interesse da coroa portuguesa. Entre as primeiras iniciativas, pode-se citar o funcionamento da primeira escola elementar na colônia uma escola para ensinar a ler e escrever.

FIGURA 2: Representação da implantação de uma missão jesuítica.

FONTE: Maeder e Gutiérrez, 2010, p.p. 45-47

Os jesuítas permanecem responsáveis pela catequização dos nativos, educação dos filhos dos colonos, formação da elite cultural e de novos sacerdotes, controle e disseminação da fé cristã até o início da segunda metade do século XVIII, quando são expulsos pelo Marquês de Pombal.

Quando ocorre a expulsão dos jesuítas a população brasileira, em função do modelo econômico vigente até então, era composta de 2/3 de escravos, o que desfavorecia a ocorrência de um sistema de ensino popular financiado pelo governo. Nem as elites, agrárias, não enxergavam a educação como prioridade. A saída dos jesuítas acarretou uma grande desorganização no sistema de ensino por eles implementado.

Dentre as mudanças ocorridas com a saída dos jesuítas, merece destaque as reformas pombalianas que dentre tantos setores, repercute também na educação, que se apresenta agora inspirada nos ideais iluministas, e tende a substituir a metodologia eclesiástica pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica. Dois modelos de escolas foram implementados, uma leiga e outra voltada para a formação profissional.

A educação laica, universal e gratuita e obrigatória embora já proposta desde o século XVII, após as reformas de Pombal, encontra espaço apenas no século XIX para dar avanços mais significativos. Dentre os motivos é importante destacar o processo de urbanização que passa a ocorrer no país em função da Revolução Industrial que trouxe uma nova fase para o capitalismo, o capitalismo industrial, que passa a exigir mão de obra mais qualificada. Mesmo o Brasil não estando inserido neste momento na Revolução Industrial, os ideais repercutiram e refletiram sobre a educação.

Para Manacorda (2001, p. 47):

O cenário do século XIX, momento de consolidação dos valores burgueses, é marcado pelo embate político e social entre a classe burguesa e o proletariado. Esse cenário se reproduz no campo da educação e da pedagogia entre iniciativas conservadoras (burguesas) e os anseios por mudanças (proletariado). Essa disputa traz influências sobre todas as esferas e níveis da educação, indo da educação infantil, elementar ou primária, até a secundária.

De maneira geral verifica-se uma grande expansão da rede de ensino no Brasil durante o século XIX, impulsionadas também pelas mudanças ocasionadas com a chegada da coroa portuguesa ao Brasil, em função de dificuldades enfrentadas por Portugal. Tem início em seguida a fase do Brasil Império. Porém ainda convivem dicotomicamente a escola burguesa e a escola voltada para os trabalhadores. Merece destaque o aumento numérico das escolas normais, destinadas a formação de professores. Ocorre também o aumento das escolas profissionais objetivando preparar mão de obra para atuar nas oficinas, no comércio que verificaria um gradual aumento a partir dali, e para a agricultura, segundo Aranha (2006, p. 201).

No que diz respeito à formação dos professores, pouco foi feito no Período Imperial. Segundo o decreto de 1827, eram vitalícios os provimentos dos professores e mestres e os que não estivessem capacitados deveriam instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados, nas escolas das capitais (Brasil, 1827). A primeira das escolas normais surge em Niterói (1835), então capital da província do Rio de Janeiro. Funcionou precariamente e pouco mais de uma década depois foi fechada, retomando mais tarde suas atividades.

No século XX a educação brasileira, sob o impulso das ideias iluministas do século anterior, que promoveu quebras de valores, a educação opera de forma mais abrangente e influenciada por uma diversidade de ideias pedagógicas. A educação que há tempos já havia iniciado seu processo de laicização, passa a assumir um papel importante na formação do

cidadão sob a responsabilidade do Estado, demonstrando uma politização não vista nos períodos anteriores.

Para contextualizar a educação brasileira do século XX é importante considerar que a escola foi usada, nesse mesmo período como instrumento de divulgação das ideias da classe dominante e como instrumento de doutrinação a serviço do Estado, como ocorreu nos regimes totalitários, mas também buscou, a ação emancipadora, abrindo espaço para a desmistificação da ideologia. O caráter democrático, é também uma das características da atual educação, contrastando com o início, na Antiguidade, quando apenas uma parcela muito pequena da população tinha acesso à educação. Hoje os governos buscam manter sistemas públicos de ensino em massa, uma vez que a educação passou a fazer parte dos direitos do cidadão, sendo obrigatória, e um dever dos Estados nos países democráticos.

Existe muita discussão no entorno dos objetivos da educação brasileira. Há os que defendam uma educação para a vida cidadã e os que defendem a educação para o mercado de trabalho. A cronologia apresentada anteriormente nos mostra que há uma coerência entre o que o país espera de sua população e a educação a esta oferecida. Não se encontra uma dissociação, historicamente da educação e da produção humana, o que torna coerente ao processo educativo, munir o indivíduo de ferramentas para que este possa atuar economicamente e de forma ética.

De acordo com a LDB, LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, defende em seu art.1º que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Brasil, 1996.

No parágrafo segundo do mesmo artigo, encontramos que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Brasil, 1996), o que torna constitucional o que se pretende com a educação.

1.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira é um tema levado a sério em muitos países que já alcançaram um elevado grau de desenvolvimento econômico, por possibilitar a sua população o uso das ferramentas que a mesma proporciona no planejamento pessoal de gastos cotidianos, previdência privada ou complementar, poupança de recursos e na gestão da carreira

profissional e/ou de empreendimentos. Havendo a possibilidade de se fazer um planejamento a curto, médio e longo prazos, as chances dessa população diminuir sua dependência frente às políticas paternalistas do Estado, bem como de viverem de forma mais confortável e com mais qualidade de vida, uma vez que as taxas de endividamento das famílias diminuem substancialmente em um país onde se pratique a Educação Financeira.

Nos dias atuais, vários elementos apontam para a necessidade de o indivíduo estar preparado para lidar e planejar suas finanças. O primeiro desses elementos que pode ser apontado é a globalização, que exige das pessoas a capacidade de filtrar as necessidades criadas e impostas pelas mídias de massa. O segundo diz respeito ao recente acesso ao crédito, favorecido pelos avanços na comunicação e da informática, que coloca até mesmo as pessoas que já possuem uma renda que não atende as demandas de suas famílias, como detentoras de crédito no mercado, que no caso brasileiro, teve como pivô a estabilização da moeda. O último ponto que merece destaque é referente as mudanças demográficas vividas por muitos países que vivenciaram o processo de industrialização de sua produção, pelo menos até meados do século XX, o que repercute na estrutura populacional que passa a ter uma quantidade de dependentes cada vez maior. Esse fenômeno vivenciado em países europeus como Alemanha, Itália e França, preocupam os governos que passam a enfrentar maiores pressões sobre o sistema previdenciário. Essa mudança de cenário econômico e populacional, é vista como oportunidade pela educação financeira, para promover planejamento e organização de recursos, afim de eliminar ou reduzir danos em microescala (famílias) e em escala macro (Estado).

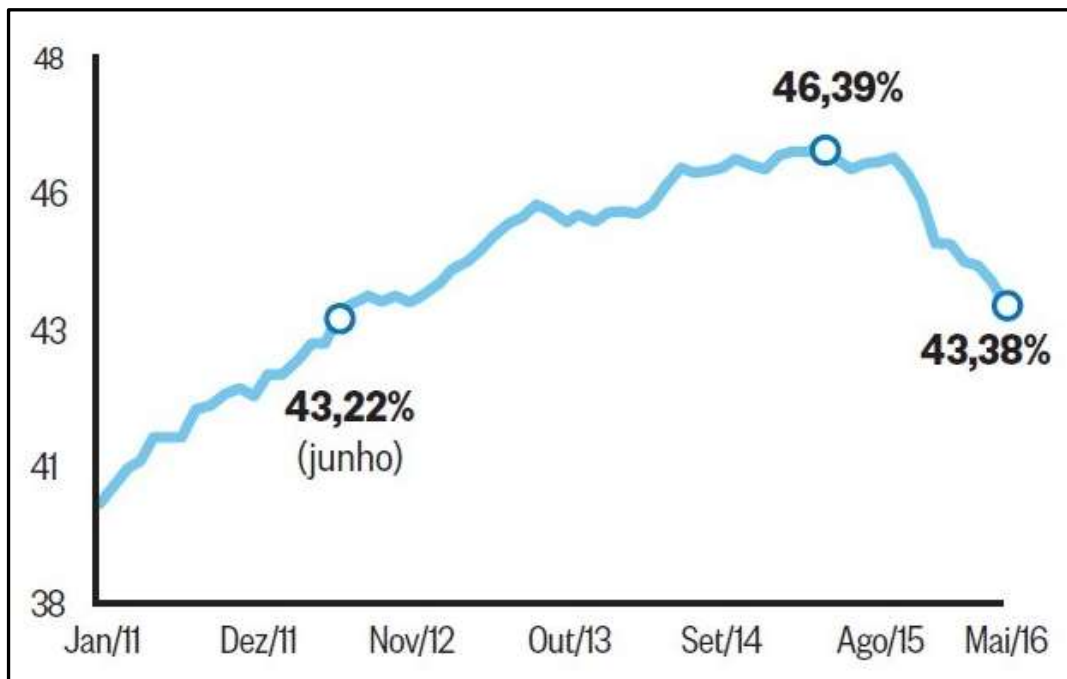
No período financeiro do país que antecede o Plano Real, onde o crédito passa a fazer parte da vida das massas, a instabilidade econômica não favorecia um planejamento financeiro, tendo em vista o movimento inflacionário, que por vezes requeria uma mudança de preços diário no varejo e uma reformulação mensal dos salários. Paralelo ao recente aumento das linhas de crédito, verifica-se no âmbito das políticas públicas de previdência e assistência social, discussões quanto a insustentabilidade do modelo vigente, frente as demandas trazidas por um aumento cada vez maior da população dependente, consequência do aumento da expectativa de vida e do tempo que o indivíduo passa usufruindo o benefício da previdência pública. Sobre o planejamento financeiro, Seleme (2012, p. 22) afirma que:

O controle de finanças é um requisito importantíssimo para a rotina de qualquer indivíduo, não apenas no que diz respeito a sua vida profissional, cujo foco está direcionado para o constante melhoramento de dos resultados da empresa, evitando as perdas e o descontrole dos recursos existentes, mas

também no que se refere aos aspectos pessoais de sua vida e à aplicação de conhecimentos financeiros em seu cotidiano.

No Brasil, dados do Banco Central (2016) apontam para um crescente endividamento da população brasileira, considerando o período de janeiro de 2011 até maio de 2016. O ápice desse endividamento se dá julho de 2015 quando esses números superam um total de 46%. Posterior a esse dado, como mostra a figura 3 em sequência, do banco central, registra-se uma queda, sendo esta atribuída ao encolhimento do consumo no varejo, como reflexo da crise econômica vivida pelo país no período.

FIGURA 3: Endividamento das famílias – Dívida sobre a renda de 12 meses em percentuais



FONTE: Banco Central do Brasil 2018

As propostas em Educação financeira no sentido de promover uma consciência global sobre o uso de recursos, tiveram início na Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico – OCDE em 2003, quando, identificando a necessidade de se desenvolver a poupança previdenciária e melhorar o entendimento dos indivíduos sobre os produtos financeiros, criou o Financial Education Project para estudar a educação financeira e propor programas aos seus países-membros (OCDE, 2004).

O programa foi estabelecido em 2003, com a finalidade de analisar a efetividade das iniciativas existentes nos diversos países, desenvolver técnicas que permitam a comparação

dos programas, de modo a poder sugerir melhores práticas para a sua implantação. Foi publicado um relatório em novembro de 2005 — *Improving financial literacy: analysis of issues and policies* —, apresentando os resultados obtidos. Pôde-se constatar nos países pesquisados a adoção de políticas para instruir a população quanto aos conceitos de crédito, investimentos, de instrumentos de seguro tendo focado na população jovem. No entanto, ainda existem obstáculos para o sucesso desses programas, em função dos investimentos necessários para a sua implantação, e da reduzida compreensão da população sobre os benefícios e temas associados a Educação Financeira.

As pesquisas realizadas pela OCDE, 2005, nos seus não-membros, originaram recomendações e princípios, enumerados conforme segue:

1. A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2. Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3. O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.

5. A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com consequências relevantes.
9. Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

A Educação Financeira que surge com essa proposta implementação dos pontos acima listados acima, é descrita pela OCDE (2005, p. 13), da seguinte maneira:

A educação financeira é o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros e, por meio de informação, instrução e orientação objetiva, desenvolvem habilidades e adquirem confiança para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros, para fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda ao adotarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar e a sua proteção.

A oferta não só de produtos para o consumo imediato, mas também de serviços e mesmo de produtos financeiros como sugere o conceito da OCDE acima, requer do consumidor expertise para saber escolher o que melhor atenda suas necessidades, dentro de suas possibilidades. A necessidade de desenvolver pessoas capazes de atuar em um mercado cada vez mais excludente, onde as tecnologias se renovam em uma velocidade cada vez

maior demandando a capacidade de o indivíduo se reciclar constantemente, e as linhas de crédito oferecidas a uma população que não está preparada para gerir suas finanças e acabam se endividando e comprometendo não só a renda familiar, como também a confiança do mercado, o que leva ao aumento das taxas internas de juros, gerando um ciclo vicioso, de difícil resolução. Favero, Kroetz e Valentim (2013) observam que:

O desenvolvimento da economia, o surgimento de demanda por produtos cada vez mais diferenciados e a busca pela resolução de problemas oriundos da má administração e também da gestão deficiente dos recursos financeiros impulsionaram o aprofundamento das discussões sobre educação financeira.

Araújo e Souza (2012, p.33) em função do que afirma a (OCDE 2005), defendem que:

O fácil acesso ao crédito, às novas tecnologias para acesso e comercialização, o aumento da expectativa de vida da população e as recentes reformas nos sistemas previdenciários, as quais gradativamente transferem aos cidadãos a responsabilidade de sua aposentadoria também são fatores que demonstram a importância da educação financeira.

No caso específico da realidade brasileira, os apontam que, além desses indicadores, o alto *spread* bancário (diferença da taxa de empréstimo e de captação), em virtude de grande parcela de a população possuir pouco ou não conhecer ou possuir os acessos ao sistema financeiro, e pela cultura gerada durante as décadas de alta inflação, e pela necessidade de que os cidadãos cumpram seus deveres para com a sociedade, uma vez que pessoas educadas financeiramente podem planejar melhor suas compras e cumprem seus compromissos financeiros, intensificam a necessidade da educação financeira. Assim, é visível que são diversos os aspectos que fazem com que haja necessidade que a educação financeira seja efetivada.

É papel da Educação financeira a solução das questões acima mencionadas e sobre isso Reis (2014, p.4), afirma que:

A Educação Financeira é um processo pelo qual consumidores e investidores adquirem uma melhor compreensão sobre conceitos e produtos financeiros por meio de informações, instruções e orientações objetivas. Com o intuito que estes possam vir a desenvolver habilidades para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros. Numa tentativa de fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda quando necessária, buscando sempre a qualidade de vida dos indivíduos. Portanto, a

educação financeira está diretamente ligada ao conceito de cidadania, por indicar um direito de acesso à informação de questões financeiras, tornando cidadãos conscientes, capazes e livres para tomarem decisões para suas vidas.

Em uma sociedade de consumo, em que desde a infância se é ensinado que comprando se resolve problemas, é no ato comercial que se satisfaz necessidades e se proporciona prazer e acalanto, onde as crianças não são conduzidas a compreender a origem do dinheiro e nem os sacrifícios e implicações necessárias para que o mesmo chegue as nossas mãos, torna-se necessária a mudança dessa forma de promover satisfação pessoal, bem como de se conhecer a origem do dinheiro e toda dinâmica no entorno do ato de compra e venda.

A criança, desde seus primeiros contatos com o dinheiro, ela não é orientada sobre como utiliza-lo de forma consciente. Seu uso está atribuído a satisfação imediata de algum desejo, onde este é o único ponto mostrado a essa criança. Os demais aspectos como: sacrifícios para obtenção do dinheiro, implicações em não tê-lo e benefícios em utiliza-lo de forma adequada não são apresentados mesmo porque na grande maioria das vezes os próprios pais desconhecem essas etapas, de modo sistematizado, ou não se dão conta de que elas ocorrem sistematicamente.

O contato com o dinheiro desde cedo é importante e ajudará no entendimento deste pela criança, porém o conceito e prática da concessão de valores periódicos aos filhos, a mesada deverá ser discutida entre pais e filhos de acordo com suas necessidades e possibilidades. Conforme com a maturidade do filho a definição de pagamentos quinzenais, para crianças menores, ou mensais, para os mais velhos, são boas formas de fazê-los gerenciar o montante recebido até o próximo pagamento. A criança ou adolescente deverá se organizar para que o dinheiro não acabe antes do recebimento seguinte, e caso ocorra terá de se reorganizar para que no próximo período não aconteça novamente. A mesada não deverá ser utilizada de maneira a punir, comportamento ou rendimento escolar por exemplo. No entanto, a definição de “bônus” com base em algum mérito. Com base em seu acompanhamento da educação infantil Cerbasi (2011, p. 42) desenvolveu um modelo, como segue apresentado a TABELA 1, que mostra o comportamento do indivíduo na infância e adolescência conforme cada faixa etária.

TABELA 1: Características comportamentais da criança e do adolescente com o dinheiro

IDADE	COMPORTAMENTO	PAPEL DOS PAIS
0-2 anos	Os desejos não estão associados ao dinheiro, mas o interesse pelas atitudes dos pais é constante.	Dar exemplos de suas atitudes pois serão copiadas por seus filhos e os tornarão mais disciplinados.
3-4 anos	A realização dos desejos e associada ao ato de comprar, que depende essencialmente da vontade e do dinheiro dos pais.	Evitar banalizar o consumo e estabelecer regras para o uso do dinheiro, como limites orçamentários, e datas para celebração de presentes.
5-6 anos	Percepção de que é possível interagir com estranhos sem a intervenção de adultos.	Cultivar a independência e permitir aos filhos que interajam com vendedores e manipulem o dinheiro para pagamento e recebimento de trocos.
7 a 10 anos	Percepção dos papéis sociais e qualificação de valores como o aprendizado da matemática.	Conversar sobre dinheiro, trabalho, sustento da família, objetivos dos estudos e escolha de profissões.
11 a 14 anos	Percepção das responsabilidades e primeiros conflitos típicos da adolescência.	Cultivar a autonomia, com a prática da mesada ou da oferta de recursos de uso livre pelos filhos. Incluir os filhos nas tarefas de organização financeira do lar.
Acima de 15 anos	Necessidades de assumir responsabilidades tipicamente de adultos.	Conversar sobre temas relacionados a administração pessoal, uso de bancos, incentivos maiores a formação de poupança e desejos versus investimentos realizados.

FONTE: Cerbasi, 2011, p.42

A administração do dinheiro vai além de fazê-lo circular no mercado para obtenção de bens e serviços. Consiste em uma ferramenta importante de prover recursos, segurança e conforto ao longo de toda uma vida. O modelo de relação com o dinheiro predominante nas sociedades, não favorece a consciência poupadora e a percepção de que ao longo da vida, o indivíduo tem ritmos diferentes de trabalho e de gastos. Entre estes pode-se citar a aquisição do imóvel residencial próprio, formação e planejamento familiar, até o momento da maturidade onde a aposentadoria obtida por meio do serviço público, não atende as demandas financeiras, e tendem a sofrer mudanças em virtude das novas demandas populacionais, onde a população tem seu número de dependentes cada vez maior, o que demonstra a insustentabilidade do sistema, segundo o governo brasileiro, e a vulnerabilidade cada vez maior das pessoas que futuramente irão compor esse grupo da população. Além de possibilitar toda a organização apresentada nas linhas anteriores, a Educação Financeira visa também desenvolver o hábito de poupar parte dos recursos, e conscientizar sobre a importância deste. Investir e conhecer os fundos de investimento, saber investigar qual a opção mais rentável e menos arriscada diante da vasta disponibilidade de produtos para investimentos tais como: mercado imobiliário, bolsas de valores, caderneta de poupança, títulos do governo entre outros.

Vale colocar que a pessoa que aprende algumas técnicas para lidar com o dinheiro, não é necessariamente uma pessoa financeiramente educada. A Educação Financeira é representada por um conjunto de atitudes do dia-a-dia que vão além de saber calcular quanto se paga juros na compra de um determinado produto no mercado. A Educação Financeira é constante processo e remete ao desenvolvimento de uma mentalidade saudável em relação ao dinheiro. Significa desenvolver uma intimidade com o tema e fazer com que o dinheiro se torne um aliado para a provisão familiar a curto, médio e principalmente em longo prazo. Afinal, este é o principal objetivo da educação financeira, assegurar uma vida tranquila considerando prazos. Sobre isso, D'Áquino (2013) escreve:

A educação financeira não deve ser confundida com o ensino de técnicas ou macetes de bem administrar dinheiro. Tampouco deve funcionar como um manual de regrinhas moralistas fáceis - longe disso, aliás. O objetivo da Educação Financeira deve ser o de criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro. Educação Financeira exige uma perspectiva de longo prazo, muito treino e persistência.

É coerente que se faça o uso de estratégias que possibilitem o desenvolvimento das competências em Educação Financeira no educando, por ser este um caminho seguido por

países que possuem uma população mais preparada e mais atuante de forma favorável no mercado, como no caso dos países membros da OCDE.

O Banco Central do Brasil (2013), apresenta um quadro sinótico onde a Educação Financeira apresenta-se distribuída em seis módulos com características peculiares a cada um dos módulos. A proposta do Banco Central do Brasil encontra-se expressa no tabela 2, e permite que se considere as diferentes competências da Educação Financeira e as esferas da vida em que ela possibilita um planejamento e gestão mais direcionados.

TABELA 2 – Modelo Sinótico para módulos e Educação Financeira

MÓDULO	COMPETÊNCIAS
<p>1 – Nossa Relação com o Dinheiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a relação cotidiana das pessoas com os seus recursos financeiros e fazer escolhas cada vez mais conscientes. - Refletir sobre seus sonhos e sobre como transformá-los em realidade por meio de projetos. - Avaliar suas necessidades e desejos e como os efeitos de suas escolhas afetam a qualidade de vida no presente e no futuro.
<p>2 – Orçamento Pessoal ou Familiar</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o orçamento como ferramenta para a compreensão dos próprios hábitos de consumo. - Aplicar os conceitos de receitas e despesas na elaboração do orçamento, para torná-lo superavitário. - Utilizar o orçamento para o planejamento financeiro pessoal e familiar
<p>3 – Uso do Crédito e Administração das Dívidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o crédito como uma fonte adicional de recursos que não são próprios e que, ao ser utilizado implica o pagamento de juros.

	<ul style="list-style-type: none"> - Entender as vantagens e as desvantagens do uso do crédito e a importância de fazer a escolha adequada entre as modalidades disponíveis, considerando o seu custo. - Identificar causas e consequências do endividamento excessivo e compreender as atitudes necessárias para sair dessa condição.
<p style="text-align: center;">4 – Consumo Planejado e Consciente</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Entender as vantagens e as dificuldades de planejar o consumo. - Conhecer as estratégias e as técnicas de vendas utilizadas pelos comerciantes para conquistar o consumidor, e as atitudes que podem ser adotadas pelo consumidor para evitar o consumo por impulso. - Promover o consumo consciente com práticas sustentáveis, inclusive no que se refere ao uso e conservação do dinheiro.
<p style="text-align: center;">5 – Poupança e Investimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância do hábito de poupar como forma de melhorar a qualidade de vida. - Distinguir a diferença entre poupança e conta (ou caderneta) de poupança. - Entender o conceito, as características e as modalidades dos investimentos, para que possa escolher a aplicação mais adequada ao seu perfil e às suas necessidades.
<p style="text-align: center;">6 – Prevenção e Proteção</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Entender os riscos financeiros e quais as medidas de prevenção e proteção adequadas para cada situação. - Compreender a importância do planejamento financeiro para a

	aposentadoria, como se estrutura o sistema previdenciário nacional e quais as vantagens e desvantagens de adotar estratégias independentes, sendo o próprio gestor dos seus investimentos.
--	--

Fonte: Banco Central do Brasil 2013

A escola nesse contexto deve assumir o papel de orientar e conduzir as pessoas por um caminho diferente do endividamento e do descontrole de recursos. A atual geração que se encontra endividada, cujos empreendimentos muitas vezes não conseguem sobreviver ao quinto ano de funcionamento em função do descontrole das finanças e da falta de planejamento como um todo, não teve acesso a programas que permitissem conhecer os riscos de mercado e as vantagens de se planejar e desenvolver estratégias para seus negócios e carreira profissional.

No Brasil, o tema Educação Financeira assume um aspecto de maior delicadeza, tendo em vista a concentração de renda histórica no país, que nos remonta a colonização, a formação das oligarquias durante a fase inicial da república, e a repetição do cenário, mais recente, na fase industrial. Essa concentração contribuiu e contribui para que as massas não cheguem a ter opções do que fazer com seu dinheiro, como coloca Cerbasi (2013, p. 9)

Nos cinco séculos de história de nossa cultura, a busca pela prosperidade foi tida como uma exclusividade da nobreza. Falar sobre dinheiro não fazia sentido, mesmo porque o dinheiro disponível aos brasileiros nunca permitiu fazer escolhas.

Em 2010, no Brasil foi assinado um decreto que incluiu na LDB, LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o 10º§ que diz: “Consumo e educação financeira serão temas integradores dos componentes curriculares nos diversos níveis da educação básica”, (Brasil, 2010.), por meio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.

Calil (2013) apud (Abreu 2013, p. 12), apontam também para a responsabilidade que o professor para Educação Financeira possui ao dizer que “o professor responsável deve ser exemplo daquilo que passa aos alunos, ou seja, deve praticar a Educação Financeira para que possa ensinar”.

Essa implementação, da Educação Financeira, traz em si uma nova metodologia de que beneficia não só os professores, mas também ajudam alunos e familiares, possibilitando o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente. Este processo revela que um novo

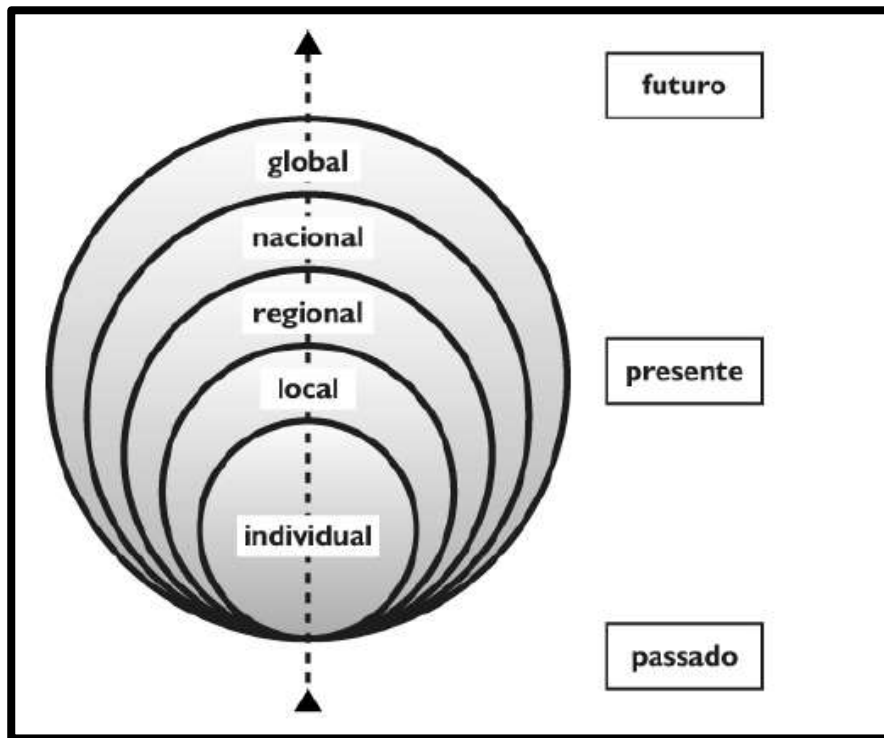
período se inicia no país, onde a preocupação com o futuro da economia e da sociedade que já está ou estará em breve lidando com os múltiplos produtos oferecidos pelo mercado financeiro.

1.4 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA VERSUS EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para entender a prática da Educação Financeira proposta pela OCDE ou pelo decreto brasileiro de 2010 referente a inserção desta no currículo escolar, faz-se necessário entender os processos de construção dessas propostas, que segundo alguns autores, este meio é a alfabetização financeira. De maneira geral, para entendermos a diferença entre uma e outra, podemos dizer que esta se dá no enfoque, já que “a Educação Financeira enfatiza o conhecimento e a alfabetização financeira, envolve além do conhecimento, a habilidade, o comportamento e a atitude financeira dos indivíduos. (Paraboni *et al.*, 2013; Potrich *et al.*, 2013).

Segundo a OCDE (2012), “a alfabetização financeira é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento, elementos necessários para tomar as decisões financeiras e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual.” Já a educação financeira, conforme a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), “consiste no processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, obtêm informações e desenvolvem habilidades e confiança, fazendo escolhas mais conscientes e adotando ações para melhorar seu bem-estar”. (Brasil, 2010).

Em 2016, a ENEF aponta para a importância de o indivíduo melhorar sua consciência financeira sob a perspectiva de repercutir nas macro esferas as decisões tomadas por cada cidadão, conforme aponta a figura 4.

FIGURA 4: Propostas de repercussão da Educação Financeira

Fonte: ENEF 2016

As diferenças apontam para a necessidade de ir além de promover conhecimento. É fundamental que se desenvolvam estratégias que possibilitem aos indivíduos tomar decisões financeiras acertadas. A Educação Financeira precisa vir acompanhada de propostas de alfabetização, pois é quando o conhecimento obtido passa a ser tomado como guia para as práticas do indivíduo. A maior parte dos estudos sobre alfabetização financeira são realizadas fora do Brasil. Internamente pouco se tem desenvolvido sobre esse tema, no entanto Araújo e Souza (2012) comprovam em seus estudos a necessidade de incluir a alfabetização financeira nas propostas de Educação Financeira e evidenciam que “o Banco Central do Brasil para cumprir sua missão nesse sentido, é necessário que considere as propostas de alfabetizar financeiramente os indivíduos para que a partir daí, se verifique um desenvolvimento no Brasil.”

De acordo com

É fundamental que se possa medir e avaliar o grau de conhecimento e compreensão sobre as finanças da população, para que, dessa forma, seja possível identificar quais aspectos precisam de mais atenção e melhorias. Além disso, é importante detectar quais nichos populacionais apresentam maiores deficiências e devem ser priorizados.

Ainda de acordo Atkinson e Messy (2011):

A alfabetização financeira dos indivíduos é motivo de preocupação de governos na maioria dos países. Os cidadãos que possuem baixos índices de alfabetização financeira, são aqueles que possuem maior dificuldade em gerenciar suas próprias economias e tomar decisões financeiras de maneira racional e consciente.

1.5 ÓRGÃOS INTERNACIONAIS PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira não é uma questão apenas contemporânea. Existem relatos da Idade Média que apontam para a preocupação em poupar recursos. Na antiguidade Aristóteles já apontava para o gasto consciente conforme encontramos registrados por Silva, 2012.

A pessoa que tende para o excesso e é vulgar excede-se, como já dissemos, por gastar além do que seria razoável. Agindo assim, ela gasta demais e demonstra um exibicionismo de mau gosto em ocasiões pouco importantes [...]. E tudo isso ela faz não por motivo nobilitante, mas para exibir sua riqueza, e por pensar que é admirada em consequência dessa maneira de agir; ademais, onde deve gastar muito ela gasta pouco, e onde deve gastar pouco gasta muito. (Aristóteles, 1996, p. 180 apud Silva, 2012, p. 8).

Na atualidade a oferta diversificada de produtos e serviços nas diferentes esferas, aliadas a inúmeras ferramentas tecnológicas que possibilitam a aquisição destes, exigem do cidadão contemporâneo não só no Brasil, mas no mundo todo, conhecimentos e habilidades de lidar com a tecnologia e com o dinheiro.

O acesso ao crédito como citado anteriormente, não é uma realidade que aconteceu apenas no Brasil. O mundo inteiro vem verificando nos últimos anos esse acontecimento. O que ocorre é que os países têm preparado sua população de modo diferente para lidar com os recursos. Nesse sentido, aparecem instituições como a OCDE, Banco Mundial e Standard and Poor's -S&P, com pesquisas e propostas de trabalho em Educação Financeira de modo a garantir aos cidadãos condições de atuar no mercado cada vez mais amplo.

A Standard and Poor's é a mais tradicional agência de classificação de risco de crédito do mundo. Em pesquisa realizada no ano de 2014, constatou que os cinco países que mais investem nessa área no mundo são a Noruega, Dinamarca e Suécia (com 71% da população educada sobre o tema), Israel e Canadá (com 68%).

Em sua pesquisa a S&P, considera o domínio básico de determinados tópicos, conforme a tabela 3, em diferentes segmentos da população a respeito da Educação Financeira.

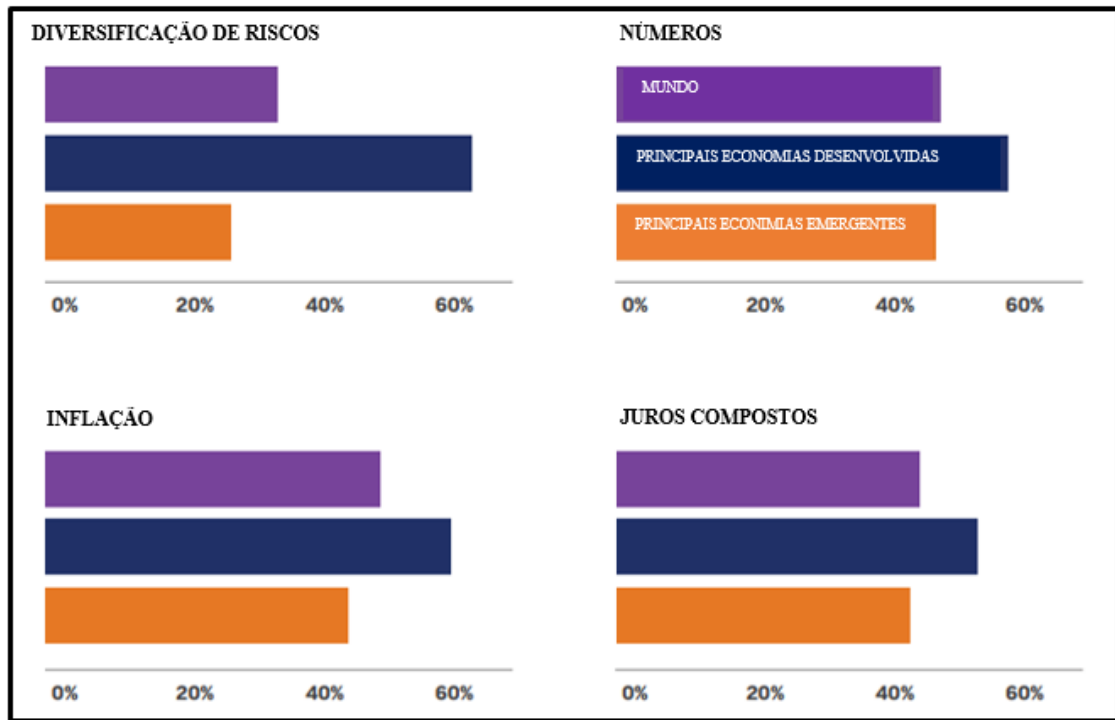
TABELA 3: Quatro questões fundamentais para orientar tomada de decisões financeiras

DIVERSIFICAÇÃO DE RISCOS - Suponha que você tenha algum dinheiro.	INFLAÇÃO - Suponha que nos próximos 10 anos os preços das coisas compradas dobrem.	NÚMEROS - Suponha que você precise emprestar 100 dólares americanos.	JUROS COMPOSTOS Suponha que você ponha dinheiro no banco por dois anos e o banco concorde em adicionar 15 por cento ao ano para sua conta.
É mais seguro colocar seu dinheiro em um só negócio? Ou investimento, ou colocar seu dinheiro em múltiplos negócios ou investimentos?	Se sua renda também dobra, você será capaz de comprar menos do que você pode comprar hoje, o mesmo que você pode comprar hoje, ou mais do que você pode comprar hoje?	Qual é o valor mais baixo a pagar volta: 105 dólares ou 100 dólares mais três por cento?	O banco irá adicionar mais dinheiro ao seu conta o segundo ano do que no primeiro ano, ou adicionará o mesmo montante de dinheiro ambos os anos?

Fonte: S&P Global FinLit Survey. 2014.

O desenvolvimento da pesquisa proposta pela S&P como proposto acima, revelaram os seguintes dados como mostra a figura 5 a seguir.

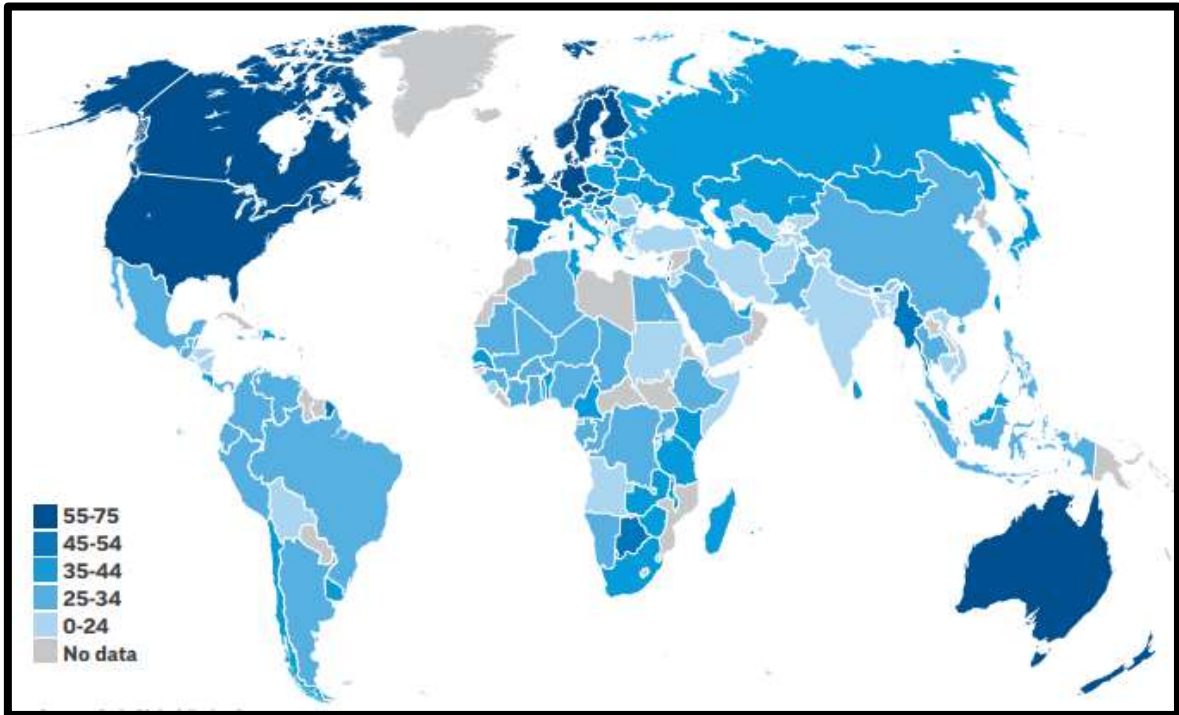
FIGURA 5: Resultados da pesquisa em conceitos financeiros em economias avançadas (percentual de adultos com respostas corretas)



Fonte: S&P Global FinLit Survey. 2014.

A figura 6, da pesquisa da S&P, 2014, revela que o modo como a Educação Financeira em termos de preparação da população para lidar com dinheiro, encontra-se distribuído no mundo, tendo como base os critérios observados na figura 5 está ligado aos países onde se faz um maior investimento na educação, e estes coincidem com as economias mais desenvolvidas do planeta.

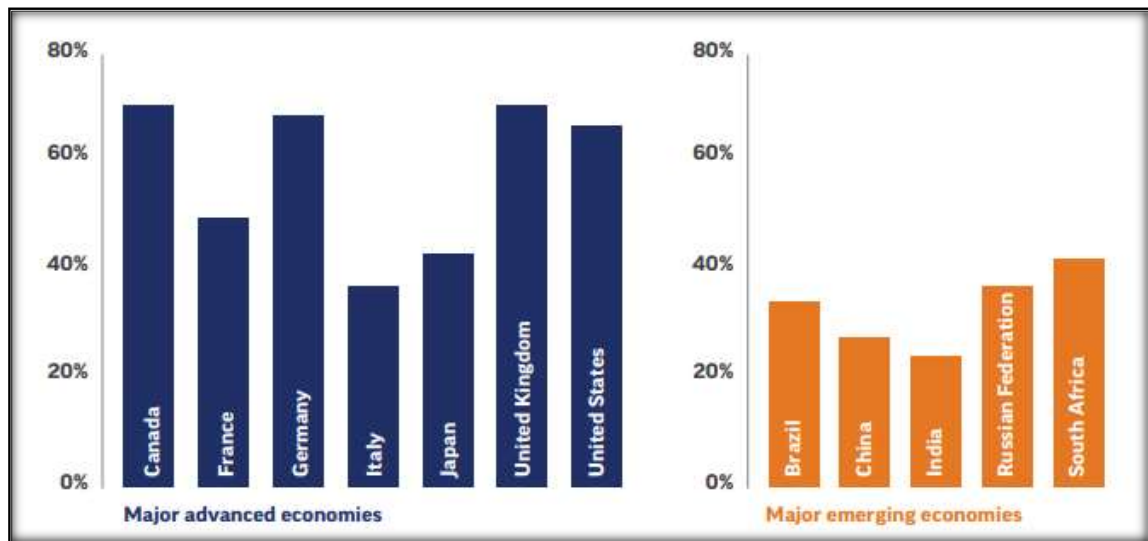
FIGURA 6: Variação global em Educação Financeira -% de adultos que possuem Educação Financeira



Fonte: S&P Global FinLit Survey. 2014.

A figura 7 na sequência, ainda da S&P Global FinLit Survey, 2014 confirma o que está sendo dito, e aponta para a necessidade de maiores investimentos no setor da Educação Financeira e para o desenvolvimento de políticas que favoreçam o processo de formação de uma população preparada para atuar nesse mercado cheio de novidade, inovação e variedades para consumo.

FIGURA 7: Larga variação em Educação Financeira mundial- % de adultos que possuem Educação Financeira



Fonte: S&P Global FinLit Survey. 2014.

O gráfico 2 também aponta resultados obtidos por meio da pesquisa, dos países emergentes, que são aquelas economias não desenvolvidas mas que possuem um mercado promissor e uma indústria em ascensão, resultados que merecem atenção, pois nesses mercados, é onde se verificam as maiores taxas de crescimento populacional na atualidade o que reflete um caráter jovem dessas populações, justamente o público alvo da implementação de políticas para a Educação Financeira.

A pesquisa acima mencionada, realizada sob a iniciativa também do Banco Mundial, constitui-se em uma importante ferramenta para diagnóstico da realidade global no tangente a Educação Financeira. Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados junto a 150 mil adultos em mais de 140 países.

Outra importante organização para a Educação Financeira no mundo é o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento- BIRD, a instituição financeira do Banco Mundial, tendo inclusive atuado desde 2012 no Brasil em programas voltados para preparar os jovens da escola pública a lidar com o dinheiro.

A OCDE desde 2003, em meio a dificuldade dos países em lidarem com as questões financeiras em virtude da ampliação de mudanças ocorridas no mercado em uma velocidade cada vez maior, lança seu conceito para Educação Financeira, que se torna uma referência para tudo o que sucede, além de anualmente lançar publicações com propostas de atuação e relatórios e estatísticas de políticas implementadas. É sem dúvida uma das mais importantes instituições globais para, entre outras, a Educação Financeira.

Informações publicadas pelo Banco Central do Brasil (2016, p. 9), relatam que:

Em 2003, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) iniciou suas atividades relacionadas à Educação Financeira, obtendo, em 2006, o reconhecimento pelo G8 da importância da Educação Financeira e do papel de liderança da OCDE em escala global quanto ao tema. Em 2008, sob a égide de seus comitês de Mercados Financeiros e de Seguros e Previdência Privada, a OCDE instituiu a Rede Internacional de Educação Financeira (*International Network on Financial Education – Infe*). O Banco Central do Brasil participa da Infe desde o início e ocupa um papel de destaque na Rede, atuando como membro de seu *Advisory Board* (Comitê Consultivo).

1.6 EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL COM AS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Não se pode falar em unanimidade conceitual nem práticas para a Educação Financeira. Cada país apresenta suas peculiaridades socioeconômicas e espaciais o que dificulta o estabelecimento de um padrão único para se promover educação. O que é consenso no entanto, é que os países que disponibilizam montantes maiores de seus recursos para a Educação Financeira, são justamente aqueles que aparecem nas estatísticas com os melhores resultados em termos de conhecimento como também de práticas, o que acaba por orientar as decisões financeiras dos cidadãos ao longo das demandas financeiras surgidas ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. Halfed (2007, p. 13), aponta que a vida é feita em ciclos financeiros conforme a figura 8.

FIGURA 8: Ciclos da vida financeira

Fonte: Mauro Halfed. 2007

Pode-se inferir a partir da observação do gráfico de Halfed que no primeiro ciclo, que aparece dividido em etapas onde na primeira o indivíduo só consome. É financiado por alguém. No segunda etapa, é natural que se entre no mercado de trabalho, com as dívidas acumuladas em razão do financiamento estudantil ou do primeiro imóvel, mas conseguindo uma economia, já que teoricamente, a partir da percepção do autor, o consumo não é tão grande por não haver ainda adquirido a responsabilidade familiar, ou seja, não possui ainda dependentes, o que só ocorre na terceira fase onde o consumo aumenta e o salário não é suficiente para os gastos. O ciclo seguinte permite um aumento nas economias, que ajuda na redução das dívidas. O consumo é menor tendo em vista a teórica saída e independência dos filhos. No último ciclo a velhice chega com um aumento nos gastos com saúde e redução da economia, em virtude também dos rendimentos não serem iguais aos verificados nos anos anteriores.

Evidentemente, não se trata de um ciclo onde o processo se repetirá para todas as pessoas, mas o modelo básico das demandas ao longo da vida onde a pessoa passa de dependente financeiro e passa a ser provedor, acumulador e torna a depender, só que desta vez, do que ele próprio tenha acumulado, parece razoável e aceitável, sugerindo até uma certa segurança para o último ciclo da vida.

A maneira que os diferentes países no mundo darão suporte a sua população para que possa estar preparada na condução de cada um dos ciclos da vida econômica, vai sofrer variação. Em alguns países a proposta de Educação Financeira é levada a sério e surte efeitos positivos constatando a importância de se ter as competências financeiras sob o domínio das pessoas, ou por uma parcela significativa.

Os tópicos seguintes pretendem apresentar casos de sucesso em Educação Financeira, mas que possuem diferenças estruturais em seus modelos de implementação das políticas educativas, relevando a importância de se considerar as individualidades no processo de formação de um currículo escolar.

1.6.1 Educação Financeira nos Estados Unidos

Os programas de Educação Financeira nos Estados Unidos já existem desde, pelo menos, a década de 80 no século XX. Por exemplo, o National Endowment for Financial Education- NEFE (Fundo Nacional de Educação Financeira) lançou em 1984 um programa de planejamento financeiro para estudantes da High School. Ele foi destinado às escolas e organizações em todos os cinquenta estados do país, o Distrito de Columbia e as bases militares ao redor do mundo, alcançando mais de cinco milhões de adolescentes em sessenta mil escolas. (Mundy, 2008)

Em 1995, foi criada uma organização denominada JumpStart Coalition for Personal Financial Literacy (Coalizão JumpStart para a Literacia Financeira Pessoal) que envolveu um conjunto de organizações de diferentes setores da sociedade, tais como, organizações comerciais, entidades educativas, empresas de serviços financeiros, fundações de caridade e entidades voluntárias. Os objetivos da coalizão foram: avaliar a literacia financeira dos jovens, desenvolver e divulgar normas de literacia financeira, promover a educação em finanças pessoais nas escolas, melhorar o conhecimento financeiro e habilidades de crianças e jovens adultos, bem como coordenar as atividades de educação financeira de uma variedade de organizações e agências em nível nacional. Por finanças pessoais e literacia financeira, segundo a Jumpstart (2007, p. 1) entende-se que:

Finanças pessoais descrevem os princípios e métodos que indivíduos usam para adquirir e administrar rendimentos e bens. Literacia financeira é a capacidade de usar conhecimento e habilidades para gerenciar com eficiência os recursos financeiros de um indivíduo para se alcançar segurança financeira pela vida inteira.

Fica evidente no exposto acima o caráter participativo do financiamento da Educação Financeira nos Estados Unidos entre o capital privado e os investimentos públicos para a obtenção de bons resultados neste sentido.

Em 2001, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos desenvolveu, em conjunto com uma universidade estadunidense, um currículo denominado Money Math: Lessons for Life (Matemática do dinheiro: Lições para a Vida) com a proposta de utilizar cenários reais de finanças pessoais para ensinar conceitos matemáticos e finanças pessoais para estudantes da 7ª à 9ª série. (U.S. Department of the Treasury, 2006)

O currículo foi desenvolvido com o objetivo de atender aos padrões nacionais e permitir uma fácil integração com a disciplina de matemática, se adequar ao currículo de disciplinas como Ciência da Família e do Consumidor, Estudos Sociais e de cursos complementares.

Em 2002, o Departamento do Tesouro publicou o White Paper, termo que pode ser traduzido como livro branco ou relatório branco que é um documento oficial publicado pelo governo para servir de guia, propondo uma linha de ação para o tema em questão, sobre a integração da Educação Financeira nos currículos escolares com o objetivo de integrar a Educação Financeira com a Matemática e a Leitura no currículo. Verifica-se que mesmo para o país que há décadas ostenta o título de maior economia do planeta, as políticas e medidas mais incisivas para padronização das práticas em Educação Financeira não são antigas.

O White Paper apresentou cinco pontos de acesso para levar às escolas e desenvolver as competências da Educação Financeira nestas. Os pontos apresentados foram: Normas estaduais para testes; Educação; Formação de professores; Livros didáticos e Materiais de Educação Financeira.

Ainda no ano de 2002 o Departamento do Tesouro Americano criou o Office of Financial Education/OFE (Escritório de Educação Financeira), com missão e objetivos focados em prover todos os cidadãos nos Estados Unidos, com conhecimento prático necessário para habilitá-los a decidir sobre investimentos, fazer escolhas conscientes e bem informadas ao longo da vida no que diz respeito a consumo, planejamento financeiro e outros assuntos dentro do que propõe a Educação Financeira.

No ano seguinte a criação do relatório White Paper, o Congresso criou por meio de um decreto de lei, uma comissão governamental para tratar da Educação Financeira dos cidadãos intitulada Comissão de Educação e Literacia Financeira. O Secretário do Tesouro

foi nomeado como chefe da Comissão que foi constituída por outros 19 órgãos federais e agências com o apoio da OFE.

A Comissão de Educação e Literacia Financeira recebeu as atribuições de desenvolver uma estratégia nacional para promover a Educação Financeira para a população, coordenar os esforços de educação financeira em todo o governo federal, oferecer suporte as ações no governo federal e de iniciativa privada a respeito da Educação Financeira, incentivar a sincronização dos esforços provenientes dos setores públicos e privados, desenvolver um site de Educação Financeira com informações para a população no sentido de fazer conhecer os programas federais relacionados além de criar uma linha telefônica gratuita (toll-free hotline) em âmbito nacional que oferecesse suporte em questões relacionadas a decisões financeiras, funcionando como uma consultoria a serviço das pessoas.

Em 2006, foi criado e publicado pela Comissão, um plano mais abrangente para melhorar a Literacia Financeira nos Estados Unidos que foi chamado de Taking Ownership of the Future: The National Strategy for Financial Literacy (Tomando posse do futuro: A Estratégia Nacional de Literacia Financeira). O referido documento possuía treze capítulos discutindo os seguintes temas: Economia geral, a casa própria, reforma da poupança, crédito, defesa do consumidor, direitos do contribuinte, proteção dos investidores a conta bancária, populações multiculturais, educação financeira do jardim da infância ao ensino superior, pesquisa acadêmica e avaliação de programas, esforços de coordenação e perspectivas internacionais. (U.S. Department of the Treasury, 2006, p.87)

Quanto à formação dos estudantes em Educação Financeira, o Taking Ownership of the Future: The National Strategy for Financial Literacy sistetiza seus objetivos do modo como segue apresentato conforme aponta o U.S. Department of the Treasury (2006, p.87):

O ponto de partida para dar às pessoas um conhecimento básico sobre finanças pessoais é a Educação Financeira dos jovens e o melhor lugar para atingir um grande número de jovens é na escola. O ensino de educação financeira deflagra assim o processo de preparar a criança para se tornar um consumidor qualificado e gestor dos bens da família.

A grande preocupação sobre a formação de professores no documento explicitava-se ao apontar para a falta de preparação dos docentes para lecionar a disciplina, conforme pode-se conferir, apontado pelo Department of the Treasury (2006, p.88):

Muitos professores não têm formação adequada para ensinar questões financeiras. Literacia financeira não é algo que aprenderam na faculdade ou

adquiriram em seu desenvolvimento profissional e, portanto, eles não podem se sentir confortável ou confiante para ensiná-la aos alunos.

O documento apontava ainda para a existência de organizações sem fins lucrativos, empresas privadas, clubes de jovens com o objetivo de complementar o ensino de Literacia Financeira nas escolas. A esse exemplo, cita-se a organização nacional para meninas que ensina habilidades financeiras; o acampamento de verão da Carolina do Norte que fornece formação financeira para meninos e meninas de baixa renda; centros comunitários para jovens e o centro correcional de reabilitação de delinquentes do estado de Minnesota.

Em 2008, foi proposto pelo presidente dos Estados Unidos o The President's Advisory Council on Financial Literacy/PACFL (Conselho Consultivo do Presidente sobre Educação Financeira), que foi de fato instituído. Tratava-se de um conselho de assessoria em Educação Financeira constituído por representantes de dezesseis instituições, com objetivo de ampliar o diálogo e as parcerias com o setor privado.

Foram propostas diversas iniciativas e estratégias para o desenvolvimento do processo de educar financeiramente o indivíduo. Entre as iniciativas promovidas pelo conselho, estavam: o lançamento do concurso de educação financeira; o apoio a um programa de matemática com foco em educação financeira nas escolas; a realização de diversas parcerias para projetos específicos, como apoio ao empreendedorismo; orientação ao Tesouro quanto à primeira pesquisa nacional do grau de educação financeira dos consumidores estadunidenses.

Entre as propostas decorrentes deste estudo, estavam a expansão e aprimoramento da educação financeira nas instituições de ensino, do jardim da infância ao ensino superior.

Foi lançado no mês de março de 2012 pelo Conselho de Educação Econômica -CEE um relatório, com base em dados obtidos por meio de pesquisas no ano de 2011, com o título *Survey of the states: Economic and Personal Finance Education in our Nation's School 2011* (Pesquisa dos Estados: Economia e Educação em Finanças Pessoais nas escolas da Nação 2011) que, através de uma investigação, apresentou uma análise nos Estados Unidos dos números referentes a aferição da educação em finanças pessoais e econômica nos 50 estados e no distrito de Columbia.

Esta pesquisa é um relatório bienal que acontece desde o primeiro inquérito em 1998 e possui como meta trazer dados que possam informar sobre como está o desenvolvimento da educação em finanças pessoais nas escolas do país. O objetivo do conselho é expresso nos seguintes termos:

O Conselho de Educação Econômica oferece ensinamentos sobre o mundo real às crianças por intermédio de aulas de economia e finanças pessoais, a fim de que possam fazer escolhas fundamentadas e responsáveis durante toda a vida, como consumidores, poupadores, investidores, cidadãos e participantes da economia global. Superamos a lacuna do conhecimento apoiando com professores preparados, escolas que ministram educação financeira pessoal e econômica K12. A cada ano programas da CEE chegam a mais de 55 mil professores K-12 e cerca de 5 milhões de estudantes nos Estados Unidos. (Council for economic education, 2012).

Este relatório teve uma relevante importância por apresentar comentários de vários especialistas explicitando suas preocupações quanto a maneira de lidar com o consumo por parte da população. Foi a partir desses relatos que se teve a possibilidade de constatar que a crise econômica de 2008 nos Estados Unidos conduziu a uma atenção nacional para os riscos de uma sociedade que não está educada financeiramente, fato que se apresenta totalmente coerente com as propostas da ODCE para esta finalidade.

As principais conclusões do relatório mostraram que o número de estados que exigiam que os estudantes fizessem um curso de economia como requisito para a formatura na High School aumentou de 21 em 2009 para 22 em 2011; que apenas 16 estados exigiam o teste de conhecimento do aluno em economia, três a menos do que em 2009; que o número de estados que exigiam que os alunos fizessem um curso de finanças pessoais ou de finanças pessoais incluindo um curso de economia com uma exigência da graduação permaneceu em 13 (Council for economic education, 2012).

Esses dados sugerem que não houveram nenhuma melhoria em relação a 2009. Mas, por outro lado, o número de estados que estavam exigindo a implementação de conteúdos de finanças pessoais na escola foi de 34 em 2009 para 36 em 2011, revelando um discreto aumento.

Este breve histórico sugere os esforços do governo e de setores da sociedade, possuindo a preocupação e interesse em educar financeiramente os estudantes e jovens no ambiente escolar e em ambientes não formais de ensino. É importante que se observe ainda que a inserção do assunto não ocorre em todas as escolas do país e não ocorre em todos os estados.

A Educação Financeira nos Estados Unidos vem sendo construída ao longo dos últimos 30 anos como um esforço de educar financeiramente seus cidadãos. Vimos que muito do que sido feito esteve direcionado à escola e quase a totalidade das ações e

implementações de cursos foram direcionadas para alunos do Ensino Médio. O foco do ensino dos programas está em finanças pessoais, buscando de maneira pragmática introduzir os alunos no mundo do sistema financeiro dos adultos e discutir as questões financeiras rotineiras que enfrentam no seu dia a dia. Silva e Powel (2016) sobre a Educação Financeira nos Estados Unidos colocam que:

O ensino de Educação Financeira nos Estados Unidos no ambiente escolar não está sob os cuidados exclusivamente dos professores. Existem muitos outros profissionais e voluntários, dos mais variados setores da sociedade, ensinando o assunto. Representantes de cooperativas atuam em âmbito nacional fazendo visitas às escolas para falar sobre serviços financeiros. Organizações sem fins lucrativos fornecem voluntários treinados, oriundos do setor empresarial, para fornecer perspectivas sobre literacia do comportamento financeiro do “mundo real” em visitas às salas de aula das escolas. O financiamento para subsidiar a maioria dos projetos de Educação Financeira nos Estados Unidos vem principalmente do setor privado, como por exemplo, as Instituições financeiras, fundações e instituições acadêmicas. Porém, existem alguns subsídios do governo, como por exemplo, aquele que acontece via Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.

1.6.2 Educação Financeira no Reino Unido

O Reino Unido, conforme dados apresentados nas estatísticas dos tópicos anteriores, apresenta uma população entre as mais preparadas para lidar com as finanças, o que demonstra um bom nível de Educação Financeira.

Segundo matéria publicada no site da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, o Reino Unido estabeleceu a disciplina desde agosto de 2000 e o programa por eles desenvolvido inclui treinamento de professores e fornecimento de material voltado para crianças a partir de 4 anos de idade.

Dados do site do Banco de Portugal, apontam que após consulta popular no Reino Unido, ficou decidida a inclusão da Educação Financeira no currículo escolar, nas disciplinas de matemática e cidadania. A matéria publicada em março de 2013 revela que:

No novo currículo prevê-se que os conteúdos de literacia financeira na disciplina de matemática se iniciem aos 5 anos de idade. Pretende-se que os alunos desta idade conheçam o valor das diferentes notas e moedas e

resolvam problemas financeiros simples, com somas e subtrações de dinheiro. A educação financeira na disciplina de matemática prolonga-se até aos 16 anos, tornando-se progressivamente mais complexa. Os alunos entre os 14 e os 16 anos já devem ser capazes de compreender melhor o mundo das finanças e de utilizar métodos aritméticos e matemáticos para resolver problemas desta natureza.

Espera-se desenvolver as competências para lidar com dinheiro, fazer planeamento nas diferentes etapas da vida, bem como preparar a população para atuação mais consciente no mercado de consumo e produção.

1.7 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A população brasileira a exemplo da realidade dos países emergentes, deixa muito a desejar quando o quesito é Educação Financeira. A falta de habilidades para gerenciar recursos, refletida no aumento do endividamento das famílias, ou na falta de planeamento financeiro a curto, médio ou longo prazos, são um retrato desse quadro. A esse respeito Cabral (2013, p. 6) aponta que:

O consumo desenfreado de bens e serviços estimula o aumento do preço dos produtos, que por sua vez elevam o nível de inflação, desvalorizam a renda pessoal disponível e lançam os consumidores aos empréstimos pessoais, aos cartões de crédito, a utilização de limites de cheque especial, que no final desse ciclo terão um grande desequilíbrio financeiro.(...) Adotar o consumo consciente e evitar situações de risco em investimentos, empréstimos e outras transações financeiras no cotidiano, impedirá que no futuro comprometa sua vida pessoal ou o equilíbrio financeiro da sociedade.

Sobre o endividamento proveniente desse consumo desenfreado e estimulado em período integral pelos veículos de comunicação de massa, Hennigen 2012 afirma que:

O superendividamento dos consumidores constitui um fenômeno social de extrema relevância na atualidade. Todavia, esta questão não faz correlação somente a um campo de conhecimento, posto que se configura como um grave e crescente problema social que necessita, para sua entendimento e enfrentamento, da articulação de diferentes disciplinas.

Os avanços e transformações sociais, econômicas, e tecnológicas no mundo, pontaram a necessidade de urgente intervenção por meio de ações governamentais com o

objetivo de educar financeiramente a população. A exemplo disso podemos citar os estudos realizados no âmbito dos países da OCDE para o biênio 2003-2004, que entre outros, propôs a inserção de um projeto denominado Financial Educativo Project (Projeto de Educação Financeira) que surge do interesse e necessidade dos países membros da organização em educar financeiramente seus cidadãos. A primeira fase deste projeto teve culminância em 2005 com a publicação da pesquisa registrada no *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies* (Melhoria da Literacia Financeira: Análise de Questões e Políticas), um relatório que deu origem a um segundo documento denominado *Recomendações sobre Princípios e Boas Práticas de Educação Financeira e conscientização*, onde encontramos a definição de Educação financeira proposta pela OCDE, já citada em capítulos anteriores. A OCDE incentiva a elaboração e execução de projetos e programas sobre a educação financeira não apenas nos países que a compõem, mas a também em outros países. Para que este tipo de programa aconteça, este organismo definiu alguns princípios e recomendações para a boa prática da Educação Financeira. Esses princípios seguem enumerados, sob a tradução e organização de Savoia, Saito e Petroni (2006, p.5), que se dedicaram a estudar o tema, assim que o relatório da OCDE foi divulgado.

1. A Educação Financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2. Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3. O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.

4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5. A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam.
6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A Educação Financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo, o quanto antes.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações.
9. Os programas de Educação Financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento, e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível

A respeito das transformações e avanços recentes Vieira et al (2011, p. 68), apontam que:

O aumento da complexidade das operações e serviços financeiros, a globalização, os avanços tecnológicos, os novos canais de distribuição eletrônica e a integração do mercado exigem dos cidadãos uma cultura financeira mais apropriada e consciente, a fim de conseguirem se integrar a tais transformações e fazerem com que o resultado delas seja uma melhor qualidade de vida particular e para todos a sociedade.

Em 2007 pela primeira vez o governo brasileiro se mobiliza, seguindo tendência global, para desenvolver as primeiras iniciativas direcionadas para a Educação Financeira,

quando por meio de um grupo de trabalho, composto por representantes do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, da Secretaria de Previdência Complementar- SPC e da Superintendência de Seguros Privados- SUSEP , para desenvolver uma proposição de Estratégia Nacional de Educação Financeira- ENEF.

Com o objetivo de preparar a criança e o adolescente para lidar com o dinheiro, seguindo sugestão da OCDE, em 2010 foi instituída a ENEF por meio de um decreto. Para elaborar um documento que apresentasse um modelo conceitual para levar a Educação Financeira às escolas foi constituído o Grupo de Apoio Pedagógico- GAP, sob a orientação e supervisão do Ministério de Educação e Cultura - MEC. O documento resultante, teve o título Orientações para Educação Financeira nas Escolas, apresentou um conjunto de princípios que tinham como finalidade nortear o ensino de educação financeira (Brasil/ENEF, 2011, p. 56-85).

A proposta do programa brasileiro para Educação Financeira é expressa da seguinte maneira:

O objetivo do programa é desenvolver uma proposição de Estratégia Nacional de Educação Financeira, prevendo a promoção de um inventário nacional de ações e de projetos de educação financeira no país, além de uma pesquisa que mapeie o grau de conhecimento financeiro da população brasileira. Além das ações destinadas ao público-alvo para adultos, o ENEF prevê ações voltadas para as escolas, seguindo uma tendência mundial. Este organismo tem como principais objetivos promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolha consciente quanto à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (Brasil, 2010, p. 2).

O GAP além de elaborar o documento, promoveu outras ações com o intuito de levar a Educação Financeira para as instituições educativas. Dentre essas ações pode-se citar a formação de professores e de um projeto piloto direcionado às escolas participantes de um programa do governo, o Mais Educação, uma das metas do MEC. Esse plano de ações envolvia: campanha de sensibilização e conscientização das pessoas envolvidas com a educação e com a comunidade escolar; iniciativas voltadas para os profissionais da educação, principalmente professores e gestores; ações de controle e avaliação dos resultados da implementação dos pontos acima mencionados.

A proposta pedagógica e o modelo conceitual do material didático com o objetivo de educar financeiramente os estudantes brasileiros toma como referencial a definição de educação financeira apresentada pela OCDE, e considera que:

O modelo pedagógico foi concebido para oferecer ao aluno informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos autônomos e saudáveis, para que ele possa, como protagonista de sua história, planejar e fazer acontecer a vida que deseja para si próprio, em conexão com o grupo familiar e social a que pertence. Nesse sentido, o foco do trabalho recai sobre as situações cotidianas da vida do aluno, porque é nelas que se encontram os dilemas financeiros que ele precisará para resolver (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 7).

Os objetivos das práticas em Educação Financeira no Brasil, segundo o modelo pedagógico são apresentados na tabela 4 expressa abaixo.

TABELA 4: Relação entre objetivos e competências da Educação Financeira no Brasil

Objetivos	Competências
OB1 Formar para a cidadania	CO1 Debater direitos e deveres
OB2 Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	CO2 Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis CO3 Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida.
OB3 Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	CO4 Ler e interpretar textos específicos de Educação Financeira CO5 Ler criticamente textos publicitários CO6 Tomar decisões financeiras autônomas de acordo com suas reais necessidades
OB4 Formar disseminadores	CO7 Atuar como multiplicadores
OB5 Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazo	CO8 Elaborar planejamento financeiro
OB6 (6) Desenvolver a cultura da prevenção	CO9 Analisar alternativas de prevenção em longo prazo
OB7 Proporcionar a mudança da condição atual	CO10 Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas

Nota: OB – Objetivo; CO – Competência

A inserção da Educação Financeira nas escolas no brasileiras encontra-se em estágio inicial. Somente algumas escolas participaram de pré-teste com o material didático para o Ensino Médio. Uma coleção de três livros para estudantes do Ensino Médio foi disponibilizada de maneira completa em três volumes no ano de 2013, estruturada em três blocos conforme tabela 5 abaixo.

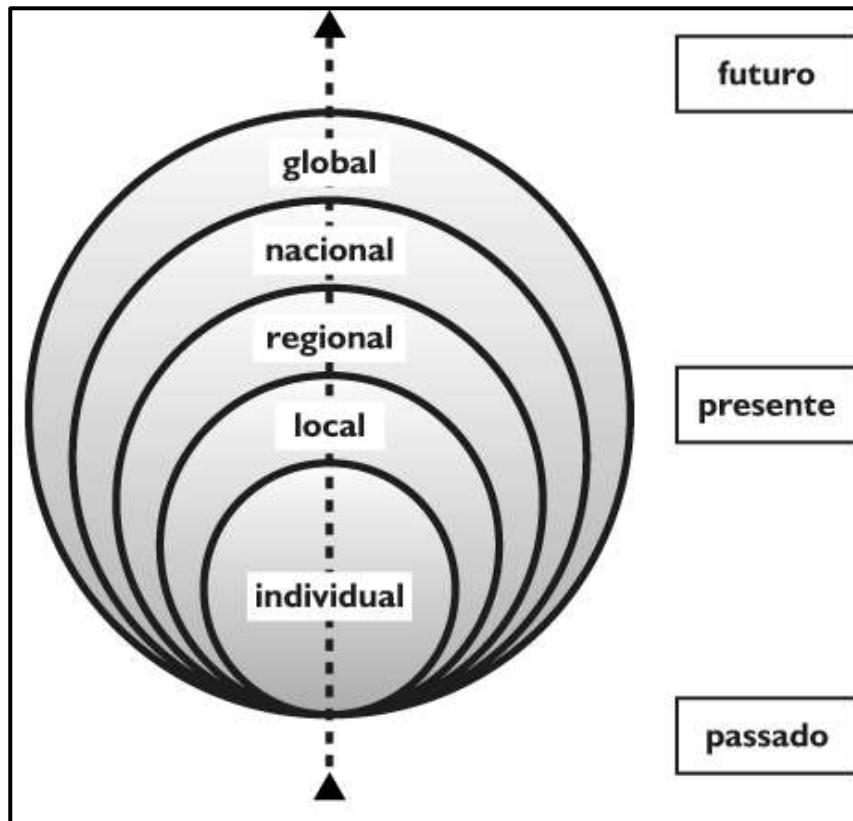
TABELA 5: Estrutura dos blocos do material didático de Educação Financeira no Brasil

<p style="text-align: center;">BLOCO 1</p> <p style="text-align: center;">ÂMBITO INDIVIDUAL (Situações de curto prazo)</p>	<p style="text-align: center;">O QUE VOCÊ SABE?</p> <p style="text-align: center;">Tema 1 Vida familiar cotidiano</p> <p style="text-align: center;">Tema 2 Vida social</p> <p style="text-align: center;">Tema 3 Bens pessoais</p> <p style="text-align: center;">SONHO PLANEJADO</p>
<p style="text-align: center;">BLOCO 2</p> <p style="text-align: center;">ÂMBITO INDIVIDUAL (Situações de médio e longo prazo)</p>	<p style="text-align: center;">O QUE VOCÊ SABE?</p> <p style="text-align: center;">Tema 4 Trabalho</p> <p style="text-align: center;">Tema 5 Empreendedorismo</p> <p style="text-align: center;">Tema 6 Grandes Projetos</p> <p style="text-align: center;">SONHO PLANEJADO</p>
<p style="text-align: center;">BLOCO 3</p> <p style="text-align: center;">ÂMBITO SOCIAL</p>	<p style="text-align: center;">O QUE VOCÊ SABE?</p> <p style="text-align: center;">Tema 7 Bens públicos</p> <p style="text-align: center;">Tema 8 Economia do país</p> <p style="text-align: center;">Tema 9 Economia do mundo</p> <p style="text-align: center;">SONHO PLANEJADO</p>

Fonte: Brasil/COREMEC, 2010a, p. 14.

Cada um dos nove temas consiste de um conjunto de sete Situações Didáticas (SDs), que, segundo o texto, entende-se “o conjunto de ações e atividades que desenvolvem no aluno as competências que acionam os conhecimentos necessários para lidar com as múltiplas e variadas situações financeiras do cotidiano” (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 13).

Quanto ao objetivo da Estratégia Nacional de Educação Financeira, em consonância com os dados mencionados, a figura 9 ilustra a maneira como se pretende atuar nesse campo.

FIGURA 9: Proposta da Educação Financeira Brasileira

Fonte: Enef 2016

Conclui-se então que “as SDs constituem um instrumento que congrega objetos de conteúdo (conhecimentos, conceitos) e objetos didáticos (orientações pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de competências)” (Brasil /COREMEC, 2010a, p. 13).

A proposta do programa é que cada situação didática dure, em média, de uma a duas aulas, o que totalizaria 34 horas-aula em um ano. Além disso, a posição de diluir o ensino pelas várias disciplinas do currículo é apresentada nos seguintes termos:

(...) o material de Educação Financeira pode ser aplicado por qualquer professor de qualquer matéria porque o desejável é que ele faça por meio de sua faceta cidadã e não necessariamente pelo ângulo de sua especialidade. Em outras palavras, um professor de português ou de geografia, que tenha uma vida financeira organizada, pode perfeitamente ensinar os alunos a fazer orçamento. (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 15).

Nos meses de setembro e novembro de 2013, foi realizado um levantamento das iniciativas para promover Educação Financeira no país. Essa pesquisa deu origem a um documento intitulado “Mapa da Educação Financeira no Brasil: uma análise das iniciativas

existentes e as oportunidades para disseminar o tema em todo o país” e identificou quatro segmentos atuantes na educação financeira nacional:

- I- educação financeira para o futuro, representando 31% das iniciativas cadastradas e com o objetivo de sensibilizar crianças e adolescentes para o tema;
- II- democratização da educação financeira, representando 25% das iniciativas cadastradas e de caráter gratuito e democrático, sem distinção de público-alvo;
- III- consultorias especializadas, representando 24% das iniciativas e com a finalidade de proporcionar conhecimento financeiro para outras pessoas e organizações na forma de treinamentos e cursos pagos;
- IV- empresas privadas com foco no mercado de atuação, representando 20% das iniciativas e com o objetivo de qualificar seus mercados de atuação e atender seus clientes e demais *stakeholders* (Brasil, 2014).

O relatório mostrou que jovens e adultos com ensino médio e superior são os mais beneficiados por essas iniciativas e que públicos mais vulneráveis a conflitos de consumo, como idosos, crianças e moradores de regiões menos assistidas por órgãos de defesa do consumidor, carecem de ações específicas de educação financeira (Brasil, 2014).

Silva e Powell (2013, p.p. 12-13), apontam três características de um indivíduo educado financeiramente ou que desenvolveu um pensamento financeiro. São elas:

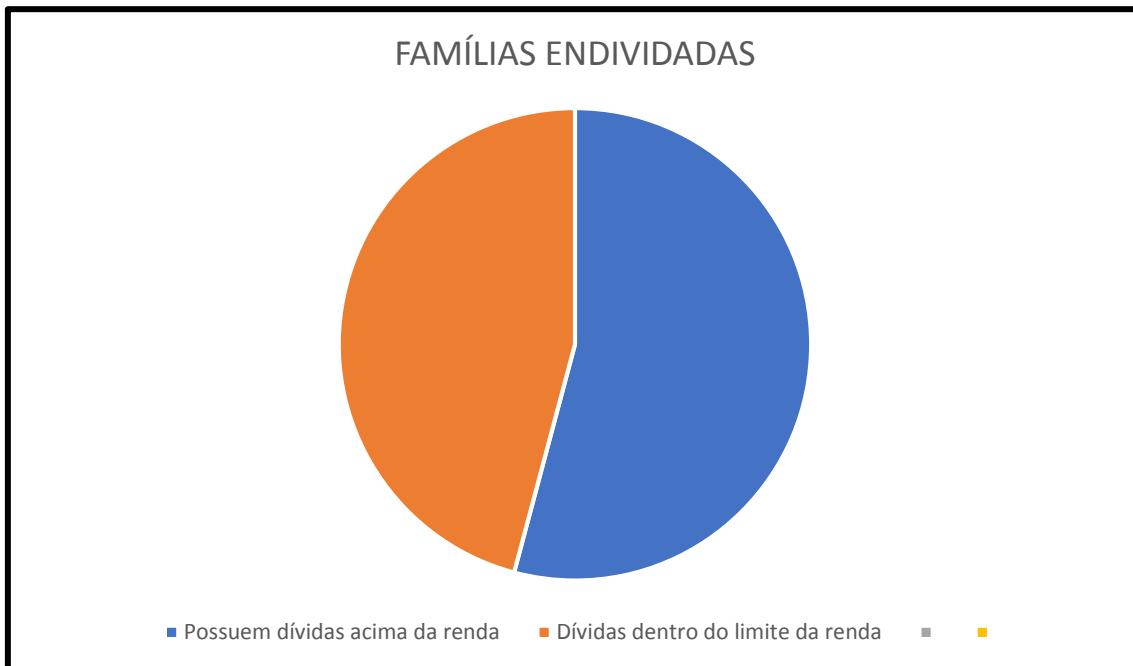
- a) Frente a uma demanda de consumo ou de alguma questão financeira a ser resolvida, o estudante analisa e avalia a situação de maneira fundamentada, orientando sua tomada de decisão valendo-se de conhecimentos de finanças, economia e matemática;
- b) opera segundo um planejamento financeiro e uma metodologia de gestão financeira para orientar suas ações (de consumo, de investimento, ...) e a tomada de decisões financeiras a curto, médio e longo prazo;
- c) desenvolveu uma leitura crítica das informações financeiras veiculadas na sociedade.

1.8 ESTATÍSTICAS BRASILEIRA EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada, IPEA (2012) divulgou resultados que apontavam para 54,15% das famílias entrevistadas endividadas. A pesquisa aponta que a dívida

média mensal das famílias brasileiras chega a R\$ 5.426,59 e que quase 20% das famílias têm alguma conta atrasada, mas cerca de 60% acreditam que conseguirão quitar essas dívidas total ou parcialmente no mês seguinte. De acordo com o documento uma família em cada dez encontra-se com grau de endividamento elevado, conforme apresenta figura 10.

FIGURA 10: Endividamento das famílias brasileiras



Fonte: IPEA 2013.

Além do endividamento, a população brasileira necessita de orientação quando a serviços financeiros como poupança, previdência, investimentos e aquisição de bens e serviços.

Considerando que em 2013 a ENEF passa a ser implementada, de forma experimental em algumas escolas selecionadas, e que já haviam sido contabilizados 803 programas de Educação Financeira governamentais e de instituições particulares no primeiro relatório de Mapeamento de Educação Financeira no Brasil, divulgado em 2014, espera-se que o segundo relatório em processo de elaboração no ano de 2018, apresente mudanças nesse quadro tendo em vista o aumento de serviços oferecidos pelo governo e por organismos no sentido de promover Educação Financeira.

De acordo com o relatório das ENEF 2014:

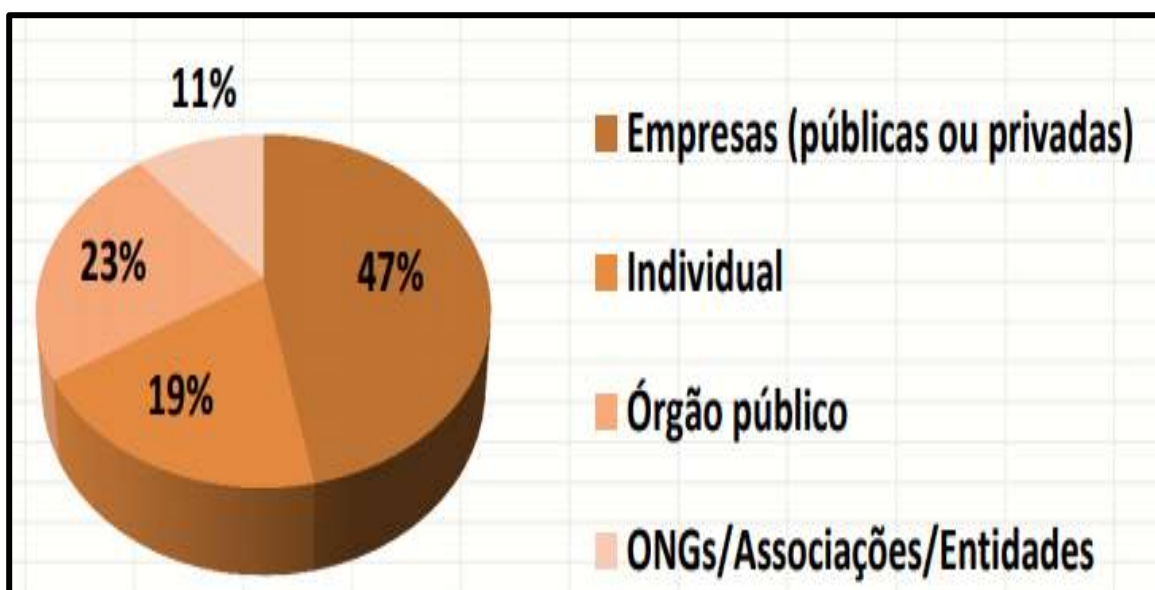
Desse universo, 317 iniciativas foram voluntariamente cadastradas por meio do autopreenchimento de um formulário existente no site da ENEF (www.vidaedinheiro.gov.br). Isso representa 40% do total de 803 projetos,

formando uma amostra representativa de ações que foi consolidada nesse mapeamento. Sua análise leva a algumas importantes constatações. Por exemplo: 60% das iniciativas mapeadas são absolutamente gratuitas.

Nesse aspecto, há um alinhamento informal aos objetivos da ENEF, que tem entre seus pressupostos o estímulo a iniciativas e à participação de empresas, órgãos governamentais e da sociedade civil em ações que democratizem o acesso gratuito à informação, formação e orientação financeira.

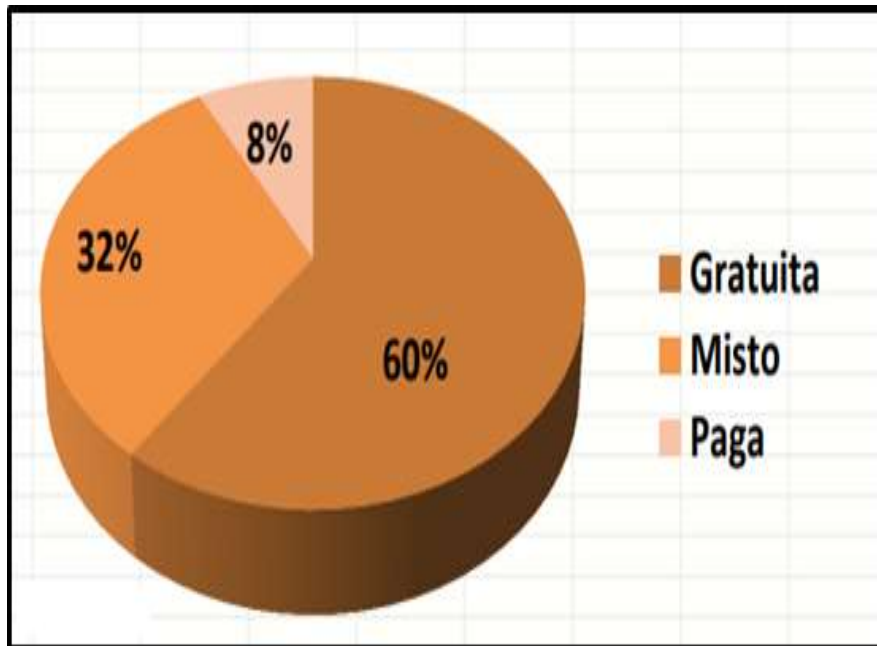
A figura 11 abaixo nos auxilia na visualização dos dados apontados por esse relatório:

FIGURA 11: Iniciativas brasileiras para Educação Financeira



Fonte: ENEF 2014

Outras informações importantes trazidas também em 2014, revelam o percentual de serviços gratuitos disponíveis para a população. Vale salientar que esse cadastramento de programas não é censitário, mas apresenta números expressivos e revelam o caráter informal do modo como a Educação Financeira vem sendo abordada no Brasil. A figura 12 revela a origem do financiamento dessas iniciativas.

FIGURA 12: Financiamento da Educação Financeira no Brasil

Fonte: ENEF 2014

As ações propostas para Educação Financeira no Brasil se dividem em quatro grupos de ações de acordo com o Relatório Analítico da ENEF 2014:

O 1º grupo abarca iniciativas que privilegiam o ensino de crianças e jovens. Representa 31% do universo mapeado e foi denominado na pesquisa grupo da Educação Financeira para o Futuro;

O 2º grupo engloba ações de abrangência nacional, sem público-alvo definido, cuja preocupação é introduzir os principais temas financeiros à população em geral. Representa 25% do total. É o grupo da Democratização da Educação Financeira;

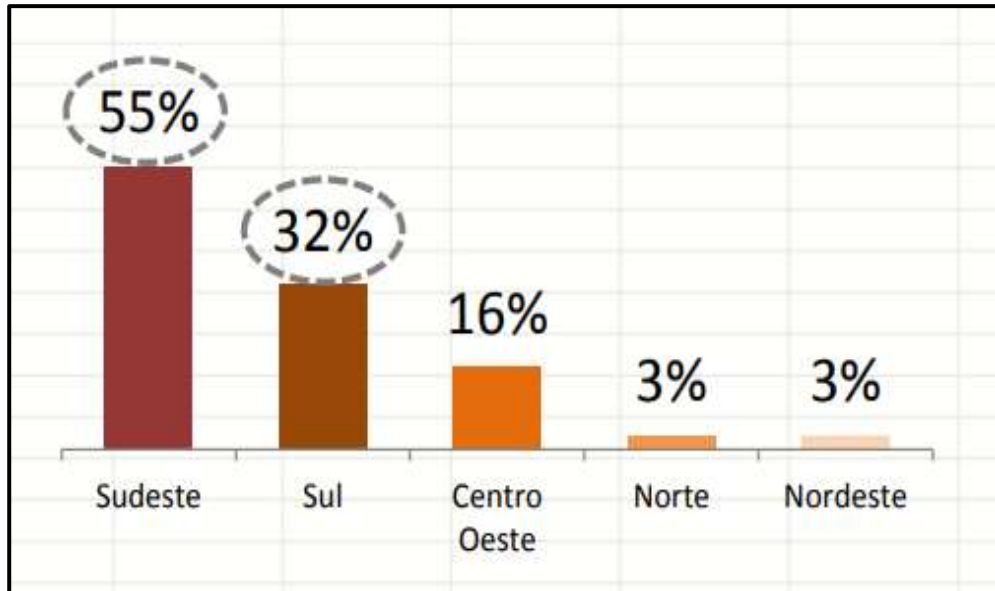
O 3º grupo abrange as iniciativas dirigidas a públicos específicos e oferece venda de treinamento e consultoria. Representa 24%. São as Consultorias Especializadas;

Por fim, o 4º grupo inclui as iniciativas de instituições que querem qualificar seus mercados de atuação e atender a seus clientes e demais stakeholders (públicos de relacionamento). Representa 20%. São as Empresas Privadas com Foco no Mercado de Atuação.

É importante considerar dois aspectos, sendo o primeiro deles a natureza das instituições que abordam a Educação Financeira, que não são especializadas neste tema. O

mesmo é abordado de forma transversal. Outro aspecto diz respeito a forte regionalização destas ações sobre o território nacional, conforme apresenta abaixo o gráfico da ENEF 2014 expresso na figura 13 em sequência.

FIGURA 13: Concentração Regional das Ações em Educação Financeira



Fonte: ENEF 2014

As informações divulgadas por esse relatório são muito importantes pois darão subsídios para que novos programas possam ser implementados, ou mesmo favorecem o aprimoramento dos programas que já estão em execução.

1.9 PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA SESI UNIDADE ROBERTO EGYDIO DE AZEVEDO

Para o desenvolvimento das competências propostas pela Educação Financeira, de acordo com o modelo de inserção do tema no currículo escolar, as estratégias de atuação pedagógica apresentam diferenças estruturais e dinâmicas para cada um dos anos do Ensino Médio.

No primeiro ano, o trabalho consiste em apresentar os conceitos de empreendedorismo, compartilhar casos de sucesso no processo empreendedor, mostrar o dinamismo da circulação do dinheiro ao longo da história, apontar os aspectos de mercado que possibilitem diferentes formas de empreender nos diversos significados que esta palavra possa apresentar.

Recursos como revisão teórica, análise e simulações de condições de juros e rendimentos de aplicações em diferentes valores nos principais produtos financeiros como: caderneta de poupança, tesouro direto, bolsas de valores e previdência complementar.

Para desenvolver o hábito de poupar parte dos recursos, ou mesmo planejar uma aquisição futura considerando meses, utiliza-se a estratégia da poupança individual planejada no cofrinho pessoal, onde a proposta é guardar semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente conforme acordo estabelecido com as turmas, valores percentuais dos recursos individuais estabelecidos conforme as expectativas e peculiaridades de cada aluno. Nessa estratégia é desenhada uma tabela de acompanhamento mensal de depósitos em cofrinho e total acumulado em cada período de conferência. A esse despeito dessa prática, as políticas nacionais expressas em Brasil/COREMEC (2010, p. 8), apontam que:

Na dimensão espacial, os conceitos da Educação Financeira são tratados tomando-se como ponto de partida o impacto das ações individuais sobre o contexto social e vice-versa. Essa dimensão compreende os níveis individual, local, regional, nacional e global, organizados de modo inclusivo.

Ao final de um prazo fixo determinado previamente conforme expectativas da turma, o valor é retirado e direcionado para os fins para os quais se havia pensado no momento em que teve início o processo de poupança planejada.

Competências como planejamento, organização e educação financeiras são trabalhadas nesse processo, onde o professor funciona como mediador do processo de criação de cada programa de poupança. São relatadas experiências de planejamentos que apresentam inviabilidade para execução por diversos motivos. Dentre esses motivos pode-se apresentar: valores pensados pelos alunos, acima da possibilidade de poupança de cada um; objetivo estabelecido além do que um planejamento a curto prazo pode permitir realizar; descontinuidade de alguns alunos durante o processo de poupança; participação equivocada dos pais que ao final do prazo estabelecido, confere ao filho o valor que deveria ter sido uma conquista do aluno em processo de formação e consciência financeira, o que revela o caráter insatisfatório do nível de consciência financeira das famílias.

Após abertura dos valores e direcionamento inicial, são feitos trabalhos pontuais de estímulo a poupança de valores, além de simulações de quanto aquele valor teria rendido sendo aplicado considerando os seguintes pontos: aplicação em caderneta de poupança; aplicação em títulos do governo, quando os valores são suficientes; aplicação em ações da bolsa, quando suficientes; nível de desvalorização do dinheiro, frente a inflação do período.

O ato de planejar finanças é contemplado pela proposta nacional de Educação Financeira dentro do que se chama dimensão temporal, onde se pretende desenvolver o ato de planejar. Sobre a dimensão temporal Brasil/COREMEC (2010a, p. 8) aponta que:

Na dimensão temporal, os conceitos são abordados a partir da noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos que permitirá perceber o presente não somente como fruto das decisões tomadas no passado, mas também como o tempo em que se tomam certas iniciativas cujas consequências positivas e negativas serão vivenciadas no futuro

No segundo ano do Ensino Médio, ao longo do processo letivo é construído um Plano de Negócios etapa por etapa, com culminância em um projeto que dura quase uma década denominado Feira do Empreendedor.

O projeto é realizado em diferentes etapas. A primeira delas é a escolha de equipes de trabalho, que deverá permanecer a mesma até a culminância do projeto, salvo algumas exceções em que os componentes migram em função de divergências de interesses, familiaridade com trabalhos alheios, entre outros. Esta equipe de trabalho é dividida de acordo com as funções que cada um deverá exercer no trabalho, seguindo um modelo de organograma empresarial em que haverá líderes, equipe de marketing, equipe de compras, equipe de vendas, equipe de produção, equipe financeira e estratégica. Sobre a prática do projeto, Valente (2000, p. 4), aponta que:

No desenvolvimento do projeto o professor pode trabalhar com os alunos diferentes tipos de conhecimentos que estão imbricados e representados em termos de três construções: procedimentos e estratégias de resolução de problemas, conceitos disciplinares e estratégias e conceitos sobre aprender.

O primeiro passo do projeto é definir que tipo de empresa será montada: equipe de serviços ou de produtos. Tendo definida esta etapa, parte-se para a definição do que será oferecido ao cliente. Os próximos passos são: escolha do nome da empresa e ramo desta, onde também, busca-se traduzir a essência do negócio por meio do nome. São realizadas reuniões com as equipes para que se faça uma brainstorm (tempestade de ideias) para escolha do nome que dará personalidade a empresa; determinação da missão, visão e valores da empresa. Esta fase compreende a etapa que revela o caráter objetivo, social e financeiro da empresa. É interessante que os componentes definam o papel da sua empresa enquanto fornecedora de bens ou serviços e a funcionalidade desses bens e serviços. Temas como

responsabilidade social e ambiental são trabalhados e discutidos quanto a sua relevância no mercado e para a sociedade onde esteja inserida. A visão da empresa revela o caráter ambicioso desta no sentido de onde queira chegar, que posição pretende ocupar; elaboração do organograma empresarial (definição de funções). Nesta fase é importante que os componentes se conheçam entre si e suas habilidades individuais para que as funções sejam exercidas com base nas escolhas individuais colocadas sob a perspectiva da equipe onde o indivíduo esteja inserido; cotação com fornecedores pois conhecer os itens fundamentais à produção é um passo importante para a posterior formulação de preços. Nesta etapa muitos negócios são redefinidos pois o aluno se depara com as demandas financeiras que precisarão ser cumpridas para que os compromissos financeiros sejam honrados; plano financeiro da empresa que consiste em levantar custos de produção. Estes custos envolvem matérias primas, mão de obra, energia, marketing, entre outros. É o momento em que os preços do produto são formados considerando a cobertura desses custos e a margem de lucro é desenhada. São diferenciados conceitos como lucro e salário. Muitos produtos se mostram inviáveis nesta etapa enquanto outros apresentam-se muito promissores e inspiram até mesmo o passo que será dado pelo aluno quanto ao curso superior que este possa vir a cursar; desenvolvimento de protótipos que consiste em traçar um esboço do que se quer oferecer enquanto empresa; elaboração de layout e design empresarial (localização e fluxograma empresarial). Esta etapa é relevante pois revela o caráter mercadológico do projeto e permite avaliar o *know-how* de mercado para o segmento escolhido, uma vez que a localização empresarial é um dos fatores estratégicos mais importantes; desenvolvimento do plano de marketing, momento em que a equipe avalia a melhor forma de divulgar seu produto ou serviço, o que pressupõe o conhecimento de seu público alvo. São decididas se a melhor forma de divulgação é rádio, tv, redes sociais e mídias digitais, jornal, outdoor, entre outras; produção para lançamento dos produtos ou serviços no evento. Esta fase é muito importante pois mobiliza toda comunidade escolar, bem como a hierarquia estadual da rede Sesi, da qual a escola faz parte como unidade de referência; avaliação do evento e identificação de oportunidades de melhorias para uma possível implementação; avaliação da viabilidade do modelo financeiro das equipes.

Nos terceiros anos do Ensino Médio, já tendo conhecimentos de habilidades, noções financeiras que são também contempladas pelas ciências exatas do currículo, tem-se o foco maior na preparação para a carreira que se desenhará nos anos seguintes, quando o aluno ingressa nas faculdades e universidades.

Há o cuidado de na disciplina de Empreendedorismo, se trabalhar a orientação vocacional com base em muitos conceitos e experiências vivenciadas nos anos anteriores do Ensino Médio. Em alguns casos a escola esbarra com situações em que o aluno proveniente de outras escolas que não tem em seu currículo contemplado este trabalho de maneira específica, tende a não entender a proposta ou mesmo a desvaloriza-la, tendo em vista o fato de que não são conteúdos que serão cobrados de forma direta nas provas padrão do sistema nacional para ingresso nas faculdades e universidades, como por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

1.9.1 Formação Docente

Para atuação específica em Educação Financeira, não existe uma exigência formal que padronize em todas as unidades o perfil acadêmico dos docentes designados a assumir a disciplina que possui mais especificamente o objetivo de trabalhar essas competências. Há um consenso na distribuição da carga horária específica entre os professores de ciências exatas ou entre os docentes de outras áreas, como por exemplo, ciências humanas ou da saúde, mas que possuam experiência em gestão de negócios e/ou cursos de especialização em áreas afins que permitam um domínio sobre os conceitos matemáticos necessários para o desenvolvimento das competências em Educação Financeira.

Para respaldar essa postura, Tardif (2007) caracteriza de forma sistemática o que ele chama de saberes experienciais, apontando com clareza os pormenores de cada característica conforme segue:

[...] consiste em tentar validar, por meio de argumentos e de operações discursivas (lógicas, retóricas, empíricas, etc.) e linguísticas, uma proposição ou uma ação. A argumentação é, portanto, o ‘lugar’ do saber. Saber alguma coisa é não somente emitir um juízo verdadeiro a respeito de algo (um fato ou uma ação), mas também ser capaz de determinar por que razões esse juízo é verdadeiro. (Tardif, 2007, p. 196).

O que ele pretende com essa análise sobre o saber experiencial é mostrar que eles têm uma relação intrínseca com o “fazer” do professor, com a sua ação pedagógica. Essa afirmação de Tardif nos permite dizer que o saber da experiência de um professor começa a partir do seu ingresso na escola como aluno, passando pelo que vivencia no dia a dia fora da escola e no trabalho docente de sala de aula.

Segundo Pimenta (2002, p. 20),

[...] os saberes da experiência são também aqueles que os professores produzem no seu cotidiano docente, num processo permanente de reflexão sobre sua prática, mediatizada pela de outrem – seus colegas de trabalho, os textos produzidos por outros educadores.

1.9.2 Currículo para Educação Financeira

Assim como na formação acadêmica para atuação docente em Educação Financeira, não há um currículo padronizado para a vivência das competências nesta área.

O que existe em todas as unidades é a inserção curricular de uma disciplina como componente obrigatório nos três anos do ensino médio, denominada Empreendedorismo. Esta encontra-se incluída com carga horária total de 40 horas para cada ano, totalizando ao final do Ensino Médio, 120 horas.

Nesta disciplina, de maneira geral, são trabalhadas competências financeiras, administrativas e interpessoais, que são fundamentos para a formação de um perfil empreendedor nos seus diversos desdobramentos.

Na unidade SESI Ibura Roberto Egydio de Azevedo, a disciplina foi estruturada de modo a desenvolver competências para planejamento de carreira, financeiro, comercial e empresarial, entre outros estando estruturado conforme aponta a tabela 6 a seguir.

TABELA 6: Competências e habilidades em empreendedorismo propostos pelo currículo na Escola Sesi Ibura Unidade Roberto Egydio de Azevedo para Educação Financeira no Ensino Médio

SÉRIE	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
1º ANO	<ul style="list-style-type: none"> - O que é empreendedorismo - Tipos de empreendedores - Empreender para a vida - Planejamento de carreira 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os diferentes tipos de empreendedores - Identificar oportunidades de obter vantagens financeiras com base em atividades que 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o próprio perfil empreendedor - Análise da realidade de juros e rendimentos financeiros da caderneta de poupança e dos

	<ul style="list-style-type: none"> - Educação Financeira e vida profissional - Produtos financeiros e vantagens de mercado - Administração de recursos 	<p>proporcionem satisfação pessoal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a dinâmica do dinheiro no mercado e a diversidade de produtos financeiros disponíveis para planejamento de médio e longo prazos. 	<p>títulos do governo comercializados por intermédio dos bancos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar cálculos de entradas e saídas de recursos considerando uma entrada média destes por determinado período.
2º ANO	<ul style="list-style-type: none"> - O plano de negócios como ferramenta de planejamento empresarial - Etapas do plano de negócios - Execução do plano de negócios - Avaliação do plano de negócios 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar oportunidades no mercado - Conhecer os talentos pessoais - Identificar aptidões para as diferentes funções no ambiente mercadológico tais como: liderança, relações interpessoais, finanças, compras e vendas, entre outras. - Analisar oportunidades de melhorias de desempenho pessoais, financeiras e empresariais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar o fluxo de produtos e serviços de um determinado produto e serviço em uma determinada localidade - Perceber seu papel no desenrolar de atividades em grupo - Avaliar desempenho de rendimentos financeiros e pessoais no ambiente de mercado.

3º ANO	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação vocacional - Planejamento e decisões financeiras - Análise de mercado - Investimentos e rendimentos financeiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as profissões que estão relacionadas com as aptidões e bem-estar individuais. - Avaliar a viabilidade profissional no contexto da dinâmica do mercado. - Escolher produtos financeiros para realização de objetivos a médio e longo prazos. - Perceber-se como ator dinâmico no processo de profissionalização. - Compreender a importância do planejamento financeiro para o sucesso pessoal e profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as próprias habilidades. - Relacionar habilidades pessoais com as profissões existentes. - Transformar habilidades pessoais em oportunidade de profissionalização. - Diferenciar os serviços e produtos financeiros com base na rentabilidade de juros a curto, médio e longo prazos. - Desenvolver de forma estrutural um planejamento com base em experiências compartilhadas.
--------	---	---	---

Fonte: Elaboração pelo autor com base no programa fornecido pela Escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo, 2018.

CAPÍTULO 2 MARCO METODOLÓGICO

2. MARCO METODOLÓGICO

Este capítulo tem por finalidade apresentar o desenho, tipo e enfoque da pesquisa, o contexto espacial e socioeconômico da pesquisa, sua delimitação e a população participante, bem como as técnicas utilizadas para coleta, análise e interpretação de dados.

2.1. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Para que se possa iniciar o processo de investigação social, como o que se propõe nessa pesquisa, se faz necessário o uso de um método científico para conferir credibilidade ao que se propõe investigar. Sobre o método científico, Severino, (2017, p.128) aponta que:

O método científico é elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferencia-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte e a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos.

O caráter social desta investigação se apresenta quando há busca respostas para as questões referentes a Educação Financeira que é de fundamental importância para a sustentabilidade socioeconômica de um país. Apresenta também relevância pedagógica uma vez que são apresentadas práticas e propostas de ensino dentro do tema central que se investiga que é a Educação Financeira.

É necessário que se utilizem metodologias adequadas ao tipo de pesquisa e aos questionamentos que se pretende responder ao longo desta. E neste caso, aplica-se como sequência metodológica para a investigação, a pesquisa descritiva transversal, não experimental qualitativa. Sobre a pesquisa descritiva, Vergara (2000, p. 47) diz que “a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza” caracterizando o que se pretende com a presente investigação.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

A globalização é um fato incontestável nos dias atuais, e cada vez mais intenso. Junto a este fato, apresentam-se necessidades no sentido de dotar os indivíduos da capacidade de lidar com uma quantidade de informações, produtos, serviços e demandas por mão de obra cada vez mais qualificada, jamais vistos na história da humanidade.

As transformações que se apresentam na atual sociedade globalizada, fazem surgir novos desafios para a educação e de forma elementar, para a escola. De maneira geral, a sociedade global passa a apresentar a necessidade de desenvolver pessoas que sejam capazes de atuar em uma realidade e em um mercado cada vez mais competitivo e excludente.

As tecnologias para comunicação e também no meio corporativo, se renovam em uma velocidade cada vez maior demandando a capacidade de o indivíduo se reciclar constantemente. O aumento das linhas de crédito, que são oferecidas a pessoas que não estão aptas para gerenciarem e planejarem sua vida financeira, acaba por gerar endividamento e conseqüente comprometimento da renda familiar, assim como a confiança do mercado, o que tem como conseqüência, o aumento das taxas internas de juros, o que afeta a economia em maior escala.

A presente tese é contextualizada dentro de um modelo de relação com as finanças, em que a poupança de recursos não é estimulada, assim como a ideia de planejamento de vida financeira é um tema pouco explorado e conhecido pela sociedade. Administrar o dinheiro não é apenas fazê-lo circular no mercado para aquisição de bens e serviços. Envolve as competências que possibilitem prover recursos, segurança e conforto ao longo de toda uma vida, principalmente na fase de improdutividade do indivíduo. Esta fase é compreendida como o momento em que ocorre a aposentadoria, em uma realidade em que o serviço público para este fim, mostra-se cada vez ,mais instável.

Dentre as competências pretendidas na relação e administração com o dinheiro, pode-se utilizar como exemplo a aquisição do imóvel residencial próprio, constituição de família e planejamento familiar, dentre outros. Saber investir e aplicar recursos, saber identificar qual a opção mais rentável e menos arriscada diante da vasta disponibilidade de produtos para investimentos tais como: mercado imobiliário, bolsas de valores, caderneta de poupança, títulos do governo entre outros, bem como conhecer o próprio perfil de investidor, diante da vastidão de serviços, tornam-se grandes desafios para a Educação Financeira.

Se pretende identificar por meio desta investigação a forma como a Educação Financeira vem sendo desenvolvida na escola, bem como as mudanças atitudinais

verificadas dentre os alunos e seu ambiente familiar. Espera-se poder avaliar se as estratégias e metodologias utilizadas para a Educação Financeira, vem surtindo efeito para o desenvolvimento de competências neste âmbito.

Diante do exposto, é necessário que se vá em busca de responder as seguintes questões investigativas: A Educação Financeira está inserida no currículo escolar? Quais são as competências que a Educação Financeira pretende desenvolver? A equipe docente está habilitada para desenvolver nas aulas os temas referentes a Educação Financeira? Como a Educação Financeira pode contribuir para a formação do aluno e do cidadão? De que maneira a Educação Financeira afeta a vida familiar?

Para responder a esses questionamentos, o foco central desta tese, se faz em torno do seguinte problema de investigação: **De que modo a Educação Financeira pode promover mudanças em uma sociedade e como a escola pode atuar neste processo como agente de transformação?**

2.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Na pesquisa científica, os objetivos possuem a função de trazer respostas a problemática exposta. Campoy (2016) esclarece que eles “servem como guias para orientar e definir a trajetória da pesquisa”. Nesse sentido, o eixo norteador para uma investigação devem ser os objetivos que esta possui a pretensão de responder, conforme o indicado pela tabela 7.

2.3.1 Objetivo Geral

Analisar as contribuições da Educação Financeira na Escola SESI – Unidade Roberto Egydio de Azevedo para o desenvolvimento da consciência financeira no educando.

2.3.2 Objetivos Específicos

- Avaliar o nível de consciência financeira dos alunos e seus familiares.
- Apresentar a metodologia aplicada para a Educação Financeira proposta no currículo escolar.

- Investigar as estratégias didáticas aplicadas a Educação Financeira no cotidiano escolar.
- Verificar contribuições da escola no planejamento financeiro dos alunos e de seus familiares ao longo do processo de formação.

TABELA 7: Questões Investigativas para Objetivos Específicos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES PROFESSORA, SUPERVISORA PEDAGÓGICA E GESTÃO ESCOLAR	QUESTÕES ALUNOS
1. Avaliar o nível de consciência financeira dos alunos e seus familiares.	1- É possível identificar por parte dos alunos e das familiares comportamentos que indiquem boa relação com o dinheiro? Se sim, indicar.	1- Você já ouviu falar em Educação Financeira? 2- Possui caderneta de poupança e/ou investimentos (previdência/outros)? 3- Você recebe renda de seus pais e/ou responsáveis? Se sim, existe um prazo fixo, ou ocorre de forma esporádica?
2. Apresentar a metodologia aplicada para a Educação Financeira proposta no currículo escolar.	2- De que maneira a Educação Financeira se encontra inserida no currículo escolar? 3- Quais os critérios para escolha do corpo docente que irá ministrar a disciplina? 4- Que competências se pretende desenvolver nos discentes por meio da Educação Financeira? 5- A escola desenvolve alguma atividade que envolva a família e busque despertar para a necessidade da Educação Financeira? Para resposta afirmativa, apontar as atividades.	Não se pretende verificar junto aos alunos diretamente
3. Investigar as estratégias didáticas aplicadas a Educação Financeira no cotidiano escolar.	6- Existem estratégias específicas para desenvolver as competências em Educação Financeira Quais?	4- Esse tema (Educação Financeira) é trabalhado em sua escola? De que maneira? (apontar atividades que envolvam Educação Financeira como: eventos,

		feiras, palestras, exposições, entre outros)
4. Verificar contribuições da escola no planejamento financeiro dos alunos e de seus familiares ao longo do processo de formação.	7- A escola já registra algum case de sucesso quanto aos objetivos logrados para a Educação Financeira? Citar, caso a resposta seja afirmativa.	5- Você guarda parte da renda recebida? De que modo se dá essa poupança (para resposta afirmativa)? 6- Você já pensou em aplicar parte dos recursos recebidos? De que maneira?

2.4 CRONOGRAMA DA PESQUISA

O cronograma da pesquisa científica possui a função de nortear o pesquisador dentro da proposta de sua prática investigativa, tendo em vista o tempo hábil para que os resultados a serem obtidos possam ser tabulados, e as devidas considerações possam ser realizadas.

A presente investigação é estruturada da seguinte maneira: etapa 1, que consiste na revisão de bibliografia e elaboração do desenho metodológico; etapa 2 que compreende a elaboração, validação e reelaboração dos instrumentos de coleta de dados; etapa 3 que compreende a aplicação dos instrumentos para coleta de dados, coleta e organização de dados e elaboração de sugestões.

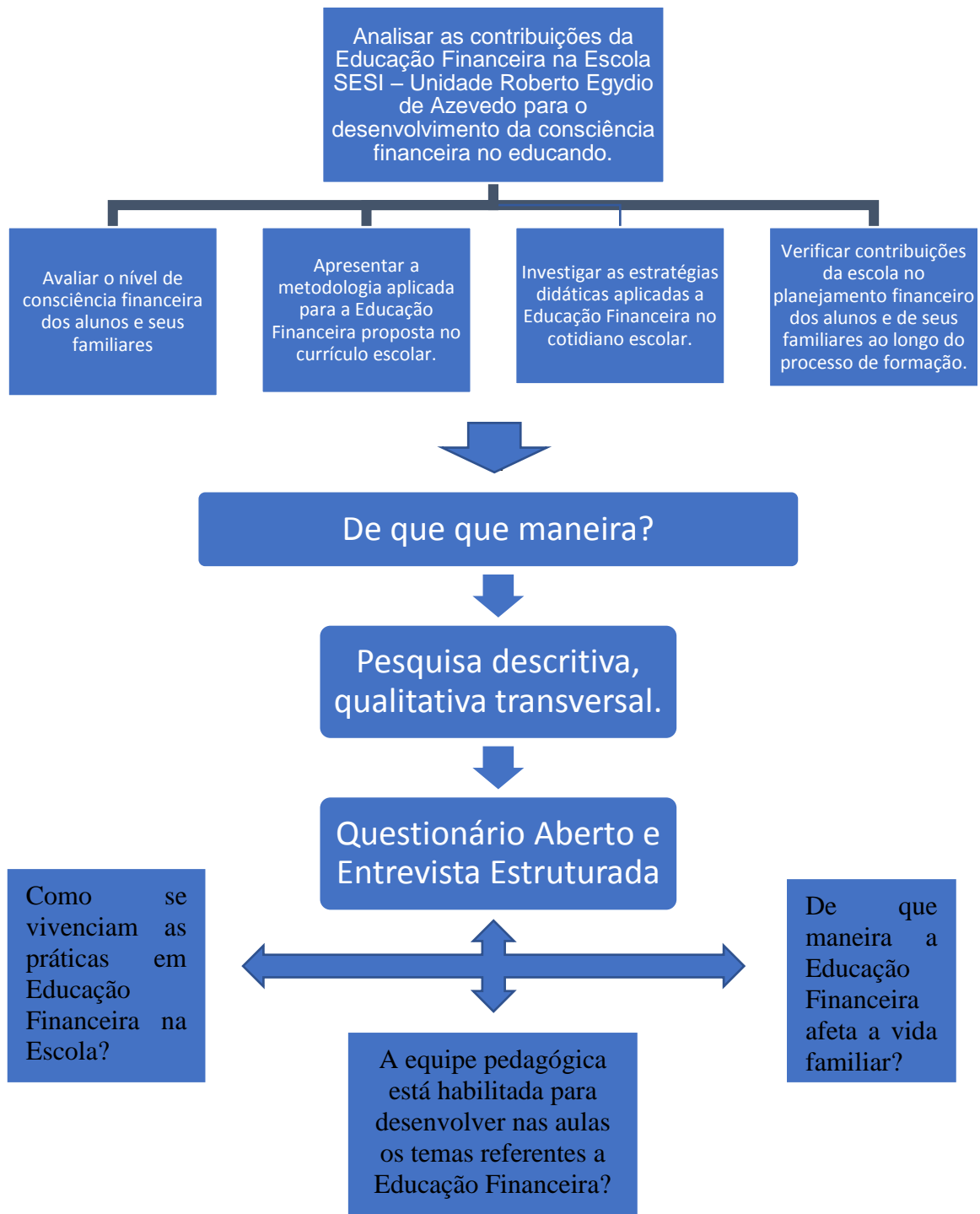
As etapas acima mencionadas apresentam-se estruturadas em seu planejamento para o exercício do ano de 2018, conforme apresenta-se a tabela 8 na sequência.

TABELA 8: Cronograma de Atividades – ano 2018

Etapa	Atividade	Tempo	Meses
1	- Revisão Teórica - Desenho da Investigação	3 meses	Janeiro Fevereiro Março
2	- Elaboração dos Instrumentos - Validação dos Instrumentos - Elaboração Final dos Instrumentos	4 Meses	Abril Maio Junho Julho
3	- Aplicação dos Instrumentos - Coleta de dados - Análise dos dados, discussão e elaboração dos resultados - Elaboração de propostas	4 Meses	Agosto Setembro Outubro Novembro

2.5 DESENHO METODOLÓGICO

No que diz respeito a estrutura metodológica, esta pesquisa classifica-se como descritiva, transversal, qualitativa. O desenho da investigação apresenta-se conforme o exposto em seguida na figura 14.

FIGURA 14: Desenho metodológico

O caráter descritivo desse trabalho é importante por se tratar de uma pesquisa com foco em um fenômeno social com metodologias de coleta de dados elaboradas previamente tendo em vista a população que irá fornecer as informações necessárias para que as perguntas investigativas propostas venham a ser respondidas. A respeito do caráter descritivo do trabalho científico, Gil (1999), afirma que:

as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Vergara (2000, p. 47) diz que a pesquisa descritiva mostra as características de uma determinada população ou fenômeno, estabelecendo correlações entre as variáveis, define sua natureza. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação". Cita como exemplo a pesquisa de opinião.

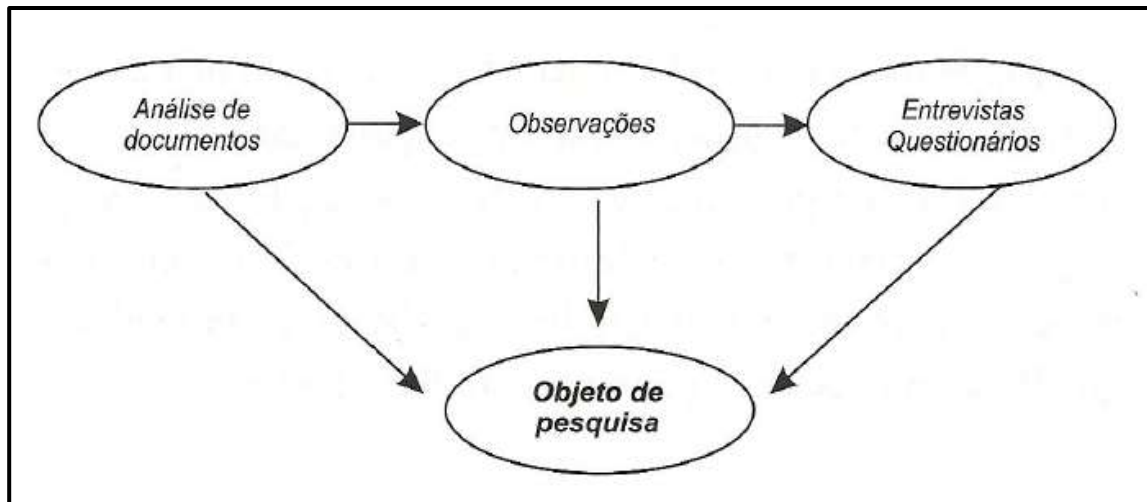
No contexto do que defendeu Vergara, o presente trabalho assume esse aspecto quando pretende avaliar o grau de conhecimento da população alvo da investigação, a respeito dos serviços e produtos financeiros existentes no mercado, bem como a maneira em que as metodologias utilizadas na escola para trabalhar as competências em Educação Financeira assumem o papel de oferecer fomentos para a tomada de decisões estratégicas na administração de recursos pessoais.

A presente investigação insere-se no contexto da pesquisa qualitativa por considerar alguns aspectos dentro de um processo de pesquisa que Segundo Godoy (1996, p. 62 apud Oliveira, 2007, p, 38-39), classifica-os como sendo os principais desse tipo. A saber, as características são:

- Ambiente natural como fonte direta de dados, e o pesquisador como instrumento fundamental;
- Caráter descritivo;
- Significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida, que deve ser uma preocupação do investigador.

Sobre a pesquisa qualitativa, Oliveira (2007, p. 37) diz que esta “trata-se de um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação.”

Oliveira (2007, p. 38) aponta ainda para a importância de conhecer o “contexto histórico, acima citado, por meio da análise de documentos, observações sistemáticas, realização de questionários”, conforme podemos observar na figura 15 em sequência, proposto pela autora.

FIGURA 15: modelo conceitual para abordagem qualitativa

Fonte: Oliveira (2007, p. 37)

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Richardson (1999, p.39) “a pesquisa qualitativa é adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Caracteriza-se como tentativa de oferecer detalhes dos significados dos dados apresentados, e irá fornecer uma maior flexibilidade ao autor”.

Considerando que o objetivo proposto neste estudo envolve aspectos relacionais e subjetivos entre sujeitos dentro de um processo específico, que é a prática da Educação Financeira de forma sistematizada na escola, sendo interessante a coleta de dados sobre o significado desse fenômeno, que é um estudo social a partir da análise de documentos como planos de aula e curso e das percepções dos indivíduos, optou-se, nesta pesquisa por essa abordagem.

Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 26) escrevem sobre a pesquisa qualitativa considerando que:

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Quanto ao caráter descritivo de uma pesquisa, Prodanavo e Freitas (2013, p. 52) apontam que:

O pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever todas as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados.

O modelo descritivo atende a necessidade desta investigação, exatamente por seu caráter imparcial diante dos dados obtidos por meio dos instrumentos de coleta de informações com os participantes da pesquisa. Ainda sobre a pesquisa descritiva, Gil (2008, p. 47), afirma que:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis... São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Danhke (1989 *apud* Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 100) afirma que “os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes das pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta à análise”, consistindo também “em descrever situações, acontecimentos e feitos, isto é, dizer como é e como se manifesta determinado fenômeno.”

Este trabalho visa avaliar as metodologias e conhecimentos dos professores frente aos conceitos e práticas em Educação Financeira, verificando a formação inicial e continuada do professor que atua nessas competências, bem como as mudanças provocadas por esta no ambiente extraescolar em termos comportamentais. Sendo assim, a investigação propõe analisar de forma descritiva as competências desenvolvidas pela Educação Financeira nas práticas pedagógicas do professor do Ensino Médio na Escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo município de Recife/Pernambuco - Brasil, que consequentemente, tem reflexos no processo de aprendizagem dos alunos.

O aspecto transversal da pesquisa é proveniente da coleta de dados com os participantes da investigação em um momento único predeterminado, conforme Remenyi, William e Money (1998, p. 125) colocam que “a pesquisa do tipo transversal é aquela que estuda o fenômeno em um determinado momento, é como se a pesquisa analisasse uma foto do momento naquele instante”.

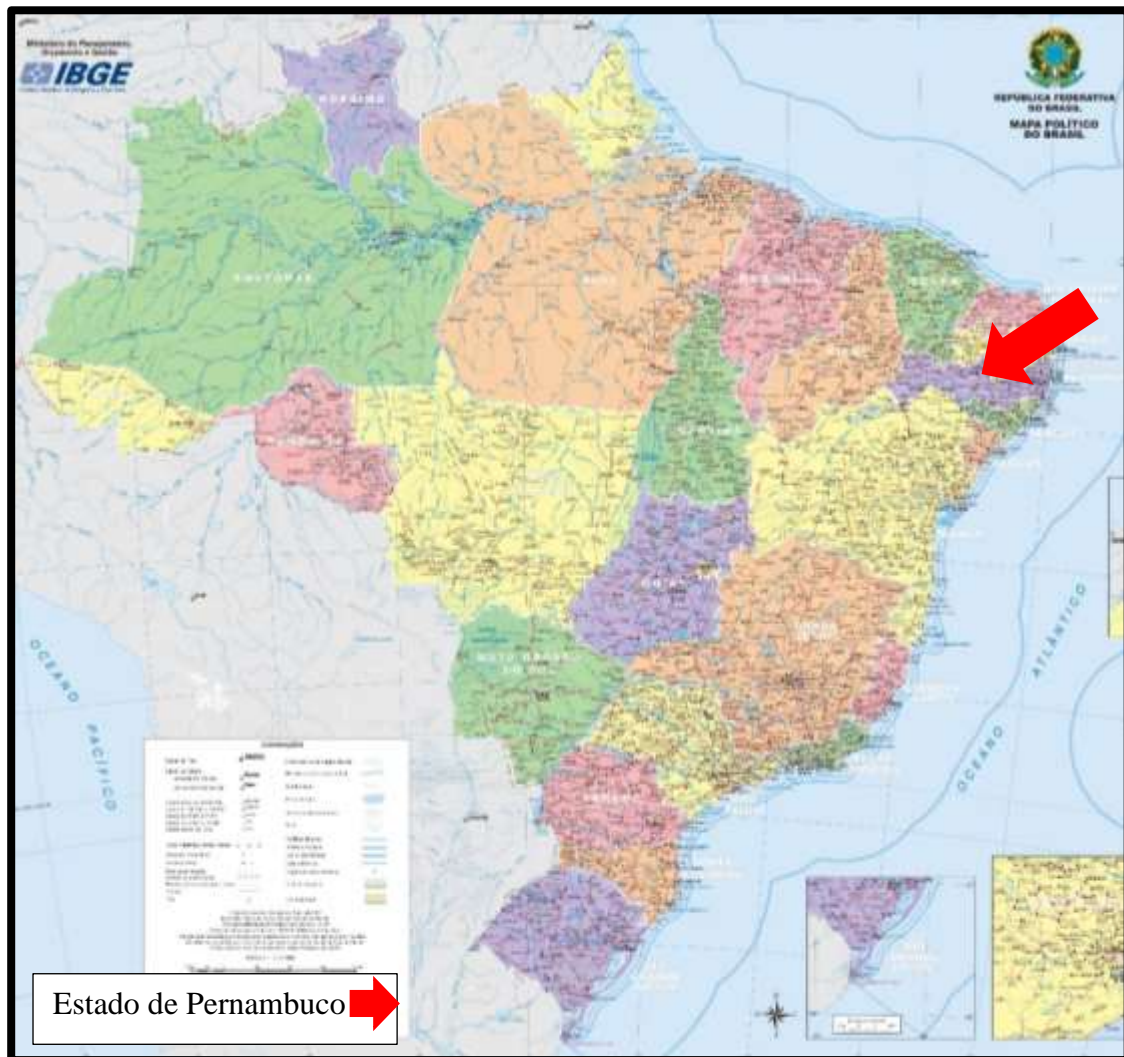
No caso desta investigação, estaremos analisando o nível de conhecimento sobre finanças e serviços financeiros bem como as pretensões no que diz respeito a organização de recursos financeiros dos alunos do 3º ano do ensino médio no ano de 2018, o que demonstra o aspecto transversal.

2.6 CONTEXTO ESPACIAL E SOCIOECONÔMICO DA PESQUISA

Presente em todo o país, o Serviço Social da Indústria – SESI, integra o Sistema Indústria, que funciona com verba compulsória proveniente da indústria brasileira há 70 anos e busca desenvolver serviços e soluções para atender as demandas das empresas industriais, visando o fortalecimento e o aumento da competitividade deste setor.

Dentre os serviços oferecidos pelo Sesi, nacionalmente, estão: qualidade de vida do trabalhador, programa que consiste no fornecimento de serviços na área da saúde laboral nas empresas credenciadas; esportes e lazer com unidades espalhadas por todo país contendo clubes, teatros e hotéis que funcionam com preços vantajosos para os dependentes diretos da indústria; educação que nacionalmente é reconhecida pela qualidade da infraestrutura das escolas e pela qualificação do corpo docente, bem como por um currículo bastante abrangente, que além dos Parâmetros Curriculares Nacionais, aborda áreas como robótica, ensino de duas línguas estrangeiras que são espanhol e inglês, isso até 2018 e empreendedorismo com currículo específico.

No estado de Pernambuco, localizado na Região Nordeste brasileira conforme figura 16, o Sesi atua por meio de 19 unidades distribuídas em todo o Estado, que se dividem entre os serviços oferecidos na área de educação, lazer e qualidade de vida para o trabalhador da indústria, seus dependentes e comunidade em geral, sendo a comunidade, um público diferenciado no usufruto dos serviços por ter que custear os serviços sem o subsídio proveniente compulsoriamente da indústria do estado.

FIGURA 16: Localização geográfica do estado de Pernambuco

FONTES: IBGE 2009

A região onde localiza-se Pernambuco é marcada historicamente pela exploração da mão de obra desde a colonização e pela concentração de terras. O processo colonial consistiu em ciclos específicos na economia do país, sendo o primeiro grande ciclo, o açucareiro, quando as atividades econômicas estavam concentradas na região, Furtado (2007) trata a região nordeste como a “primeira grande empresa colonial europeia” (Furtado, 2007, p. 31).

Com a produção do açúcar realizada em outras colônias portuguesas, já que Portugal foi a metrópole colonizadora do Brasil, o açúcar do Nordeste entra em queda e perde a preferência na Europa, já que os custos com transporte acabavam por encarecer o produto aqui elaborado.

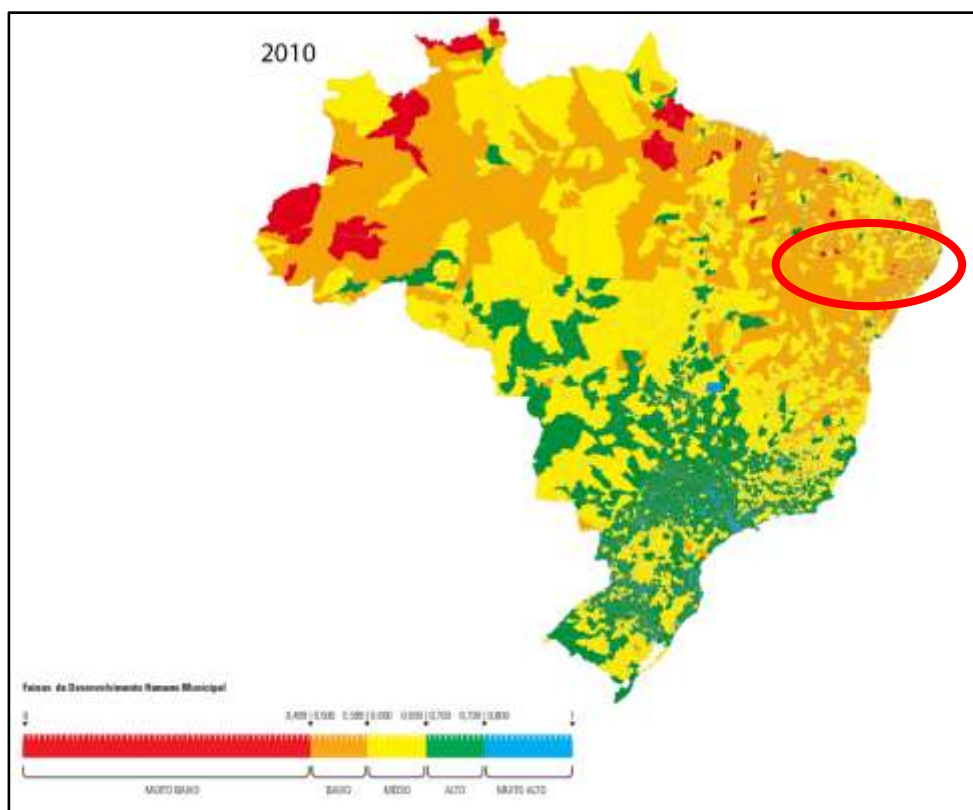
Ocorrendo a queda do açúcar no Nordeste, as atenções econômicas voltam-se para o sudeste onde inicia-se outro ciclo, desta vez o minerador. A partir de então, o foco da

economia durante a colonização e mesmo após a independência não se voltou mais para o nordeste, onde os indicadores socioeconômicos estão entre os piores do país e o segundo maior contingente populacional, segundo dados do IBGE.

Pernambuco está inserido nessa região e hoje conta com uma população absoluta de aproximadamente 9 milhões de habitantes segundo estimativas do IBGE de 2017, o que coloca o estado na 7ª posição do ranking populacional do país, sendo o primeiro colocado nesse ranking, o estado de São Paulo na região sudeste com aproximadamente 42 milhões de habitantes. Se o ranking considerar apenas a região Nordeste, Pernambuco fica em 2º lugar no ranking populacional, atrás apenas do estado da Bahia com população absoluta aproximada de 15 milhões de habitantes.

Quanto aos indicadores sociais, o Índice do Desenvolvimento Humano por Município – IDHm do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, considerando análise feita com base em saúde (expectativa de vida das pessoas ao nascer), educação (quantidade percentual de alunos a concluírem o ensino básico), e renda (Produto Interno Bruto – PIB per capita), aponta Pernambuco entre os estados com os indicadores mais baixos conforme mostra a figura 17 na sequência.

FIGURA 17: Brasil – IDHm 2010

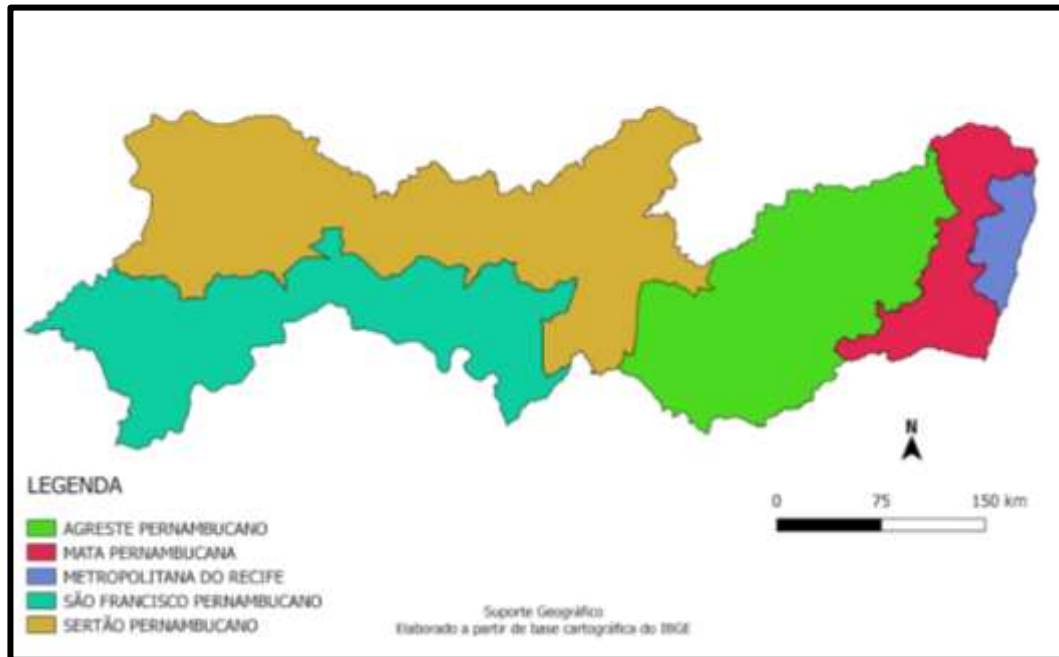


FONTE: Pnud 2010

Faz-se relevante considerar o quantitativo populacional e o Índice do Desenvolvimento Humano – IDH, pois eles estão ligados a participação nacional na geração de riqueza e ao poder de compra da população.

Pernambuco está dividido em regiões específicas que levam em consideração aspectos naturais e socioeconômicos, conforme apresenta a figura 18.

FIGURA 18: Mesorregiões de Pernambuco

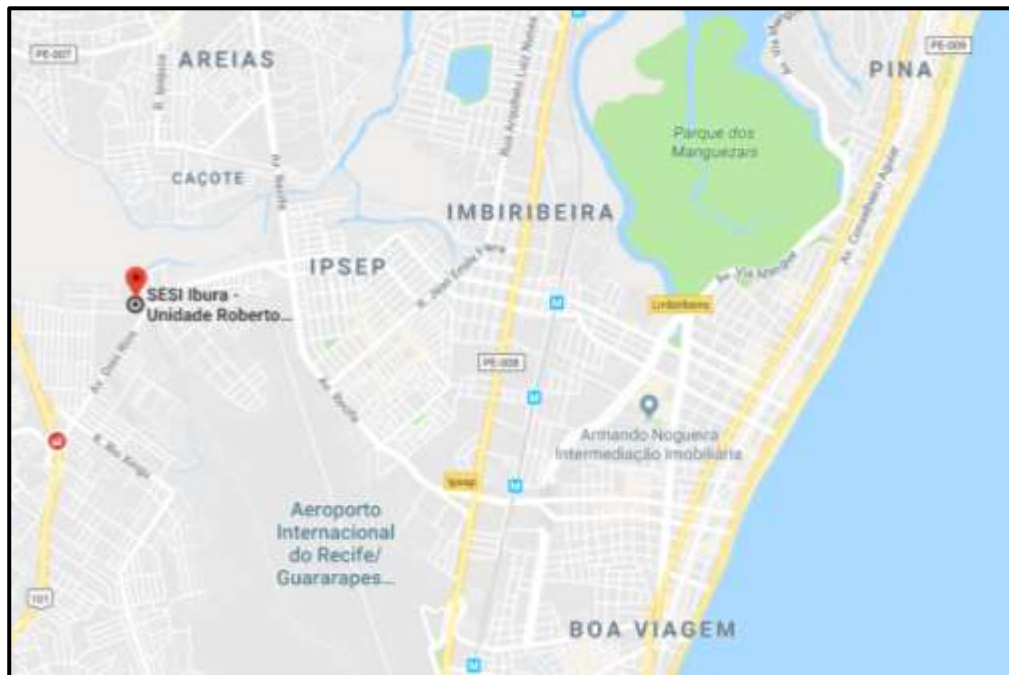


FONTE: IBGE 2018

A unidade escolar estudada encontra-se localizada na Mesorregião Metropolitana do Recife, onde naturalmente há uma concentração maior de serviços, pessoas e atividades econômicas que as demais mesorregiões.

2.6.1 Delimitação da Pesquisa

A escola SESI, unidade Roberto Egydio de Azevedo, está situada no endereço: Avenida Ministro Oliveira Salazar, 255 no bairro do Ibura, Recife - PE, Código de Endereçamento Postal – CEP 51220-040, na capital pernambucana, conforme mostra a figura 19.

FIGURA 19: Localização escolar – Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo

FONTE: Google Maps, 2018.

Trata-se de uma unidade escolar com significativo espaço físico, conforme apresenta faixa na figura 20, posta em sequência, com excelente estrutura física que conta atualmente com 10 salas de aula climatizadas, com cadeiras de assento e mesa ergonômica integradas, equipadas com data show e acessórios para integração multimídia; 1 laboratório de informática contendo 18 máquinas com sistema operacional Windows 10 com acesso a internet, situados em bancada coletiva com cadeiras de conforto ergonômico; 1 laboratório de robótica onde são treinadas equipes compostas por alunos que ingressam por meio de concursos internos às equipes e que já conquistaram importantes colocações em concursos nacionais e regionais de robótica; 1 laboratório de ciências munido de microscópio, peças anatômicas humana sintéticas, destilador, estufa, entre outros componentes laboratoriais que permitem uma boa dinamização das aulas de química e biologia; 1 biblioteca com grande acervo literário, cinematográfico, documental, computadores, climatização e boa dimensão em metros quadrados, o que possibilita eventos literários, teatrais e exposições; quadra poliesportiva, campo com gramado para finalidade esportivas.

FIGURA 20: Faixada da Escola Sesi Ibura – Unidade Roberto Egydio de Azevedo

O bairro onde localiza-se a escola em questão é de caráter suburbano, conforme aponta a figura 21, com os típicos problemas de mobilidade, saneamento básico e segurança pública. Está situado entre duas principais vias de circulação do perímetro urbano da cidade do Recife, a Avenida Recife que liga o bairro nobre de Boa Viagem ao centro da cidade e BR 101 com acesso norte (sentido Paraíba e Rio Grande do Norte) e sul (sentido Maceió, Aracajú e Salvador), o que faz com que o fluxo na localidade seja intenso e facilitado, colocando uma vasta rede de transporte público a disposição da população.

Um sistema integrado de transporte rodoviário metropolitano e trem elétrico, denominado popularmente na cidade, metrô, compõem um sistema que já demonstra defasagem frente as demandas populacionais é o que atende boa parte do alunado e do professorado no acesso a escola, acesso este que por ocasião do período de chuvas enfrenta sérios problemas, chegando por vezes ao congestionamento parcial ou total das vias que dão acesso as entradas principais ou alternativas da escola.

FIGURA 21: Vista parcial do contexto urbano da Escola Sesi Ibura Unidade Roberto Egydio de Azevedo



FONTE: Google Maps, 2018

A unidade atende uma clientela diferenciada, que em parte, ingressa no sistema por meio de processo seletivo e disfruta de gratuidade na instituição, que se estende até mesmo na aquisição de fardamento e material didático. Outra parte, o equivalente a mais da metade da clientela atualmente (pois varia ano após ano), ingressa de forma direta, sem que haja necessidade de classificação em processo seletivo, porém custeando sua educação, embora esse custeio não corresponda aos preços praticados pelo mercado, uma vez que as mensalidades em instituições com infraestrutura inferior, ou mesmo resultados obtidos frente as avaliações externas, são equivalentes a mais do dobro. Este fato contribui para que a escola tenha sempre uma grande fila de espera para ocupar uma vaga.

Para as turmas do Ensino Médio que atualmente funcionam exclusivamente no turno matutino tendo um total de 10 salas de aulas lotadas, distribuídas conforme tabela 9 na sequência.

TABELA 9: Turmas do Ensino Médio da Escola Sesi Ibura Unidade Roberto Egydio de Azevedo em 2018

SÉRIE	1º ANO	2º ANO	3º ANO
QUANTIDADE DE TURMAS	4	3	3
NÚMERO DE ALUNOS	160	120	100
TOTAL APROXIMADO DE ALUNOS	380		

FONTE: O autor com base em dados fornecidos pela escola, 2018.

No turno da tarde, a escola funciona exclusivamente com o Ensino Fundamental, também distribuídos em 10 salas, lotadas conforme TABELA 10 na sequência.

TABELA 10: Turmas do Ensino Fundamental da Escola Sesi Ibura Roberto Egydio de Azevedo em 2018

SÉRIE	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
QUANTIDADE DE TURMAS	3	3	2	2
NÚMERO DE ALUNOS	120	120	80	80
TOTAL APROXIMADO DE ALUNOS	400			

FONTE: O autor com base em dados fornecidos pela escola, 2018.

O meio de ingresso escolar, tem passado, no último ano, por alterações tendo em vista o foco do atendimento escolar a um número maior de dependentes do trabalhador da indústria pernambucana. Neste sentido, o ingresso não mais se deu por meio de seleção para os primeiros anos do ensino médio, e sim pela comprovação de dependência em relação ao funcionário da indústria do estado de Pernambuco. A mudança faz-se coerente com as novas missão, visão e valores da empresa, conforme mostra a tabela 11.

TABELA 11: Escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo: Missão, Visão e Valores

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Promover a educação e qualidade de vida, contribuindo para a elevação da competitividade da indústria pernambucana.	Ser reconhecido como parceiro indispensável para a indústria pernambucana.	<ul style="list-style-type: none"> - Ética - Transparência - Comprometimento - Excelência em produtos e serviços - Meritocracia - Valorização das pessoas - Inovação - Foco no cliente - Responsabilidade socioambiental

Fonte: Manual de conduta ética sistema Fiepe 2018

A intenção em oferecer uma quantidade maior dos serviços para os dependentes da indústria, se faz mediante ao recebimento da verba compulsória proveniente da indústria, responsável por grande parte dos compromissos financeiros da instituição, o que coloca a empresa na responsabilidade de devolver ao trabalhador da indústria produtos de qualidade, que evidenciem para estes a relevância do sistema FIEPE no âmbito do crescimento qualitativo em todo estado.

A escola em questão vem figurando nos últimos anos entre os destaques estaduais nos resultados das provas padrão para o ensino médio, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, estando entre as 50 melhores colocadas no ranking estadual e entre as que mais tem aprovações nos exames de admissão em faculdades públicas e privadas. Estes exames de admissão em instituições de ensino superior, por diversas vezes consistem no próprio resultado do ENEM.

O processo de gestão empresarial segue rígida hierarquia e um caráter institucional evidente nos dados disponíveis e retirados do site oficial do Sesi, que apresenta o organograma explícito na figura 22:

FIGURA 22: Organograma do Sesi no estado de Pernambuco



FONTE: Manual de Conduta Ética -FIEPE Sesi 2018

2.7 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram escolhidos a partir de um critério de representatividade.

O processo de coleta de dados em campo, ocorrerá na Escola SESI – Unidade Roberto Egydio de Azevedo, localizada em Recife-PE, Brasil. Instituição privada que funciona com verba compulsória pública, proveniente da arrecadação da indústria nacional. A rede SESI é composta por aproximadamente 1250 escolas distribuídas pelos estados da federação, segundo dados de 2017. Foi escolhida uma escola dessa rede pelo fato de a mesma possuir em seu currículo para o ensino médio, uma disciplina específica para abordar as questões referentes a Educação Financeira.

Quanto aos participantes de uma pesquisa descritiva com enfoque qualitativo, Kauark, Manhães e Medeiros, definem como sendo “indivíduos do campo de interesse da pesquisa, ou seja, o fenômeno observado” (2010, p.60).

2.7.1 Gestão Escolar

Dentro da perspectiva anteriormente apontada sobre os participantes em uma investigação, toma-se como, alvo da investigação, a gestão escolar que é composta de uma gestora escolar, a única na unidade, e se divide nos dois turnos em que a escola funciona (manhã e tarde). Foi selecionada como participante por ocupar o cargo que pressupõe participação ativa na elaboração das estratégias pedagógicas da escola investigada e consequentemente está à frente da organização dos trabalhos e das etapas do planejamento das ações da escola.

2.7.2 Supervisão Pedagógica

A supervisão pedagógica é composta de uma supervisora pedagógica lotada na escola investigada, atuando nas séries iniciais e/ou finais do ensino fundamental e médio. A escolha da supervisão pedagógica para participar dessa pesquisa, se dá pela importância de sua função como membro de uma equipe gestora, pois faz parte do contexto da investigação.

Professores da Disciplina Específica

2.7.3 Professora da Disciplina Específica para Educação Financeira

A professora responsável por vivenciar a disciplina específica que trata, dentre outros, dos temas de Educação Financeira na escola. Foi escolhida como participante da investigação com objetivo de fornecer dados do cotidiano das práticas pedagógicas voltadas para desenvolver as competências em Educação Financeiras na escola, e por poderem compartilhar os desafios encontrados nessa prática, como também apontar aspectos importantes comportamentais, caso sejam identificáveis no âmbito da vivência escolar.

2.7.4 Alunos

Os alunos do ano final do Ensino Médio, totalizando 38 alunos do 3º ano do Ensino Médio. A turma escolhida foi a turma “C” que além estar na etapa final desse nível de ensino e já terem vivenciado ao longo dos anos anteriores do Ensino Médio os conteúdos que pretendem o desenvolvimento das competências em Educação Financeira, constituem a turma de terceiro ano cujo modo de ingresso na escola se deu por meio de processo seletivo, o que caracteriza uma modalidade dentro da instituição denominada Ensino Básico com Ensino Profissionalizante – EBEP e por esse motivo são um termômetro das metodologias que vem sendo aplicadas para a Educação Financeira, pois possuem concomitantemente formação técnica. São alvo do processo educativo, tornando-se atores fundamentais no processo desta investigação.

A tabela 12 em posto em sequência, apresenta os componentes das questões a serem investigadas no presente trabalho.

TABELA 12: Participantes da investigação

PARTICIPANTES	
Gestão Escolar	01
Supervisão Pedagógica	01
Professores	01
Alunos	38

A coleta de dados será realizada a partir do segundo semestre, nos meses de Outubro a Novembro de 2018, tempo hábil e suficiente para aplicação dos instrumentos da coleta de dados entre todos os participantes da referida pesquisa, bem como para a sua análise. No

período estabelecido, os integrantes da pesquisa estão em plenas atividades letivas o que possibilita a realização do trabalho proposto.

2.8 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados é de fundamental importância para o sucesso da investigação, por constituir-se no elemento comprobatório do levantamento teórico apresentado, além de possibilitar uma análise em campo e fomentar reflexões sobre adequações ou não da teoria às realidades.

A escolha da técnica adequada é de vital importância, pois é por meio dessa técnica que serão obtidas as informações que se pretenda analisar. Chizzotti (2006, p. 98) afirma que, “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Corroborando, Flick (2009, p. 291) afirma que a análise de conteúdo “é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material”.

Na pesquisa qualitativa, Malhotra (2006, p. 61), defende que está de maneira geral atrelada a uma “metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória..., ...que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema”, conforme o que se pretende nesta investigação. Pode-se acompanhar a proposta de Malhotra (2006, p. 61), na tabela 13 em sequência.

TABELA 13: Instrumentos de coleta de dados nas pesquisas qualitativa

	PESQUISA QUALITATIVA
OBJETIVO	Alcançar a compreensão qualitativa das razões e motivações subjacentes
COLETA DE DADOS	Não estruturada
ANÁLISE DE DADOS	Não estatística
RESULTADOS	Desenvolvem uma compreensão inicial

Fonte: Malhotra 2006.

2.8.1 Questionário aberto

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Ainda segundo Gil (1999, p.p 128-129) aponta as seguintes vantagens para o questionário como forma de coleta de dados para a pesquisa qualitativa social:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;

- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Esses aspectos positivos apontados pelo autor tornam-se coerentes com a proposta do que se pretende responder na presente investigação, uma vez que não haverá a necessidade de identificação do público ao qual se destina o questionário, bem como a comodidade que se pretende oferecer ao respondente, inserido no contexto escolar onde por vezes a dinâmica pode vir a dificultar a aplicação de uma outra técnica que exija uma intervenção ou interação imediata.

Quanto aos pontos negativos do questionário, Gil (1999, p. 129) aponta os seguintes:

- a) exclui as pessoas que não sabem ler e escrever, o que, em certas circunstâncias, conduz a graves deformações nos resultados da investigação
- b) impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas;
- c) impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas;
- d) não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolvam-no devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade dos participantes;
- e) envolve, geralmente, número relativamente pequeno de perguntas, porque é sabido que questionários muito extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos;
- f) proporciona resultados bastante críticos em relação à objetividade, pois os itens podem ter significados diferentes para cada sujeito pesquisado.

Dos aspectos apontados pelo autor como negativos, o que merece consideração no caso desta investigação, é o que se encontra pontuado na letra d, uma vez que o aluno, que será o alvo deste método de coleta de dados, terá a liberdade de levar o questionário para que seja entregue em outra ocasião. Os demais pontos apresentados por Gil nesta publicação de 1999, acredita-se não afetar os objetivos da investigação, por já terem sido considerados durante a elaboração do instrumento que será aplicado.

Pretende-se a aplicação de questionário para um público maior, sendo este composto por alunos do 3º ano do ensino médio, matriculados na turma C, escolhidos por possuírem concomitante ao ensino médio, a formação técnico-profissionalizante, o que possibilita um

maior conhecimento em relação a realidade do mercado e conseqüentemente, possibilita avaliar neste público a eficiência das metodologias aplicadas para o desenvolvimento da Educação Financeira.

2.8.2 Entrevista Estruturada

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 222), a entrevista “é uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária”.

Quanto ao uso da entrevista Rampazzo (2005. p.110) define a entrevista como o encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação e natureza profissional. Este método será útil na coleta de informações junto a equipe pedagógica. Esta equipe participante é composta de uma gestora escolar, uma supervisora pedagógica e uma professora da disciplina específica para Educação Financeira.

Pretende-se o uso de uma entrevista estruturada para este fim, que ainda Rampazzo (2005. p.110) aponta que é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido e sucede-se com um formulário elaborado. Tenciona-se por este método, a obtenção de informações de modo mais objetivo, e por ser a que permite de forma posterior, uma análise e registro de dados.

2.9 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Esta etapa consiste em estabelecer um roteiro para aplicação dos instrumentos elaborados para que se possa realizar a coleta das informações necessárias para responder aos questionamentos propostos pela investigação. A esse respeito, Andrade (2009, p. 115) raponta que “é a maneira pela qual se obtêm os dados necessários”.

Inicialmente, foi feito o primeiro contato com a escola em foco da investigação, e por intermédio de um diálogo prévio, com a gestão escolar e com a professora da disciplina específica, foi apresentado o interesse em desenvolver uma pesquisa no sentido de verificar as práticas em Educação Financeira e a eficiência desta. Nesse primeiro momento, foram apresentados os propósitos e os objetivos da pesquisa, enfatizando a importância do trabalho com a Educação Financeira para o desenvolvimento da pessoa enquanto cidadão e profissional.

Foram também apresentadas estimativas de prazos para a pesquisa e dos métodos que seriam utilizados na coleta de dados. A pesquisa será na modalidade presencial, onde o pesquisador fará a coleta das informações referentes aos tópicos desejados e fará a análise e interpretação dos dados obtidos nos meses de outubro e novembro de 2018.

No período de abril, maio e junho serão construídos os instrumentos de coleta de dados para que sejam utilizados com a gestão escolar, supervisão pedagógica, professora da disciplina específica e alunos para posterior envio aos professores especialistas na área da educação e/ou metodologia com a finalidade de que se façam as análises de viabilidade dos instrumentos elaborados, considerações e validações destes. Mediante confirmação positiva dos instrumentos de coleta de dados elaborados, dar-se-ão início a tarefa de coletar as informações.

Tem-se então nestas técnicas e os procedimentos expostos para a coleta de dados, informações que se ajustem aos objetivos geral e específicos da pesquisa. Estes constituem o suporte para analisar as informações com base nos dados coletadas, contemplando a importância e relevância do desenvolvimento das competências em Educação Financeira para o indivíduo nas esferas social, pessoal e profissional dos alunos da escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo.

2.10 TÉCNICAS PARA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

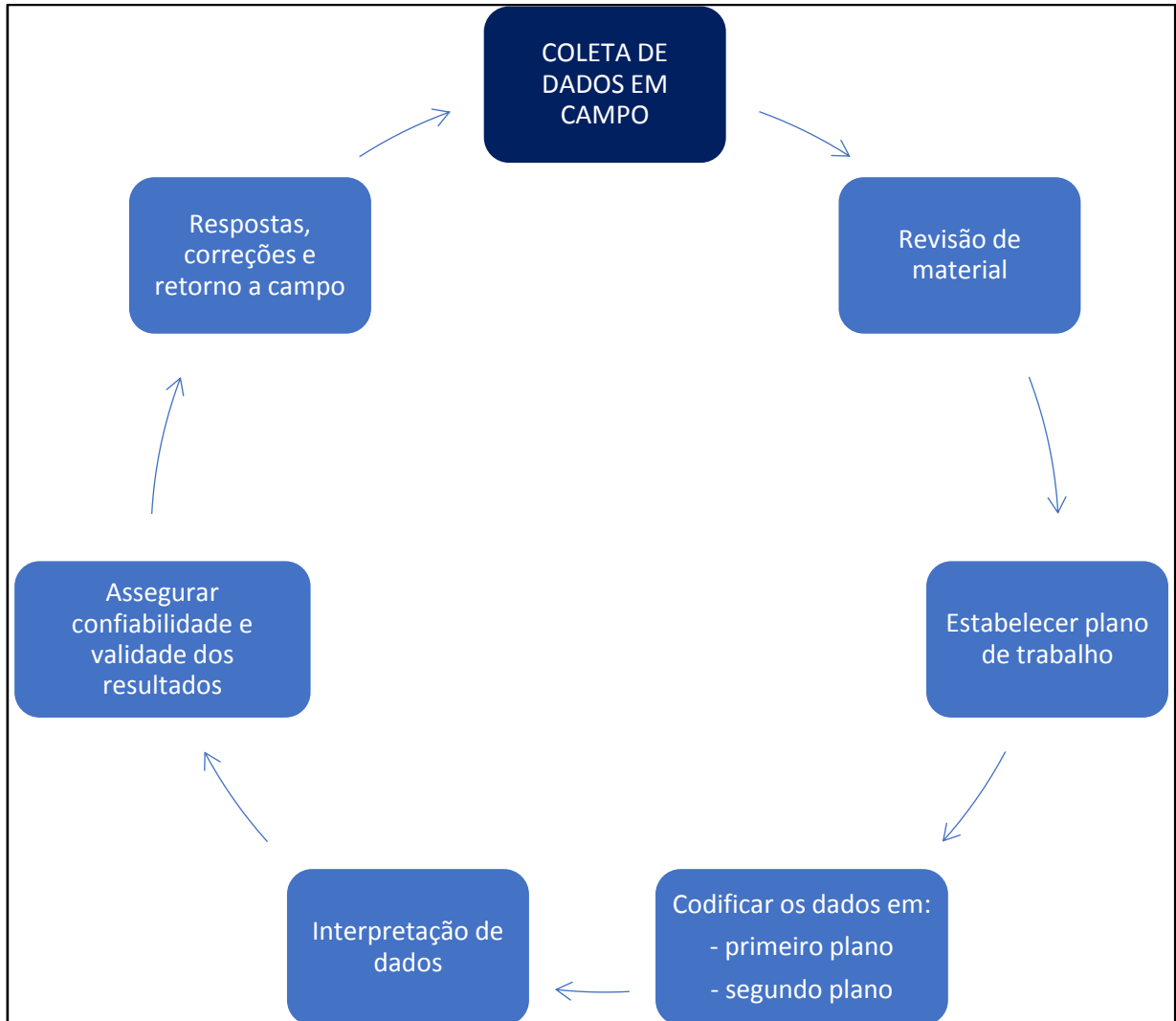
A análise dos dados se dará de modo a traduzir as propostas expressas nos objetivos geral e específicos desta investigação. Sobre esta etapa do trabalho, Mascarenhas (2012, p. 84) aponta que “o objetivo da análise é medir a frequência dos fenômenos e entender a relação entre eles”. Gil, (2008, p. 175) estabelece uma diferenciação entre a organização dos dados e a interpretação deste ao dizer que:

a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo, a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 167) a análise “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre os fenômenos estudados e outros fenômenos”, e a interpretação de acordo com as mesmas autoras (p. 168) “é a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos”.

Diante do exposto, tem-se a seguinte proposta para organização e interpretação dos dados, expressos na figura 23.

FIGURA 23: Esquema de Análise e Interpretação de Dados



Fonte: O autor, com base em Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 492).

Pode-se concluir que a interpretação e análise mostram o real significado dos dados coletados em relação a temática proposta, seu objetivo geral e objetivos específicos. Como se trata de uma pesquisa qualitativa, Dey (1993 apud Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 489) ressalta que “a análise dos dados não está completamente determinada, mas sim prefigurada, coreografada ou esboçada”. Isto quer dizer que o desenvolvimento desta análise pode sofrer modificações conforme se apresentam os resultados.

De acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 491) a análise qualitativa: “não é sinônimo de pura descrição nem de caos ou desordem [...] sem um plano de análise corre-

se o risco de obter conclusões fracas e até tendenciosas... o enfoque qualitativo requer flexibilidade”. E Ludke e André (1986, p. 45) destaca que: “analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa”.

Mascarenhas (2012, p. 84) ressalta que “o objetivo da análise é medir a frequência dos fenômenos e entender a relação entre eles”. Deste modo, a presente investigação analisará os dados coletados por meio da aplicação dos questionários e realização de entrevistas estruturadas, visando identificar a relação entre esses dados coletados por meio dessas técnicas com o referencial teórico, com a finalidade de responder os questionamentos propostos pela investigação.

Tendo em vista as informações apresentadas, optou-se por analisar e interpretar os dados por meio do desenho coreográfico descrito por Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 492), conforme exposto:

Revisar o material; estabelecer um plano de trabalho inicial, codificar os dados em um primeiro nível ou plano, também chamado de codificação primária; codificar os dados em segundo nível ou plano, também chamado de codificação secundária; interpretar os dados; descrever contexto; assegurar a confiabilidade e validade dos resultados; responder, corrigir e voltar ao campo.

2.10.1. Revisar o material

Consiste em verificar se os dados coletados em campo são adequados para a análise. É nesta etapa que se torna possível verificar as questões escritas por meio do questionário e entrevista estruturada, atentando-se para a sua visibilidade e compreensão em relação a investigação do tema proposto que é a Educação Financeira.

Na revisão do material Sampieri, Collado e Lúcio (2006) ressaltam a importância de revisar o material para posterior análise, verificando se estão legíveis, visíveis e completos.

2.10.2. Estabelecer um plano de trabalho inicial

Nesta etapa se desenvolve uma sequência de ações que serão desenvolvidas no decorrer do processo investigação. Esta fase abrange a revisão de todos os dados da coleta. De acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 492), esta etapa consiste, conforme eles apontam em:

[...] revisar o registro elaborado durante a etapa da coleta de dados [...] estabelecer um sistema de codificação de dados, definir o método para analisar os dados, definir os programas de computador de análise que serão utilizados [...] estabelecer datas prováveis para realização da análise.

2.10.3. Codificar dados primários

O que se espera nesta fase é a codificação dos dados de acordo com cada categoria a ser analisada. É necessário que os dados sejam classificados para que se possa determinar as categorias de investigação.

Nesse caso, Barros (2007, p. 110) ressalta que a classificação é “a divisão dos dados em partes, dando-lhes ordem [...]. A classificação portanto, consiste em uma maneira de distribuir e selecionar os dados obtidos [...] reunindo-os em classes ou grupos”. Ainda Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 494) colocam que nessa etapa “codificam-se as unidades em categorias [...] a codificação implica classificar e, essencialmente, determinar unidades de análise para as categorias de análise[...]”.

As categorias que se apresentam nesta investigação são: de gestão escolar, de supervisão pedagógica, de professora de empreendedorismo e de alunos.

2.10.4. Codificar dados secundários

Sobre esta fase, Grinnell (1997, apud Sampieri, Collado e Lúcio, 2006, p. 503) enfatizam que a “codificação dos dados em segundo plano implica refinar a codificação e envolve a interpretação de significados das categorias obtidas no primeiro nível”.

Pretende-se então que os questionários e entrevistas estruturadas respondidos sejam organizados e separados conforme as respostas dos participantes pelos participantes. A codificação dos dados se dará de acordo com a função do participante, garantindo o sigilo da sua identidade e de modo a facilitar a interpretação dos dados analisados.

A codificação deverá ser organizada em ordem alfabética, sendo cada categoria representada pela letra inicial da sua função, acrescentando-lhe ordem numérica crescente para a quantidade de participantes. Por exemplo: os alunos serão representados pela letra A e os representantes serão rotulados em ordem numérica, ficando A1, A2, A3 e assim por diante, enquanto que a gestão escolar será representada pela letra D, a supervisão pedagógica pela letra C e a professora da disciplina específica, pela letra P.

2.10.5. Interpretar os dados

Lakatos e Marconi (2003, p 168) definem a interpretação de dados afirmando que esta “é a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculadas a outros conhecimentos”. Em geral, a interpretação significa dar significado ao material apresentado em relação aos objetivos propostos referente a temática.

Para Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 507) é a “atividade na qual se retomam as anotações, os memorandos e o registro de campo, obtidos durante a coleta de dados o enquadramento das análises ao contexto das coletas de dados”. Gil (2008, p. 178) defende que o pesquisador, ao interpretar precisa:

[...] ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas. Daí a importância da revisão da literatura, ainda na etapa do planejamento da pesquisa. Essa bagagem de informações, que contribuiu para o pesquisador formular e delimitar o problema e construir as hipóteses, é que o auxilia na etapa de análise e interpretação para conferir significado aos dados.

Os dados nesta fase são interpretados de acordo com as respostas, procurando atribuir um significado ao fenômeno pesquisado estabelecendo relações com o fenômeno em foco na pesquisa.

2.10.6. Assegurar a confiabilidade e validade dos resultados

Referente a esta etapa, Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 510) certificam que “é importante assegurar a confiabilidade e validade de nossa análise, perante nós mesmos e perante os usuários dos estudos”.

Torna-se então de fundamental importância verificar a regularidade nos procedimentos da análise, com a intenção de assegurar a consistência e confiabilidade ao avaliar o fenômeno estudado.

2.10.7. Responder, corrigir e voltar ao campo

Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 511) enfatizam que nessa etapa final, “as conclusões respondem à apresentação do problema inicial ou nos ajudam a modificá-lo, mas com o objetivo de conseguir um avanço no conhecimento”. Esta compreende a última técnica para analisar e interpretar os dados. É de fundamental importância que se responda a problemática da pesquisa, identifique e corrija falhas e responda as dúvidas que porventura possam vir a surgir no percurso da investigação. O próximo passo, é retornar ao campo para relatar os fatos, os objetivos e os resultados verificados.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Neste capítulo, serão apresentados e analisados os resultados da investigação sobre **“Educação Financeira: práticas pedagógicas na escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo localizada em Recife – PE, Brasil”**. Os dados apresentados foram coletados a partir de instrumentos de coleta de dados propostos, previamente elaborados focados nas respostas aos objetivos geral e específicos desta pesquisa.

Os dados foram coletados a partir de instrumentos específicos aplicados a diferentes grupos do processo de ensino-aprendizagem escolar sendo esses grupos: professora da disciplina específica para questões de Educação Financeira, gestão e supervisão escolar, e por fim, o grupo de alunos selecionados para participar da pesquisa obedecendo os critérios previamente indicados neste trabalho.

As informações obtidas por meio dos instrumentos de coleta possibilitaram responder aos objetivos específicos indicados por esta pesquisa. Para que estes pudessem ser analisados foram adotados os seguintes procedimentos:

- a) Análise conceitual da Educação Financeira e das propostas para esta, indicadas por meio da ENEF e órgãos internacionais como a OCDE, que serviram de base para a própria Enef, e correlação com a realidade vivenciada neste sentido na escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo localizada em Recife-PE, Brasil.
- b) Revisão dos dados coletados através dos questionários realizados com os participantes da pesquisa;
- c) Organização das informações coletadas nos questionários aplicados obedecendo ao cronograma proposto por esta investigação.

Vale ressaltar que as análises dos dados serão processadas obedecendo a ordem apresentada dos objetivos específicos desta investigação. Para cada objetivo, houveram questões direcionadas a cada grupo de participantes, os quais serão indicados a medida que são apresentados no processo de análise.

Neste propósito, as análises dos dados coletados, possibilitaram sua organização de modo a trazer respostas a todos os objetivos desta investigação, bem como para a questão investigativa central deste trabalho. Assim, os objetivos específicos serão expostos nos subtópicos em sequência com suas respectivas devolutivas obtidas em campo e após essa

etapa, é possível discorrer sobre o eixo central desta pesquisa que gira em torno das práticas pedagógicas em Educação Financeira e sobre as contribuições desta para o alunado.

3.1 AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSCIÊNCIA FINANCEIRA DOS ALUNOS E SEUS FAMILIARES

A consciência financeira pode ser compreendida de acordo com a OCDE, no sentido de promover uma consciência global sobre o uso de recursos, e norteiam as propostas de Educação Financeira (OCDE, 2004), que tiveram início, quando, identificando a necessidade de se desenvolver a poupança previdenciária e melhorar o entendimento dos indivíduos sobre os produtos financeiros, criou o Financial Education Project para estudar a educação financeira e propor programas aos seus países-membros.

A Enef (2007, p.p. 16-17), propõe para o indivíduo na relação com o dinheiro e recursos:

O domínio de conceitos e habilidades para que o indivíduo realize boas escolhas financeira é de interesse de todos os órgãos normatizadores e supervisores do sistema financeiro em cada mercado sob sua supervisão. Ocorre que as decisões de consumo e poupança, investimento e proteção contra riscos (de vida, de enfermidades, de bens etc.) são adotadas considerando opções disponíveis em diversos mercados, as quais são, muitas vezes oferecidas de forma simultânea por um mesmo canal de distribuição de produtos financeiros.

O desafio para o cidadão então, consiste em fazer boas escolhas, a que melhor se adeque ao seu perfil e as suas necessidades. Para tanto é necessário que este cidadão tenha conhecimentos sobre as diferenças entre esses produtos financeiros, saiba lidar como o dinheiro e que acima de tudo, consiga administrar a renda entre as contas fixas da família e/ou indivíduo, sem perder de vista a necessidade de guardar parte dessa renda com vista em rendimentos futuros.

Para responder a esse objetivo específico foram propostas questões aos alunos, gestão escolar, supervisão e também a professora da disciplina específica que é Empreendedorismo no caso da escola. Os aspectos que se pretende observar são: relação com recursos financeiros e custos fixos, familiaridade com serviços financeiros como poupança, previdência e outras aplicações.

Outro ponto que se pretende verificar nesse objetivo específico, diz respeito ao estímulo oferecido pela família ao educando na relação com o dinheiro. Uma das formas de promover desde cedo essa relação se dá por meio da prática da mesada. A esse respeito, D'Aquino (2008) aponta que “a função primordial da mesada deve ser a de possibilitar que a criança seja igualmente capaz de ordenar um orçamento, definir escolhas para o dinheiro e desenvolver um plano de poupança.”

Pergunta 1 para gestão escolar, supervisão pedagógica e professora: É possível identificar por parte dos alunos e das familiar comportamentos que indiquem boa relação com o dinheiro? Se sim, indicar.

“Sim, pois na prática os alunos vivenciam a matemática financeira, projeto esse desenvolvido no Ensino Fundamental.” (G)

“Sim. Adimplência, recebimento de uma mesada.” (S)

“Não verificada uma cultura de boa relação com o dinheiro.” (P)

3.1.1 O que dizem a gestão, a supervisão pedagógica e a professora de Empreendedorismo sobre o nível de consciência financeira dos alunos/familiares

Por meio das respostas obtidas para este questionamento junto aos participantes, pode-se verificar uma leve discordância de opiniões, embora nem todas sejam justificadas. No caso da Gestora Escolar, esta aponta positivamente para uma boa relação dos alunos/família com o dinheiro ao citar projetos vivenciados na escola que tem a participação da família, no entanto, ter a família dentro da escola por ocasião da culminância de um projeto, não nos permite inferir sobre uma boa prática financeira no ambiente doméstico.

A mesma opinião não é compartilhada pela professora da disciplina de Empreendedorismo, que aponta para uma cultura de relação com o dinheiro, que deixa a desejar, no entanto não indicou os pontos que justifiquem sua resposta.

A supervisora pedagógica aponta para a adimplência muito grande na escola, o que segundo ela não é comum na localidade onde se contextualiza a escola. Segundo Katona (1975, apud MALMANN et al., 2009), é comum ver pessoas gastando mais do que ganham em diversas camadas sociais, e isso é uma das causas do endividamento e da inadimplência. Aponta também para a verificação do recebimento de mesadas por parte de alguns alunos, o que sugere, segundo ela, uma boa organização financeira familiar. A resposta oferecida

pela supervisora pedagógica possibilita uma análise fundamentada no que afirma D'Aquino (2008) ao apontar que “a função primordial da mesada deve ser a de possibilitar que a criança seja capaz de ordenar um orçamento, definir escolhas para o dinheiro...”, estando em consonância com as propostas da OCDE e da Enef para a Educação Financeira.

Pergunta 1 para alunos: Você já ouviu falar em Educação Financeira? Especificar canal informativo.

“Sim. Já ouvi falar”. A2

“Na escola”. A25

“Na internet”. A17

“Na TV”. A9

“Outros”.A29

3.1.2 O que sabem os alunos sobre Educação Financeira

Ao fazer a análise dos dados obtidos por meio da pergunta 1 direcionada aos alunos, se pode constatar que todos sinalizaram positivamente para algum conhecimento ou informação referente a Educação Financeira. Dentre os canais informativos citados, a escola é apontada pela grande maioria dos alunos, estando a internet também em posição de destaque. A Tv aparece em quase metade das respostas, o que aponta para a responsabilidade desse veículo frente a formação cidadã de um país.

A Enef (2007) aponta para a responsabilidade de instituições como bancos, grandes empresas e veículos de comunicação no processo de Educação Financeira da população. A OCDE (2004), também indica que o processo de Educação Financeira não pode ocorrer apenas no ambiente escolar, devendo ser veiculado por meio das mídias, e no plano de ações das grandes empresas. Ao considerar esse aspecto, podemos verificar a relevância desses veículos ao analisar a resposta dos participantes.

Quanto a veiculação das informações referente a Educação Financeira por meio de outros canais, que não sejam a escola, a OCDE (2005) aponta que:

Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.

O uso dos canais citados pela OCDE pelos alunos como meio informático, refletem a importância que esses meios de comunicação possuem e a necessidade de programas especiais com objetivos bem definidos no sentido de promover a Educação Financeira.

Ao observar o destaque da escola no papel de trazer informações referentes a Educação Financeira encontra-se respaldo no que aponta Carvalho (1999) “a escola é o lugar ideal para se implantar uma nova cultura financeira.”

Pode-se apontar como positiva a iniciativa da escola em trabalhar em seu currículo a Educação Financeira, diante da necessidade de preparar pessoas capazes de atuar ativamente no mercado de trabalho e financeiro.

Pergunta 2 para alunos: Possui caderneta de poupança e/ou investimentos (previdência/outros)?

“Não possuo.” A1

“Possuo poupança, mas não deposito nenhum valor desde que abrimos.” A8

“Não.” A12

“Ainda não.” A 27

“Sim”. A30

3.1.3 O Uso da caderneta de poupança e outras formas de investimentos/aplicações financeiras pelas famílias/alunos

A caderneta de poupança no Brasil, mesmo sendo considerada por muitos especialistas no assunto como uma das maneiras menos interessantes de se fazer uma aplicação financeira, tendo em vista o baixo rendimento desta, por vezes abaixo das taxas de mercado como juros e inflação, o que acaba por desvalorizar o dinheiro aplicado ao invés de render, esta é a forma mais popular de aplicação no país inteiro, entre diversas classes sociais e níveis de escolaridade.

Esse quesito foi utilizado na investigação, em função da popularidade da caderneta de poupança e do quanto seu uso poderia refletir a intenção em aplicar recursos, ao invés de gastar em sua totalidade.

As respostas obtidas tiveram pouca variação apontando para uma grande maioria que além de não possuir uma caderneta de poupança bancária, não sinalizou para o interesse em guardar mesmo que em casa, focado para um objetivo mais próximo, como por exemplo,

adquirir um produto, ou um serviço. A esse respeito, a Enef, (2014, p. 4) aponta que: “o cidadão educado financeiramente reflete sobre o próprio consumo e seus impactos econômicos, sociais e ambientais com maior propriedade”.

A questão foi voltada para os alunos, elaborada conforme o padrão utilizado pela OCDE que em seus levantamentos, busca verificar junto aos participantes de suas pesquisas, conhecimentos sobre produtos financeiros, vantagens e desvantagens dos diferentes produtos como sistema previdenciário privado, aplicações financeiras e taxas de juros. As respostas obtidas foram variadas mostrando uma tendência majoritária para a ausência da prática de investir/poupar dinheiro. Se comparada essa questão com a questão 1 também direcionada aos alunos, pode-se inferir que mesmo havendo uma vasta sinalização positiva para o fato de já terem ouvido falar em Educação Financeira, a competência atitudinal precisa ser repensada pelas entidades informadoras como as instituições financeiras e mídias, e pela entidade formadora que é a escola.

Quando questionados sobre o uso de caderneta de poupança/investimentos, os números são coerentes com o que afirma a OCDE (2005) em relação aos países em desenvolvimento, ao apontar que “nos países em desenvolvimento os indicadores de Educação Financeira deixam muito a desejar quando comparados a países com economia mais desenvolvida”.

Pergunta 3 para alunos: Você recebe renda de seus pais e/ou responsáveis? Se sim, existe um prazo fixo, ou ocorre de forma esporádica?

“Não recebo mesada”. A7

“Meus pais não pagam mesada”. A11

“Não”. A15

“Sem mesadas”. A16

“Recebo mensalmente”. A17

“Recebo a cada 15 dias”. A22

“Recebo todo mês”. A23

“sim, recebo mensal”. A25

“Recebo de forma esporádica”. A29

“Esporadicamente”. A30

“Sem data determinada”. A33

3.1.4 A importância da mesada na Educação Financeira

De acordo com a Enef (2007, p. 14):

A noção de dinheiro entra na vida das crianças a partir dos cinco anos, quando elas têm o primeiro contato com o dinheiro por meio de gastos superficiais e pequenas doações dos pais. Quando atingem os nove anos, muitas delas começam a receber mesada o que invariavelmente desperta interesse em lidar com dinheiro, utilizado para gastos ligados a entretenimento e lazer.

Lidar com o dinheiro desde cedo possibilita a criança, dentro da proposta da Enef, crescer conhecendo a dinâmica do fluxo do dinheiro. Mas a ideia não é apenas essa. É fundamental que a criança e adolescente perceba a importância do planejamento a curto, médio ou mesmo em maiores prazos, para que desfrute de benefícios que a poupança de recursos pode possibilitar.

A análise das respostas obtidas por meio desta investigação, nos permite concluir que há muito o que resgatar do trabalho com a Educação Financeira que deveria estar começando nas famílias, uma vez que apenas uma pequena parte da população participante sinalizou para a regularidade do recebimento da mesada, enquanto que uma grande maioria aponta para o recebimento irregular e/ou para o não recebimento de renda. Essa questão é investigada por ser apontada como uma das primeiras ferramentas educadoras do indivíduo no sentido da Educação Financeira.

Quando se parte para os dados coletados junto aos alunos, constata-se a situação de que a família não tem atuado da maneira recomendada por especialistas em questões financeiras e nem vem utilizando as ferramentas propostas pela OCDE para o desenvolvimento da Educação Financeira. Isso se conforma por meio de questões simples como o que se perguntou sobre a prática das mesadas.

A mesada é uma importante ferramenta apontada por Cerbasi (2011, p. 42) ao dizer que esta possui o papel de “cultivar a autonomia, com a prática da mesada ou da oferta de recursos de uso livre pelos filhos. Incluir os filhos nas tarefas de organização financeira do lar”. Muitos alunos registram que sequer precisaram gerenciar recursos para aquisição de algum benefício (produto ou serviço), o que indica a inexperiência destes, ao ter sob seu controle quaisquer quantidades de recursos.

Após comparar as respostas obtidas por meio das questões direcionadas a responder este objetivo específico, pode-se concluir que a Educação Financeira, embora não seja um tema desconhecido, ele é mantido no campo conceitual. São necessárias medidas que

proporcionem o desenvolvimento das habilidades atitudinais para que se possam ter registros favoráveis no que diz respeito aos critérios considerados básicos no processo de educar financeiramente o indivíduo, como os que já foram apontados pela OCDE e citados anteriormente.

3.2 APRESENTAR A METODOLOGIA APLICADA PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PROPOSTA NO CURRÍCULO ESCOLAR.

Em 2010, foi incluído na LDB, LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o 10º§ por meio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 dizendo que: “Consumo e educação financeira serão temas integradores dos componentes curriculares nos diversos níveis da educação básica”, (Brasil, 2010).

Diante do exposto, este objetivo específico constitui-se em um dos pontos mais relevantes da investigação, por se tratar de apontar o modo como a escola desempenha na prática suas metodologias para a Educação Financeira. Neste contexto, a escola é capaz de envolver em seus processos um grande número de pessoas. Professores, gestores e toda equipe pedagógica, funcionários dos diversos segmentos, famílias e toda a comunidade ao redor da unidade escolar, são ou devem estar entre os alvos de um processo educacional.

As respostas para esse objetivo específico são obtidas junto a equipe pedagógica participante da investigação, que aponta dados sobre aspectos importantes do trabalho pedagógico como: currículo, corpo docente, competências a serem desenvolvidas e participação da família na rotina escolar.

Quanto ao currículo, as questões giram em torno do modo como a Educação Financeira está inserida neste. Em relação ao corpo docente, o interesse é em responder quais os critérios para escolha do professor que irá ministrar a disciplina de Empreendedorismo, onde se trabalham na escola as questões voltadas para a Educação Financeira. No tocante as competências para a Educação Financeira, estas são o ponto central da metodologia, uma vez que é por meio destas que o indivíduo pode transformar conceitos em atitudes. A participação da família, dentro dessa perspectiva torna-se um dos pontos fortes que merecem serem investigados, já que as competências a serem desenvolvidas precisam encontrar um ambiente propício para que sejam multiplicadas, e este ambiente é a família.

Sob essa perspectiva, a Lei 171/09, estabelece a obrigatoriedade da educação financeira em escolas públicas e privadas, e cria um currículo específico para a Educação Financeira nos ensinos Fundamental e Médio. A partir dessa obrigatoriedade legal, torna-se

pertinente analisar um modelo já implementado para que a partir deste, novas diretrizes possam ser sugeridas.

Sobre a Educação Financeira nas escolas, de acordo com a Enef (2007, p. 96):

Um de seus propósitos nas escolas é educar crianças e adolescentes para lidar não só com o dinheiro, mas também para planejar sua trajetória de vida e se preparar, de forma segura para oscilações econômicas, independentemente de possuir pouco ou muito recurso financeiro para sua manutenção.

Para responder a esse objetivo específico foram elaboradas questões a serem direcionadas para a gestão escolar, supervisão e para a professora da disciplina de Empreendedorismo, que trata de forma específica da Educação Financeira.

Pergunta 2 para gestão escolar, supervisão pedagógica e professora: De que maneira a Educação Financeira se encontra inserida no currículo escolar?

“Na disciplina de Matemática e principalmente na disciplina de Empreendedorismo.” G

“De forma transversal e específica na disciplina de Empreendedorismo.” S

“Apenas no Ensino Médio junto a disciplina de Empreendedorismo.” P

3.2.1 O que dizem a gestão, supervisão e professora de Empreendedorismo sobre a inserção da Educação Financeira no currículo escolar

A começar pela disciplina voltada para a Educação Financeira, que é Empreendedorismo, já se pode constatar uma desconformidade quando se toma como referencial a própria legislação de 2009, Lei 171/09, que estabelece a necessidade de um currículo específico para a Educação Financeira. É inevitável a participação da Educação Financeira no processo empreendedor, mas o empreendedorismo em si, é um campo muito mais abrangente, onde perpassa, além de outros temas, a Educação Financeira.

De acordo com a gestora escolar, quando interrogada sobre a maneira como a Educação Financeira está incluída na escola, aponta que esta é trabalhada de forma transversal na disciplina de Matemática, mas que há uma disciplina específica para este fim no currículo escolar, Empreendedorismo. A mesma indicação foi apontada pela professora da disciplina de Empreendedorismo, bem como da supervisora escolar. Mesmo havendo a indicação por parte da gestora escolar de que a disciplina de Empreendedorismo possui a

finalidade específica de trabalhar a Educação Financeira, ela aborda uma grande quantidade de outros temas e traz a Educação Financeira como um desses temas.

A transversalidade para este tema é importante e encontra respaldo na própria LDB 96. No entanto, não encontra conformidade com a proposta da Enef e com a Lei 171/09 que atualiza a própria LDB 96.

Outra ressalva é apontada pela professora ao dizer que apenas o Ensino Médio é contemplado com esta disciplina, uma vez que a escola oferta também o Ensino Fundamental II. A respeito do que sinaliza a professora da disciplina de Empreendedorismo durante a coleta de dados nesta pesquisa, a Enef (2007, p. 94) aponta que:

A Educação Financeira requer estratégias que modifiquem hábitos arraigados. Mudanças de comportamento, geralmente são conquistadas em longo prazo, por meio de educação efetiva. Portanto, as ações propostas pela Enef, buscam atingir esse objetivo, reforçando a necessidade de que a Educação Financeira seja trabalhada desde cedo.

A fala da professora torna-se pertinente com a proposta da Enef de inserir desde cedo a Educação Financeira. Sendo assim, se a escola pretende de fato, desenvolver a consciência financeira em seus alunos, torna-se importante considerar o que afirma a professora sobre práticas da Educação Financeira e que estas sejam inseridas e trabalhadas de forma mais específica no Ensino Fundamental e não com enfoque maior apenas no Ensino Médio.

Pergunta 3 para gestão escolar, supervisão pedagógica e professora: Quais os critérios para escolha do corpo docente que irá ministrar a disciplina?

“Espírito inovador, atitude empreendedora, visionário.” G

“Professores graduados, experientes, criativos e proativos.” S

“No meu caso, a experiência empreendedora.” P

3.2.2 Critérios para escolha do corpo docente da disciplina voltada para a Educação Financeira

Quanto a formação do corpo docente para trabalhar com Educação Financeira, a Enef não aponta para uma formação específica, ou mesmo para uma área em específico. Na realidade a sugestão é que quaisquer membros do corpo de professores possam atuar para

este fim. A Enef (2007, p. 99) entretanto, propõe que haja “formação continuada” aos professores que sejam indicados para este trabalho.

De fato, os critérios utilizados na escola para escolha e composição do corpo docente para Educação Financeira, não estão relacionados a nenhuma formação específica. São mencionadas características como: criatividade, atitudes empreendedoras, experiências empreendedoras e inovação, como sendo requisitos à escolha dos profissionais que terão a incumbência de ministrar a disciplina de Empreendedorismo, onde encontra-se a Educação Financeira. Esse método concorda com o proposto pela Enef, entretanto, no caso da escola campo da investigação, não se verifica por parte de nenhum dos entrevistados menção quanto a formação voltada para este fim, ficando subjetivos os critérios para escolha do corpo docente.

Os critérios adotados pela escola, se tornam mais interessantes quando se observa o que aponta a própria Enef (2010), ao dizer da importância que tem para o professor de Educação Financeira, dar bons indícios de uma boa relação com o dinheiro. Isto é verificado na fala da gestora escolar, bem como da professora.

Quando ao papel da formação continuada defendido pela Enef, esta visa munir o professor das ferramentas necessárias para que se realize um trabalho mais completo. No caso da escola em estudo, apenas não há essa formação, como também foi sinalizado que não há um material didático específico para esta disciplina, estando a cargo do professor e da pesquisa, todo tipo de informação que venha a ser abordada em sala de aula. Esta falta de material para o trabalho específico em Educação Financeira, foge da proposta em educar financeiramente o indivíduo de acordo com a Enef que sugere um material elaborado em diferentes níveis, de acordo com a seriação do estudante.

Pergunta 4 para gestão escolar, supervisão pedagógica e professora: Que competências se pretende desenvolver nos discentes por meio da Educação Financeira?

“Capacidade de compreender e administrar bem o uso do dinheiro, sem desperdícios.” G

“Responsabilidade, conhecimento de mercado e ser um empreendedor.” S

“Saber lidar com o dinheiro, saber investir, conhecer os rendimentos das diferentes formas de aplicação.” P

3.2.3 Competências desenvolvidas por meio da Educação Financeira

As competências para a Educação Financeira estão relacionadas a capacidade de planejamento e administração dos recursos. Essa capacidade é fundamental para o sucesso em muitos aspectos na vida do indivíduo e do próprio país, conforme aponta Kioyosaki (2000, p. 81):

Como os estudantes deixam a escola sem habilidades financeiras, milhões de pessoas instruídas obtêm sucesso em suas profissões, mas depois se deparam com dificuldades financeiras. Trabalham muito, mas não progredem. O que falta em sua educação não é saber como ganhar dinheiro, mas sim como gastá-lo (...). Essas pessoas muitas vezes trabalham mais do que seria necessário porque aprenderam a trabalhar arduamente, mas não como fazer o dinheiro trabalhar para elas.

O Banco Central do Brasil (2017) aponta, a aquisição de bens e serviços, uso de produtos e serviços financeiros, poupança de parte da renda, e capacidade de se planejarem a médio e longo prazos. como competências para a Educação Financeira.

Sobre os critérios financeiros que podem e devem ser vivenciados por cada família a Enef (2007, p. 67) faz uma elucidação de que setores devem ser estimulados nas pessoas:

Outras circunstâncias podem vir a motivar as pessoas a participarem de programas privados de caráter previdenciário, visando acumular poupança destacando-se: provimento de recursos para futuro custeio da educação dos filhos, assim como para iniciação da vida profissional sob regime autônomo.

Na escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo, a proposta de competências em Educação Financeira, conforme apontam os entrevistados da equipe pedagógica e a gestora escolar, está relacionada a gestão do dinheiro e ao planejamento de vida financeira e profissional e de investimentos no mercado financeiro.

Se colocarmos as respostas obtidas por meio dos instrumentos em comparação com as propostas do Banco Central do Brasil, podemos concluir que a aquisição de bens e serviços enquanto competência para Educação Financeira, é atendida na fala da gestão escolar ao indicar que a gestão do dinheiro está entre as propostas de competências da escola. A poupança de parte da renda proposta pelo Banco Central, é atendida pela escola ao trabalhar a questão referente aos investimentos no mercado financeiro. Já o planejamento a médio e longo prazos do Banco Central, são atendidos pela escola ao abordarem as questões referentes ao planejamento da vida financeira.

Os dados coletados junto a população participante, permitem verificar concordância em relação aos objetivos propostos pela OCDE para Educação Financeira assim como a própria Enef, representados pelo que sugere o Banco Central do Brasil.

Pergunta 5 para gestão escolar, supervisão pedagógica e professora: A escola desenvolve alguma atividade que envolva a família e busque despertar para a necessidade da Educação Financeira? Para resposta afirmativa, apontar as atividades.

“Desenvolvemos a Feira do Empreendedor e palestras em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE.” G.

“Sim. Palestras, Feira do Empreendedor.” S

“Sim. A Feira do Empreendedor que é desenvolvida durante todo ano letivo e requer rigoroso planejamento para captação de fundos que financiam parte do evento.” P

3.2.4 Atividades escolares para a Educação Financeira envolvendo a família

Quanto a participação da família no processo de educar financeiramente o indivíduo a Enef (2007, p. 23), aponta que:

O modo como as famílias dividem a renda entre o consumo e a poupança afeta seu bem-estar econômico, limitando ou ampliando a capacidade de consumo. É fundamental perceber a relação entre as escolhas atuais e a perspectiva e oportunidades futuras, de forma que se atinja equilíbrio financeiro em todas as fases da vida.

Neste sentido, ter a família participando do processo de educar financeiramente crianças e adolescentes, torna-se importantíssimo para o sucesso de quaisquer iniciativas que tenham por objetivo desenvolver a educação financeira. É na família que o processo educativo tem início e por isso mesmo, toda base da relação com o dinheiro de cada indivíduo depende da influência desta sobre cada um.

Diante das rotinas estabelecidas na vida dos indivíduos adultos, torna-se inviável ou improvável que ocorram movimentos e/ou culminâncias na escola com a presença e envolvimento dos pais, com grande frequência. Este talvez seja o maior desafio para levar a Educação Financeira para dentro das casas e para a vida das crianças e adolescentes. Estes

últimos passam ser os agentes onde a transformação tem início, quando na verdade, deveria apenas dar continuidade.

No sentido de trazer a família para dentro da escola, são apontados pelos participantes, eventos pontuais, mas que não contam com a maioria dos pais/responsáveis, segundo a professora de Empreendedorismo aponta.

De acordo com o indicado pelas participantes da investigação, existem eventos pontuais que possibilitam a participação da família de forma ativa dentro da escola no processo de educação financeira. Foram citadas palestras temáticas, além de um evento maior que mobiliza a comunidade escolar, a Feira do Empreendedor. Trazer a família para a escola é um desafio cada vez maior uma vez que os afazeres cotidianos são cada vez a razão maior do impedimento para que as famílias estejam dentro da escola.

3.3 INVESTIGAR AS ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS APLICADAS A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO COTIDIANO ESCOLAR.

Podemos entender estratégias didáticas como sendo o a aplicação prática de uma metodologia. No entanto, dentro de uma metodologia, podem ser utilizadas diversas estratégias afim de realiza-la. Acerca disso, Masetto (2003) indica que estratégias de ensino e aprendizagem, são os meios utilizados pelo professor para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos. Com base nesta definição, entram a organização do espaço da sala de aula, os equipamentos necessários, os recursos audiovisuais, as visitas técnicas, as discussões em grupos, os eventos e feiras, dentre outros que contribuem para o atendimento da proposta pedagógica.

O sistema educacional do Brasil, de acordo com a LDB Na Lei nº 9394/96 referencia a Proposta Pedagógica no Artigo 12, a saber:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Diante do exposto torna-se pertinente que a escola desenvolva suas atividades e infraestrutura mediante as demandas educacionais, econômicas e sociais que se apresentam em seu contexto.

Para responder a esse objetivo específico foram coletadas informações junto a equipe pedagógica da escola, participante desta investigação, e também junto aos alunos no intuito de poder sentir qual a percepção destes a respeito das estratégias que a escola utiliza para a

Educação Financeira. A escola estando livre para desenvolver sua proposta pedagógica com a ressalva de obedecer as normas comuns de seu sistema de ensino, é também protagonista dos resultados alcançados por meio das metodologias e estratégias utilizadas por esta para o desenvolvimento das competências desejadas em seus educandos.

De acordo com a Enef (2009, p. 94), “a forma de abordagem adquire especial relevância, bem como a conscientização coletiva (professores, educadores, diretores de escola, autoridades e entidades representativas do setor educacional) sobre a importância do tema, tanto quanto as informações, o conhecimento e as ferramentas que serão desenvolvidas.”

Como se pode observar, a Educação Financeira é algo recente no país, e as próprias estratégias traçadas para este fim pelos órgãos do governo federal, ainda estão em fase experimental. O que há de concreto é a necessidade de educar financeiramente os indivíduos o quanto antes, uma vez que as mudanças sociais se apresentam em um ritmo cada vez mais acelerado e isso exige acima de tudo, planejamento.

No tangente a esse objetivo específico, as falas dos participantes da investigação tanto alunos quanto gestão, supervisão pedagógica e professora, foram obtidas no sentido de poder indicar as estratégias que vem sendo utilizadas e também como elas vem sendo percebidas pelo alunado.

Pergunta 6 para gestão escolar, supervisão pedagógica e professora: Existem estratégias específicas para desenvolver as competências em Educação Financeira? Se sim, indicar.

“Dentro do projeto da Feira do Empreendedor, os alunos desenvolvem e apresentam o plano de negócios como instrumento motivador discutindo em sala de aula” G

“Sim. Parceria com SEBRAE; Instituto Euvaldo Lodi – IEL, direcionando para estágio; Serviço Nacional da Indústria – SENAI.” S

“Sim. O desenvolvimento do projeto Feira do Empreendedor.” P

3.3.1 Estratégias didáticas para o desenvolvimento das competências em Educação Financeira

Quanto as estratégias apontadas para o desenvolvimento das competências em Educação Financeira, os entrevistados de maneira geral citaram, dentre outros, a Feira do Empreendedor. Esta feira constitui-se num projeto cuja culminância se dá forma de evento que ocorre há oito anos sob a orientação da mesma professora, com suporte pedagógico de toda equipe de professores, supervisão pedagógica e gestão, e que mobiliza toda a comunidade escolar. Trata-se de um evento aberto ao público onde a família é convidada a participar desde os primeiros passos, conforme afirmam os participantes: gestora, supervisora e professora de Empreendedorismo.

Com base nessas informações, pode-se considerar relevante o projeto apontado como estratégia pelos participantes da investigação, a Feira do Empreendedor, uma vez que segundo a equipe, este pretende oferecer autonomia ao indivíduo para fazer escolhas e assumir as responsabilidades dessas escolhas, buscando soluções para as dificuldades ao longo do Projeto que é construído durante todo o ano letivo.

A autonomia é sugerida, ao se verificar na fala da gestora escolar a existência de uma etapa na Feira do Empreendedor que é o plano de negócios. Sobre a autonomia no processo de ensino-aprendizagem, Pistrak (2009), aponta que esta se revela de três maneiras: habilidade de trabalhar coletivamente; habilidade de trabalhar organizadamente cada tarefa; desenvolvimento da capacidade criativas. A proposta de Pistrak é identificada no plano de negócios. Este para seu desenvolvimento requer necessárias tomada de decisões, soluções financeiras e intensa atividade interpessoal.

Para munir estes indivíduos dessa capacidade, a Enef usa em sua estratégia de trabalho a definição de educação financeira apresentada pela OCDE, e considera que:

O modelo pedagógico foi concebido para oferecer ao aluno informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos autônomos e saudáveis, para que ele possa, como protagonista de sua história, planejar e fazer acontecer a vida que deseja para si próprio, em conexão com o grupo familiar e social a que pertence. Nesse sentido, o foco do trabalho recai sobre as situações cotidianas da vida do aluno, porque é nelas que se encontram os dilemas financeiros que ele precisará para resolver (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 7).

Outras estratégias importantes foram verificadas junto aos entrevistados. As parcerias existentes entre outros órgãos que estão relacionados a formação e a inserção no mercado de trabalho como IEL e Sebrae. O IEL é um instituto cujo objetivo é integrar os estudantes ao mercado de trabalho, intermediando na forma de orientações e disponibilizando vagas de estágios, enquanto acompanha o desenvolvimento do educando nesse estágio, funcionando como um supervisor orientador. O Sebrae possui outra finalidade. Este por sua vez, orienta e fornece todo respaldo contábil, fiscal, tributário e financeiro para abertura de novos negócios além de orientar como sondar e lidar com as mudanças do mercado.

Essas parcerias encontram concordâncias com as propostas da Enef que incluem vida financeira e profissional. Uma boa orientação para inserção no mercado de trabalho, favorecem não só a escolha profissional como também o desenvolvimento da própria carreira.

Pergunta 4 para alunos: Esse tema (Educação Financeira) é trabalhado em sua escola? Se sim, apontar a maneira. (citar atividades que envolvam Educação Financeira como: eventos, feiras, palestras, exposições, entre outros).

“Sim, por meio de palestras e feiras.” A17

“Sim, aulas e palestras.” A24

“Sim, nas aulas.” A29

“Sim, Feira do Empreendedor.” A38

“Não.” A11

3.3.2 Atividades escolares para a Educação Financeira

De acordo com Pistrak (2009), as estratégias de ensino e de organização curricular servem ao projeto de sociedade que assumimos em função de nossa leitura da “realidade atual.” Se não houver uma definição clara dessas estratégias, a prática pode perder seu sentido e deixar de atender aos objetivos do processo proposto, transformando-se em um projeto didático estéril.

As atividades escolares aparecem nesse contexto assumindo um papel importante pois é por meio delas que a realidade é trazida para dentro do espaço escolar, e por sua vez, é refletido na vida prática do educando, tornando-os capazes de transformar a realidade em

que se encontre e ainda adaptando-se a elas de a medida que os desafios possam se apresentar. Ainda Pistrak, sobre as atividades escolares, coloca que:

Somente na atividade pode a criança formar-se para ser ativa, somente na ação aprende a agir, somente na realidade [...] aprende a participar conscientemente, do mesmo modo, no trabalho que diz respeito às formas da ordem estatal e mundial (Pistrak, 2009, p. 131).

Nesse sentido, observa-se que a escola vem tentando por meio de diferentes maneiras, possibilitar o desenvolvimento das capacidades financeiras. Além das aulas, como estratégia de trabalho para a Educação Financeira, foram apontados: Feira do Empreendedor, palestras realizadas em parcerias com órgãos competentes e experientes em questões de mercado e financeiras como o citado anteriormente Sebrae e IEL.

O projeto Feira do Empreendedor também apontado anteriormente pela equipe de profissionais participantes da pesquisa na escola, foi apontado pelos alunos como sendo um dos meios mais dinâmicos para o desenvolvimento da consciência financeira. O modelo de trabalho proposto pela escola está em conformidade com o que apontam os teóricos referenciados no trabalho, bem como, mesmo que de despropositadamente, com as propostas nacionais da Enef.

Identificam-se essas conformidades com a Enef, quando se observa aspectos como: bens pessoais, trabalho e empreendedorismo. Percebe-se nesse interim que existe por parte da escola o interesse em fazer dar certo os processos que envolvem a Educação Financeira, mesmo nitidamente não se verificando em nenhum momento das falas, conhecimento a respeito das propostas nacionais para este fim, a Enef.

3.4 VERIFICAR CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NO PLANEJAMENTO FINANCEIRO DOS ALUNOS E DE SEUS FAMILIARES AO LONGO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO.

A Enef (2007, p. 30) aponta que “é importante que o cidadão desenvolva competências que elevem seu grau de informação e capacitação para realizar seu planejamento financeiro, o que envolve decisões relativas ao consumo, a poupança e a utilização do crédito”.

Dentro dessa perspectiva, torna-se coerente verificar se em uma realidade onde a Educação Financeira seja posta no currículo escolar, tenha surtido algum efeito dentro de

uma escala temporal, seja ela de curto, médio ou longo prazos. Tendo em vista a definição proposta pelo Plano Diretor da Enef em 2007:

O planejamento financeiro pessoal é o processo pelo qual o indivíduo desenvolve estratégia de decisões de consumo, poupança, investimento e proteção contra riscos, que aumenta a probabilidade de dispor dos recursos financeiros necessários aos financiamentos de suas necessidades e a realização de seus objetivos de vida. No âmbito familiar, envolve o orçamento doméstico, que abrange análise de recursos e gastos correntes e futuros; definição de metas e objetivos de curto, médio e longo prazos; tomada de decisões quanto a gastos e investimentos; avaliação da execução do plano; e eventual adoção de medidas corretivas. (Enef, 2007. p. 22)

No intuito de fazer o diagnóstico da presença do planejamento financeiro nas famílias e/ ou alunos, pretende-se investigar junto a escola e aos alunos, as contribuições que podem ter sido trazidas pela Educação Financeira no currículo escolar durante a permanência dos alunos e mesmo após o egresso destes. Para atender a este objetivo específico, busca-se junto a equipe escolar participante da pesquisa, de forma objetiva, respostas quanto ao logro das competências desenvolvidas em Educação Financeira de alunos egressos, assim como sobre a percepção de mudanças quanto ao uso do dinheiro/planejamento de vida, dos que estão em curso escolar. Junto aos alunos, as respostas obtidas são no sentido de respaldar a prática saudável da relação com o dinheiro e do planejamento financeiro.

Pergunta 7 para gestão escolar, supervisão pedagógica e professora: A escola já registra algum case de sucesso quanto aos objetivos logrados para a Educação Financeira? Citar, caso a resposta seja afirmativa.

“Sim, alunos que conseguiram empreender seus próprios negócios com a experiência adquirida das aulas de Empreendedorismo. Exemplo de uma pequena empresa no ramo musical.” G

“Sim. Alunos microempresários e outros que ocupam cargos de liderança em grandes empresas.” S

“O próprio projeto Feira do Empreendedor que vem se inovando ano após ano.” P

3.4.1 Objetivos logrados em Educação Financeira segundo a gestão, supervisão pedagógica e professora de Empreendedorismo

A Enef (2007, p. 96) indica que “o documento para orientações em Educação Financeira nas escolas, apresenta um conjunto de princípios que devem nortear as ações necessárias para se atingir situação futura desejada, tendo por objetivo formar para a cidadania.” Dentro da perspectiva da formação para a cidadania, espera-se que cada indivíduo possa tomar as decisões mais acertadas no que diz respeito a sua saúde financeira, o que envolve planejamento de: curto prazo, como aquisição de um bem ou serviço de necessidade imediata; médio e longo prazos, a exemplo de aplicações financeiras, investimentos, aquisição de bens de maior valor agregado como imóveis, planos previdenciários, entre outros.

A esse respeito, a Enef (2007, p. 8) afirma que “A educação financeira sempre foi importante para auxiliar as pessoas a planejarem e gerirem sua renda, poupar, investir e garantir sua vida financeira mais tranquila”.

Quando questionadas sobre o registro de casos de sucesso quando aos objetivos logrados para a Educação Financeira, tanto a supervisora quanto a gestora escolar, indicaram que a escola registra casos de alunos que abriram seus próprios negócios bem-sucedidos, outros que assumem cargos de liderança em grandes empresas. O caso mais expressivo é apontado pela gestora ao citar o exemplo de um negócio no ramo musical, que teve início na escola durante a Feira do Empreendedor.

Há uma consonância entre os resultados registrados pela escola e as propostas nacionais, caso da Enef, ou mesmo internacionais como a OCDE para a Educação Financeira que vão desde uma boa condução da vida profissional, do próprio negócio, como também uma boa atuação no mercado financeiro.

Pergunta 5 para os alunos: Você guarda parte da renda recebida? Apontar o modo como se dá essa poupança, para resposta afirmativa.

“Sim, em casa”. A1

“Sim, na minha casa.” A26

“Sim, guardo comigo.” A14

“Sim, guardo no banco.” A 24

“Não guardo parte da minha renda.” A38

“Não guardo. Gasto tudo.” A 29

“Não possuo nenhuma renda.” A20

3.4.2 Intenção poupadora dos alunos ao final do Ensino Médio na Escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo

O hábito e intenção de poupar recursos, constituem um dos indicadores para uma boa Educação Financeira. A esse respeito, o Plano Diretor para a Enef indica que:

Imersos em uma sociedade de massa e submetidos a toda sorte de apelo do mercado, os indivíduos, premidos por uma parcela cada vez maior de gastos dedicados ao lazer, a educação e a saúde, vem reservando parcela menor de sua renda à acumulação. [...]é certo que a decisão de poupar ou de consumir é influenciada por fatores psicológicos e culturais. Nesse sentido, ao conscientizar os indivíduos quanto aos fatores internos e externos que influenciam suas escolhas, a educação financeira pode ajudar a equilibrar as necessidades e os desejos, submetidos aos apelos imediatos do consumo, com os objetivos de longo prazo. Enef (2007, p. 11)

Quanto ao uso consciente dos recursos financeiros, faz-se necessário pois é a partir daí que se pode esperar melhores indicadores na sociedade, que por sua vez tem a possibilidade de levar uma vida mais segura e confortável, elevando os níveis de desenvolvimento conforme verificado pela OCDE nos países que apresentam melhores indícios de que sua população possui uma boa Educação Financeira.

Uma parte considerável dos alunos participantes da pesquisa, revelaram o interesse e/ou o hábito de guardar parte de sua renda, o que é um aspecto positivo na análise. No entanto, ao indicarem o destino dado a esse dinheiro guardado, essa mesma maioria indica desconhecimento dos produtos financeiros que podem fazer esse dinheiro ter rendimentos.

Uma pequena parte indicou que faz uso da caderneta de poupança, o que conforme apresentado anteriormente neste trabalho, não é a melhor maneira, contudo, é um indício de que há plantada nesse indivíduo a ideia de planejar um futuro financeiro. Pode constituir também um campo promissor para as aplicações que oferecem uma rentabilidade real.

O que de fato aponta para uma necessidade de intensificar ou mudar as estratégias de trabalho para a Educação Financeira, foram as respostas que indicaram a falta do hábito/interesse de guardar parte dos recursos, assim como também os que indicaram não receber renda da família. A respeito do recebimento da renda por parte da família, como já

foi apresentado, é uma forma de familiarizar o indivíduo com o dinheiro e com a dinâmica financeira, bem como estimular o planejamento individual com base em um ganho periódico pré-estabelecido.

As respostas obtidas desses alunos indicam uma necessidade de atuar no sentido de esclarecer melhor quanto a importância de manter parte dos recursos, e mais, estabelecer trabalhos no sentido de sensibilizar quanto a importância de não se fazer gasto de todo dinheiro ganho. A esse respeito a Enef (2007, p. 23) indica que “preparar-se financeiramente para o futuro, em qualquer plano de renda familiar, exige autocontrole das emoções, evitando atitudes inconsistentes com os objetivos pessoais de longo prazo.”

Pergunta 6 para os alunos: Você já pensou em aplicar parte dos recursos recebidos? Apontar a maneira para resposta afirmativa.

“Sim, na abertura de um negócio próprio”. A2

“Sim, abrindo uma empresa.” A11

“Sim, em serviços financeiros.” A15

“Não.” A20

“Não penso a respeito.” A24

“Não me imagino aplicando dinheiro.” A 27

“Não tenho segurança ainda para pensar em realizar aplicações.” A 31

3.4.3 Conhecimentos sobre aplicações financeiras

Aplicar dinheiro requer conhecimentos sobre taxas de juros, produtos financeiros disponíveis e ainda, aponta para a necessidade do autoconhecimento pois é a partir daí que se pode estabelecer o perfil de cada indivíduo para investimentos e aplicações financeiras. Existem pessoas que possuem maior tolerância a riscos, caracterizando investidores mais ousados, que se submetem, visando rendimentos mais interessantes, a maiores riscos. Pode-se verificar também, por meio do autoconhecimento, se o investidor possui menor tolerância a riscos, não aceitando a perda de seus valores aplicados, o que caracteriza o investidor conservador, que por sua vez, pode optar por produtos financeiros mais seguros, porém, com rendimentos mais modestos. Vale lembrar que existem produtos financeiros que atendem o investidor de perfil intermediário para tolerância a riscos, com os rendimentos correspondentes.

Sobre a definição de riscos, o Banco Central do Brasil coloca:

É a probabilidade de ocorrência de perdas. Quanto maior o risco, maior a probabilidade de o investidor incorrer em perdas. Dependendo do investimento, podemos ganhar ou perder pequenos ou grandes valores. Exemplos de investimentos de menor risco são a caderneta de poupança e o tesouro direto, desde que você fique de posse do título e o desconte na data de seu vencimento, enquanto as ações são consideradas investimentos de maior risco. (Banco Central do Brasil, 2013. p. 45)

As aplicações financeiras são apontadas pelo Banco Central do Brasil como uma das formas para aquisição de dinheiro e valorização de recursos. Há uma variedade capaz de atender os investidores com os mais diferentes perfis, que como já apontado, serão diferenciados por tolerarem maiores ou menores riscos. A respeito dos produtos financeiros o Banco Central afirma:

O dinheiro também pode ser resultado do rendimento de aplicações financeiras ou em bolsa de valores, planos de previdência social ou privada, prêmios de seguros, ou mesmo de aplicações não financeiras como aluguel de imóveis, herança, *royalties*, prêmios de loteria. (Banco Central do Brasil, 2013. p. 20)

Quanto ao planejamento para o futuro no sentido de aplicações financeiras, os instrumentos apresentaram que parte considerável dos alunos não estão familiarizados com os diferentes produtos financeiros ou não tem a intenção de utilizá-los. Esses resultados nos levam a refletir quanto com as propostas de Educação Financeira, sugeridas pelo programa na escola, ou mesmo sobre a forma como o Programa Nacional para Educação Financeira vem sendo aplicada, já que este prevê espaços além das paredes escolares, sugerindo o uso dos meios de comunicação em massa como TV, sites e iniciativas privadas, no sentido de orientar os indivíduos para fins de conhecimentos sobre os produtos financeiros e os diferentes tipos de rendimentos que eles podem oferecer e sobre planejamento de vida a médio e longo prazos.

Em menor escala, houveram respostas que indicaram a intenção de abertura de negócios/empresas, o que pode ser uma maneira rentável de aplicar recursos. No entanto, mesmo para os casos em que houveram respostas apontando para a abertura de um negócio o uso do planejamento como ferramenta administrativa, torna-se imprescindível e é uma das competências propostas para a Educação Financeira.

O problema central desta investigação que é responder o seguinte questionamento: **De que modo a Educação Financeira pode promover mudanças em uma sociedade e como a escola pode atuar neste processo como agente de transformação?**

Resolvendo esse problema, chega-se a conclusão de que a Educação Financeira possibilita a capacidade de planejar sua vida não só nos aspectos referentes ao dinheiro, como também em vários outros aspectos como: compra, venda, acumulação de patrimônio, carreira profissional, planejamento familiar até a aposentadoria.

De acordo com Vieira, Bataglia e Sereia (2011, p. 62):

Neste contexto, a educação financeira desenvolve habilidades que facilitam as pessoas tomarem decisões acertadas e fazerem boa gestão de suas finanças pessoais. Esta habilidade contribui para que haja maior integração entre os indivíduos na sociedade e possibilita a ascensão de um mercado mais competitivo e eficiente.

A escola como agente de transformação de uma sociedade, sempre esteve a disposição desta sociedade fornecendo, formando mão de obra para a indústria e demais setores produtivos, e mesmo servindo de porta de entrada nas universidades. A Educação Financeira apresenta-se como um novo desafio para a escola. É algo novo na grande maioria dos países, principalmente nos países com economias mais fragilizadas. Sobre o papel da escola, Hofman e Moro (2012, p. 52) apontam que:

[...] a Educação Financeira é capaz de transformar a relação entre o sujeito e as ferramentas metrológicas de que dispõe para adaptar-se ao seu meio; e entre escola e cotidiano, elas podem limitar ou potencializar a construção de novos instrumentos, métodos e estratégias de quantificação, mensuração e formalização, bem como o aprimoramento dos já institucionalizados.

Quanto a realidade onde se deu a investigação, percebe-se uma discreta mudança comportamental e conceitual entre os participantes da investigação, alvo das intervenções da escola para fins de Educação Financeira. Dentre essas mudanças podemos apontar para o fato de os alunos terem indicado que a escola funciona como o principal veículo informativo e formador sobre a Educação Financeira. Em termos comportamentais, identifica-se por parte de alguns alunos a intenção de poupar e/ou aplicar parte de seus recursos, o que é um dos principais objetivos da Educação Financeira.

Quanto a atuação escolar, esta tem se posicionado no sentido de oportunizar vivências quanto a Educação Financeira por meio de projetos e atividades diversificadas.

São eventos com culminâncias integradoras entre família, comunidade e escola que merecem destaques para as formas de atuação da escola no contexto em que se encontra inserida.

A Educação Financeira consiste no entanto, em uma abordagem nova não só na escola onde se deu a investigação, como em todo o país, é coerente esperar para um período posterior que essas mudanças sejam verificadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção desta investigação, é de mostrar a forma como a Educação Financeira é vivenciada na Escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo, e conseqüentemente são apresentadas as estratégias de trabalho, desafios encontrados no processo e também, se faz uma avaliação da prática ao aferir a mudança de postura do alunado frente ao desenrolar das atividades pedagógicas para este fim.

A OCDE (2005), definiu a Educação Financeira como:

O processo pelo qual os consumidores/investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, por meio da informação, instrução e/ou aconselhamento dos objetivos, desenvolvem habilidades e adquirem confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas conscientes, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2005. p. 42)

Com base no conceito exposto pela OCDE, surgem as propostas nacionais para a Educação Financeira no Brasil. A Enef, que a partir de 2007, começa a apresentar as primeiras diretrizes para que se possam dar inícios a atividades mais específicas voltadas para a Educação Financeira. O alvo das políticas públicas propostas para a Educação Financeira, está além das escolas de ensino básico. Consiste em estender a proposta para a população de maneira geral por meio de parcerias com empresas, órgãos do governo e veículos de comunicação.

O papel da Educação Financeira é de munir os indivíduos de ferramentas que possibilitem seu posicionamento na sociedade e no mercado. Na sociedade, a educação financeira confere autonomia no sentido de possibilitar o planejamento da própria vida em diversos aspectos como por exemplo a formação e ampliação do patrimônio, além de independência em relação as políticas assistencialistas do governo, cada vez mais restritivas. Quanto ao posicionamento no mercado, a Educação Financeira proporciona conhecimentos sobre a necessidade de poupar, aplicar, investir e fazer circular os recursos, além de sugerir a necessidade do autoconhecimento e aproveitamento máximo dos potenciais de cada um.

A presente investigação, no entanto, é focada em estudar a forma como a Educação Financeira está inserida dentro de uma unidade escolar, de natureza privada, que já possui há alguns anos uma proposta curricular para esta finalidade.

No que diz respeito ao alcance do primeiro objetivo específico deste trabalho, que propõe *avaliar o nível de consciência financeira dos alunos e seus familiares* os instrumentos de coleta, nos permitem concluir que existe na realidade escolar, uma organização de boa parte das famílias, financeiramente se falando. Isso se reflete, por exemplo, no alto índice de adimplências, o que não é comum na região, segundo a fala da supervisão pedagógica.

Quando se investiga sobre o uso de ferramentas que conferem autonomia financeira ao educando como: estímulo a poupança de recursos e uso da mesada, percebe-se uma irregularidade considerável. Poucos são os registros de estímulo nas relações do adolescente com o dinheiro registrados nas famílias.

Pode-se concluir como iniciante o nível de Educação Financeira dos alunos e seus familiares tendo em vista a capacidade dos pais/responsáveis em articular o manejo do dinheiro por parte das crianças e adolescentes ainda não serem uma prática adotada em larga escala.

A ausência dessas práticas, que são apontadas por instituições internacionais para Educação Financeira como tendo importante significado, uma vez que é dentro de casa que tem início as primeiras relações com recursos, refletem a necessidade de um trabalho mais intenso em envolver a família nas atividades escolares para este fim. Trazer a informação de que estimular o uso consciente do dinheiro na criança e no adolescente é de fundamental relevância pra alicerçar as futuras relações deste com seus recursos, consumo, planos e metas, conforme a Enef, não é papel apenas da escola. Entretanto a escola pode estimular essa participação da família inclusive sugerindo que esta busque outros canais que orientem quanto as práticas de saúde financeira no ambiente familiar.

O segundo objetivo específico desse trabalho é *apresentar a metodologia aplicada para a Educação Financeira proposta no currículo escolar*. Neste quesito, a investigação ocorreu no sentido do currículo escolar, corpo docente, competências para Educação Financeira e inserção da família nas atividades escolares para Educação Financeira.

Os participantes da pesquisa para responder esse objetivo específico foram a gestão escolar, supervisão pedagógica e a professora específica da disciplina de Empreendedorismo, em que são trabalhadas a competências para Educação Financeira.

De acordo com os participantes, se pode concluir que há na escola um currículo específico para essas competências com propostas orientadas para a Educação Financeira, mas que não estão dispostas em uma disciplina com esses objetivos exclusivamente. Estão

inseridas na disciplina de Empreendedorismo, que objetiva dentre outras competências, a gestão de vida econômica e financeira.

Quando as competências que a disciplina pretende desenvolver, percebe-se na fala da gestora escolar, um dos pontos fortes da disciplina, que consiste em objetivar o desenvolvimento da capacidade de evitar desperdícios, o que está em total concordância com as propostas da Enef. Além do indicado pela gestão, merecem destaques as colocações da supervisora pedagógica e professora ao apontarem para a formação do aluno visando o mercado e os produtos financeiros, conforme sugerem a Enef e o Banco Central do Brasil. Neste sentido, observa-se uma concordância, mesmo que de forma despropositada, com as propostas nacionais para a formação da consciência financeira do indivíduo que vai além de lidar simplesmente com o dinheiro. Propõe o desenvolvimento da capacidade de se planejar uma vida econômica e uma trajetória profissional.

Os professores para trabalhar Educação Financeira, ou seja, irão ministrar a disciplina de Empreendedorismo, são escolhidos com base em critérios subjetivos, onde são analisadas capacidades criativas e boa relação deste professor com o dinheiro, além de experiências empreendedoras.

A participação da família na escola é estimulada por meio de projetos integradores, no entanto fica evidente que o papel conferido a família nesses projetos, são restritos a esperar e/ou financiar o desenvolvimento destes. Considerando que as famílias também necessitam de orientação para Educação Financeira, essa participação não é suficiente. Tornam-se necessárias medidas que as coloquem em papéis menos cômodos e de maior dinamismo dentro deste processo.

O terceiro objetivo específico é *investigar as estratégias didáticas aplicadas a Educação Financeira no cotidiano escolar*. Quanto ao atendimento desse objetivo específico, as estratégias apontadas para que se realize o trabalho direcionado para a Educação Financeira, se dá de uma maneira diferenciada especificamente com este tema.

São apontadas como estratégias, propostas inovadoras e motivadoras como feiras, eventos, parcerias com instituições com grande expertise em mercado e negócios e palestras educativas, além de maior incentivo para a inserção das famílias no processo. Parte desses eventos contam com a participação ativa de palestrantes ofertados pelos parceiros da escola com grande *know how* de mercado e vida financeira. A exemplo desses parceiros merecem destaque o Sebrae e o IEL.

De forma especial entre as estratégias para trabalhar Educação Financeira, merece destaque o evento Feira do Empreendedor, que é desenvolvido na segunda série do Ensino

Médio, conforme sinaliza a professora de Empreendedorismo e é trabalhado durante todo o ano letivo. A feira do Empreendedor é apenas a culminância de forma ostensiva do plano de negócios que é construído ao longo do ano letivo. Durante a realização do plano de negócios, os alunos são estimulados a conhecerem e desenvolverem habilidades como: relações interpessoais, relação com dinheiro ao cotarem preços, estipularem margens de lucratividade, custos de produção, entre outras. Trata-se da simulação da abertura de uma empresa, conforme aponta a professora participante desta investigação.

A autonomia conferida ao aluno em seu processo de desenvolvimento, coloca-o como responsável pelo sucesso de seu trabalho, o que estimula o envolvimento da grande maioria, e possibilita sua aprendizagem, conforme aponta a supervisora pedagógica.

É importante salientar que a escola não adota o referencial teórico da OCDE, e tampouco as bases nacionais para a Educação Financeira chegam a serem mencionadas em nenhum momento pelos participantes da investigação. O trabalho é realizado de forma muito independente, e segundo a equipe escolar questionada, trás resultados muito satisfatórios em termos de aprendizagem e dinamização do processo pedagógico.

Como sugestão para esse ponto em específico, aponta-se o material da Enef para a Educação Financeira, elaborado considerando as diversas competências que os alunos precisam para esta finalidade. Muitas empresas como o Banco do Brasil e o Banco Central disponibilizam materiais disponíveis de forma digital e interativos que poderiam ser uma forma dinâmica de abordar as questões referentes a finanças, plano de vida e negócios.

O quarto e último objetivo específico consiste em *verificar contribuições da escola no planejamento financeiro dos alunos e de seus familiares ao longo do processo de formação*. Os critérios utilizados para fazer a verificação ou as mudanças comportamentais dos alunos e seus familiares quanto a Educação Financeira, estiveram relacionados ao uso e/ou intenção de fazer uso de serviços financeiros, e ainda receber a devolutiva nos questionários e entrevistas estruturadas de que havia algum conhecimento no sentido desses serviços. Investigou-se também a intenção ou hábito, mesmo que de forma inicial, de poupar/aplicar parte da renda recebida.

Pode-se concluir deste objetivo, que as respostas apontaram para um sutil interesse em poupar/aplicar recursos. A mesma sutileza é verificada quando se investiga o recebimento de renda dos alunos por parte das famílias. Há respostas que apontam para o desconhecimento dos produtos financeiros e as diferentes vantagens e riscos que eles podem oferecer, mesmo os mais simples como a caderneta de poupança.

Há uma considerável representatividade de alunos que não demonstram interesse em fazer uso dos produtos e serviços financeiros, o que é preocupante tendo em vista as atuais demandas sociais e econômicas do país, onde a Educação Financeira, precisa ser considerada por conferir ao indivíduo a autonomia necessária para lidar nesse novo contexto de forma mais confortável em termos de saúde de finanças.

Houve junto a equipe de profissionais da escola, participantes da investigação, a investigação sobre registros de casos positivos que pudessem ser atribuídos as práticas pedagógicas para a Educação Financeira. De acordo com a gestora escolar, existem casos de empresas, de pequeno porte que tiveram início durante a vivência dos projetos escolares direcionados para o desenvolvimento das competências para a autonomia financeira.

Das respostas obtidas para este objetivo específico, pode-se concluir que as práticas no ambiente familiar que estimulem uma relação saudável com o dinheiro ainda são poucas e merecem ser estimuladas por meio do esclarecimento necessário aos pais/responsáveis. Não se pôde verificar se o bom posicionamento no mercado por parte dos alunos citados na entrevista pela gestora e supervisora escolar, deve-se as práticas para a Educação Financeira vivenciadas na escola, uma vez que os alunos que estão em curso, de forma representativa, não demonstram em suas respostas o atendimento das competências que indiquem uma relação sustentável com os recursos financeiros.

Após o detalhamento do atendimento dos objetivos específicos, apresenta-se a discussão do objetivo geral deste trabalho que é *analisar as contribuições da Educação Financeira na Escola SESI – Unidade Roberto Egydio de Azevedo para o desenvolvimento da consciência financeira no educando*. Conclui-se que é imprescindível para o cidadão, seja pai/responsável ou educando, o desenvolvimento das competências em Educação Financeira.

Lidar com crédito, investimentos, planejamento de vida e carreiras estão entre essas competências e elas se apresentam recorrentes nos planos de educação em muitos países na atualidade, inclusive é pauta da OCDE para promoção de desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida das pessoas. No Brasil, essas formulações de planos para a Educação Financeira aparecem com a Enef, encarregada de nortear essas práticas em todas as redes de ensino sejam privadas ou públicas.

A escola onde se deu a investigação é apontada como sendo o principal veículo de informação quanto a Educação Financeira, o que por si, constitui-se numa grande contribuição. Além desta, o trabalho desenvolvido e percebido pelo alunado como forma de estimular a autonomia, a relação com dinheiro e com o mercado de trabalho, também

fortalece o viés de contribuições da escola no sentido de preparar esses alunos para o mundo além da escola. Um mundo onde a concorrência acirrada e a vastidão de produtos e serviços de diferentes naturezas, vão requerer destes, preparo e habilidades específicas, como as que são propostas no currículo escolar.

Conclui-se que a escola vem buscando uma forma de melhor realizar suas atividades no sentido de atender as competências para a Educação Financeira, tema que é novo inclusive em escala nacional enquanto trabalho específico no ambiente escolar.

O presente trabalho é encerrado visando contribuir teoricamente, para que as questões aqui tratadas sobre a Educação Financeira, possam ser melhores compreendidas no âmbito geral da educação e portanto mais valorizadas e melhor desempenhadas enquanto ferramentas de desenvolvimento pessoal e em maior escala, de enriquecimento nacional.

RECOMENDAÇÕES

As recomendações descritas nesta investigação, são direcionadas a todos os professores do ensino básico seja em rede pública ou pconsiderivada, em especial a Rede Sesi de Ensino que forneceu os dados necessários a realização desta tese.

Recomendados a assessoria pedagógica da rede Sesi do estado de Pernambuco, para que desenvolva um trabalho focado na qualificação do professor destinado a trabalhar as competências e vivenciar os conteúdos em Educação Financeira. Que os professores sejam oportunizados em formações específicas para trabalharem com o processo de alfabetização e Educação Financeira, participando de treinamentos, debates, fóruns e palestras, entre outros que contemplem os temas relacionados as finanças, mercado, tecnologias e serviços financeiros. Que as parcerias entre empresas e órgãos governamentais e não governamentais sejam realizadas e/ou estreitadas para que as propostas nacionais para a Educação Financeira possam a dar resultados em maior escala.

Que haja na rede Sesi Pernambuco, a padronização de uma base curricular para o trabalho destinado a desenvolver as habilidades a Educação Financeira em cada nível escolar da melhor maneira, aproveitando as potencialidades de cada fase do desenvolvimento do adolescente. Que possa ser estipulado o uso de um material didático, impresso e virtual que favoreçam o trabalho no sentido de educar financeiramente os indivíduos.

Recomendamos a escola Sesi Roberto Egydio de Azevedo, a unidade pesquisada, que possa fortalecer e ampliar a participação das famílias nos trabalhos voltados para a Educação Financeira e que os alunos sejam estimulados com mais entusiasmo por meio uma maior diversidade de atividades neste sentido.

As recomendações para as redes de ensino fundamental e médio, público e privado, são para que conheçam as estratégias utilizadas na unidade estudada e apresentadas neste trabalho, e possam criar situações também dinâmicas considerando cada especificidade social, econômica e cultural, vidando sempre a importância de inserir a família de forma mais ativa no processo educacional escolar.

Aos professores alfabetizadores, recomendamos que possam buscar sempre estar se atualizando, fazendo leituras e participando das formações ofertadas pela Secretaria de Educação ou outras Instituições de Ensino, com o objetivo de melhorar cada vez mais seu conhecimento acerca do processo de alfabetização.

Que os resultados apresentados nesta tese possam servir a comunidade científica em geral e mais especificamente aos docentes, supervisores pedagógicos, gestores escolares,

Secretarias de Educação e todos os agentes responsáveis pelas políticas de ensino, para que todos entendam que a Educação Financeira é um bom caminho para o desenvolvimento econômico de um povo e que este processo precisa ser iniciado dentro da escola.

REFERÊNCIAS

- Abreu, I. (2013). *Falta de Educação Financeira: Estudo aponta que o brasileiro desconhece princípios básicos de Finanças e Investimentos*. Rio de Janeiro, Brasil; Editora Revista RI.
- Andrade, M. M. (2009). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 8ª ed. São Paulo: Atlas.
- Araújo, F. A. L., Souza, M. A. P.(2012) *Educação financeira para um Brasil sustentável evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. Trabalhos para Discussão – Brasília, Brasil*. Editora do Banco Central do Brasil.
- Aranha, M. L. de A. (2006). *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3ª Ed. São Paulo, Brasil. Editora Moderna.
- Assembleia Legislativa do estado do Amazonas. (2013). *Educação financeira no currículo escolar*. Disponível em <https://al-am.jusbrasil.com.br/noticias/1460013/educacao-financeira-no-curriculo-escolar> . Acesso em 21/04/2018
- Atkinson, A., Messy, F. (2011). *Assessing financial literacy in 12 countries. an ECD/INFE international pilot exercise*. Journal of Pension Economics and Finance, v. 10, n. 4, p. 657- 665. Disponível em: https://www.mfcr.cz/assets/cs/media/Odborne-vyzkumy_2012-05-14_Organizace-pro-hospodarskou-spolupraci-a-rozvoj-OECD-verejnila-na-svych-webovych-strankach-vysledky-studie-mereni-financni-gramotnosti.pdf. Acesso em: 20/08/2018.
- Banco Central do Brasil (2013). *Caderno de Educação Financeira*. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf Acesso em: 07/04/18

Barros, A. J. da S. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. 3ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Brasil. (1827). *Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.html. Acesso em: 01/03/2018.

Brasil, (1996). *Diretrizes e bases para a educação nacional*. Lei de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em: 07/04/2018

Brasil/COREMEC (2009). *Proposta de estratégia nacional de educação financeira nas escolas*. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_EN_EF.pdf. Acesso em 29/09/2018.

Brasil/COREMEC (2010). *Educação financeira nas escolas – Ensino médio. Bloco 1 - Livro do professor*. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_EN_EF.pdf. Acesso em 28/09/2018.

Brasil/ENEF (2011). *Estratégia nacional de educação financeira – Plano Diretor da ENEF*. Acedido em 05 novembro 2011 em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Imagens/Plano%20Diretor%20ENEF.pdf>. Acesso em 28/09/2018.

Cabral, B. B. (2013). *Educação financeira: O primeiro passo para o consumo consciente*. Acadêmico mundo Multidisciplinar. Outubro de 2013. Disponível em: < http://www.academicomundo.com.br/revista_2.html > Acesso em 11 de abril de 2018.

Cacho, M.V., Paula.J.L. (S/D) História da Educação Profissional de Jovens e Adultos no Brasil. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/381/Mylenna%20e%20Joaracy.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 01/04/2018.

Campoy, A.T.J. (2016). *Metodología de la investigación científica*. Manual para la elaboración de tesis y trabajos de investigación. Asunción, Py. Marben.

Carvalho, V. (1999). Educação matemática: matemática & educação para o consumo. Dissertação (Mestrado em Educação: Educação Matemática) — FE, Unicamp, Campinas (SP). Orientador: Maria do Carmo Domite. Disponível em: <<http://www.cempem.fae.unicamp.br/prapem/mestrado.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

Cerbasi, G. (2013). *Casais inteligentes enriquecem juntos: finanças para casais*. 2ª Edição. São Paulo, Brasil. Editora Gente.

Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (8a ed.). São Paulo, Brasil. Editora Cortez.

Cruz, S.F.(S/D) *A criança terena: o diálogo entre a educação indígena e a educação escolar na aldeia Buriti*. Disponível em: <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8079-a-crianca-terena-o-dialogo-entre-a-ducacao-indigena-e-a-educacao-escolar-na-aldeia-buriti.pdf> Acesso em:01/04/2018

D'Aquino, C. *Educação Financeira*. Disponível em <http://educacaofinanceira.com.br/escolas>. Acessado em 20/11/2017.

D'Aquino, C. (2008). *Educação Financeira: como educar seus filhos*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.

Faveri, D. B. de., Kroetz, M., Valentim, I.(2013). *Educação financeira para crianças*. Disponível

em:http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DQkI_Grt4cJ:www.aedb.br/seget/artigos12/64316569.pdf+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 24 nov. 2017

FIEPE. (2018). Federação das Industrias do Estado de Pernambuco. *Manual de conduta ética FIEPE*. Disponível em: <http://www.pe.sesi.org.br/imprensa/noticias/Paginas/Sistema-FIEPE-lan%C3%A7a-Manual-de-Conduta-%C3%89tica.aspx>. Acesso em: 29/09/2018.

Financial Literacy Around the World. (2015). *Insights From The Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey*. Disponível em: http://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf Acesso em 14/04/2018

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ª ed. São Paulo, Brasil. Editora Artmed.

Furtado, C. (2007). *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo, Brasil. Editora Companhia de Letras.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. Editora Atlas. São Paulo, Brasil.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. Editora Atlas. São Paulo, Brasil.

Halfeld, M. (2007). *Investimentos - Como Administrar Melhor seu Dinheiro*. Editora Fundamento. São Paulo, Brasil.

Hennigen, I., Gehlen, G. (2012). *Com a "vida" no vermelho: psicologia e superendividamento do consumidor*. Pesquisas e Práticas Psicossociais. São João del-Rei, Brasil.

- Hofmann, R. M., Moro, M. L. F. (2012). *Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF*. Zetetiké – FE/Unicamp – v. 20, n. 38 – jul/dez 2012. Campinas, São Paulo.
- Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. (2012). *Índice de expectativas das famílias*. Brasília, Brasil. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3233. Acesso em 29/09/2018.
- Jump\$tart. (2007). National Standards in K-12 Personal Finance Education. 3 rd Edition. Disponível em: Acesso em: 20 nov. 2017.
- Kauark, F., Manhães, F. C., Medeiros, C.H.(2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna, Brasil. Editora Via Litterarum.
- Kioyosaki, R.T.; Lechter, S. L. (2000). *Pai Rico, pai pobre: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro*. Ed. 66º, Rio de Janeiro, Brasil. Editora Elsevier.
- Kvale, S. (1996). *Interviews: An Introduction Qualitative Research Interviewing*. London. SAGE.
- Maeder, E. J. A., Gutiérrez, R.(2010). *Atlas territorial e urbano das missões jesuíticas dos guaranis: Argentina, Paraguai e Brasil*. Sevilla, Junta Andaluçia.
- Mallmann, E. I. et al. (2009). *Finanças Pessoais: Análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de Administração*. In: XII SEMEAD: Empreendedorismo e Inovação. São Paulo.
- Malhotra, N. (2006). *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 4. Ed. Porto Alegre, Brasil. Editora Bookman.
- Manacorda, M. A. (2006). *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. 10ª Ed. São Paulo, Brasil. Editora Cortez.

- Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2003). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Mascarenhas, S. A. (2012). *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Masetto, M. T. (2003) *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo. Editora Summus.
- Ministry of Education. (2010). *Financial Literacy Education in Ontario Schools*. Disponível em: [Education/Presentations/2009%20Improving_Financial_%20Literacy.pdf](#)>. Acesso em: 07 abr. 2018.
- NEFE. (2006). Nacional Strategy of Financial Education – NEFE. *High School Financial Planning Program. Instructor’s Manual*. Greenwood Village: National Endowment for Financial Education. Disponível em: <https://www.hsfpp.org/> NEFE. *High School Financial Planning Program*. Acesso em 17 de out. 2017.
- OCDE (2005). Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE. *Assessoria de Comunicação Social. OECD’s Financial Education Project*. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>> Acesso em: 19 dez. 2017.
- OCDE (2005). Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE. *Financial Education Programmes in school: Analysis of selected current programmes and literature draft recommendations for best practices*. Disponível em: Acesso em: 15 out. 2017.
- OCDE (2012). Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE. *Improving financial literacy: analysis of issues and policies*. Disponível em:<<ftp://ftp.fsb.co.za/public/Consumer%20>. Acesso em 22 dez. 2017.
- Oliveira, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Rio de Janeiro, Brasil. Editora Vozes.
- PACFL – President’s Advisory Council on Financial Literacy. (2008). *Annual Report to the President*. Disponível em: Acesso em: 15 out. 2017.

- Piletti, C., Piletti, N. *História da educação: de Confúcio a Paulo Freire*. (2013) São Paulo, Brasil. Editora Contexto.
- Pimenta, S. G., Ghedin, E. (2006). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 4. Ed. São Paulo, Brasil. Editora Cortez.
- Pistrak, M.M. (2009). *A escola-comuna*. São Paulo: Expressão Popular.
- Plano Nacional de Educação Financeira em Portugal. (2013). *Educação Financeira Entre no Currículo Escolar do Reino Unido*. Disponível em: <https://www.todoscontam.pt/pt-pt/noticias/educacao-financeira-entra-no-curriculo-escolar-do-reino-unido>. Acesso em 21/04/2018.
- Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., Paraboni, A. L. (2013) *O que influencia a alfabetização financeira dos estudantes universitários?* In: XII Seminários em Administração, 2013, São Paulo. XVI SEMEAD FEA-USP.
- Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., Paraboni, A. L. (2013). *Alfabetização financeira dos estudantes universitários: construção de um indicador e a influência das variáveis demográficas e socioeconômicas*. In: XXVI ENANGRAD. Florianópolis, Brasil.
- Prodanov, C.C., Freitas, E.C. de (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª. ed. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul – Brasil. Editora Feevale.
- Rampazzo. L. (2005). *Metodologia científica para alunos dos cursos de graduação e pós graduação*. (3ª ed.) Edições Loyola. São Paulo.
- Reis, A. (2014). *Educação financeira: uma estratégia para o desenvolvimento do empreendedorismo*. Disponível em: <https://reciprocidade.emnuvens.com.br/novapedagogia/article/view/185/206>. Acesso em 27/02/2018

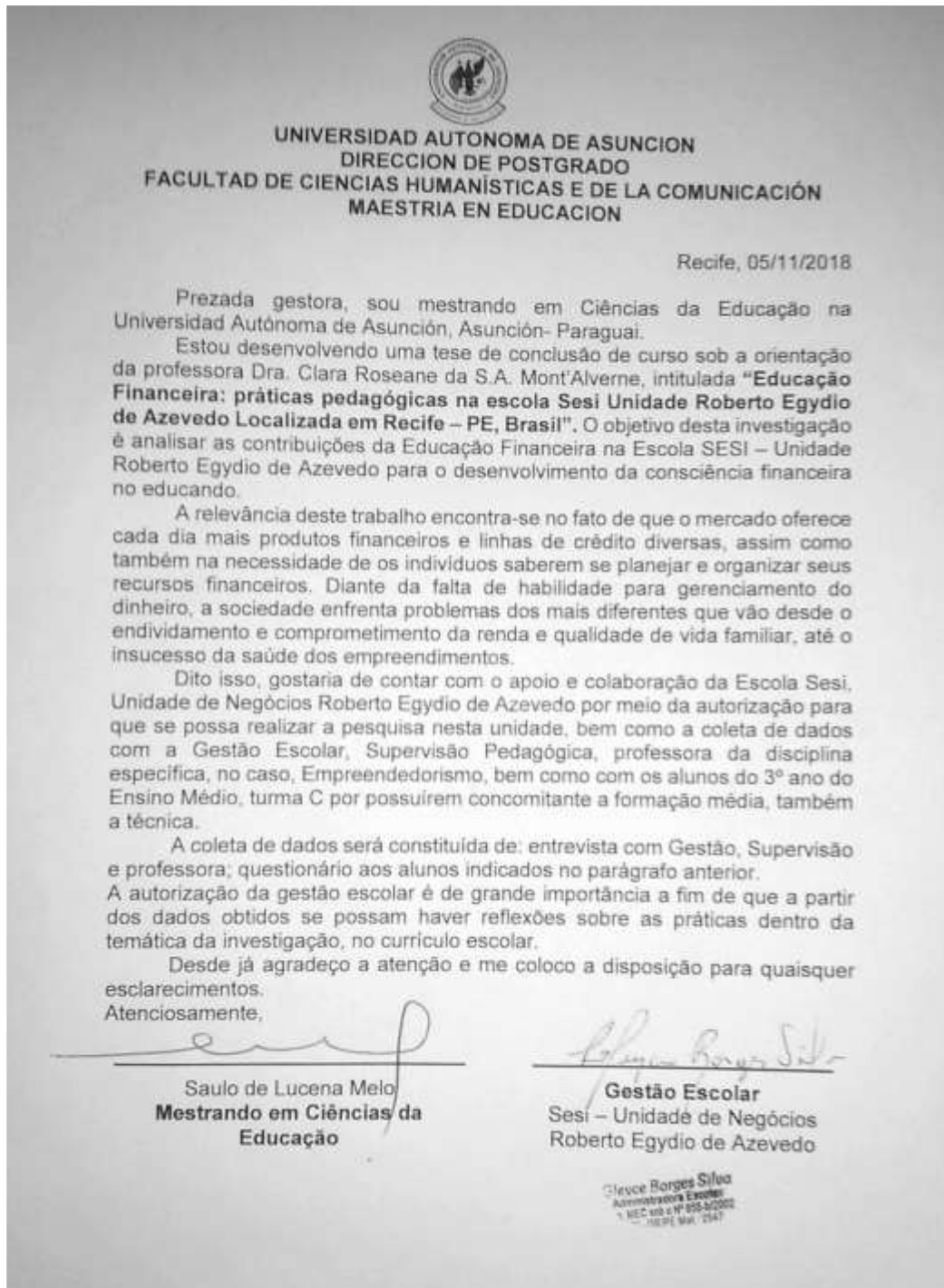
- Remenyi, D., Williams, B., Money, A., Swartz, E. (1998), *Doing Research in Business and Management*, London, Sage Publications.
- Sampieri, R. H., Collado, C. H. & Lucio, P. B. (2006). Metodologia de pesquisa. (3a. ed.). São Paulo, Brasil: McGraw-Hill.
- Savoia, J.R.F., Saito, A. T., Petroni, L. M. (2006). *A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Economico (OCDE)*. In: Seminário em Administração, 9., 2006, São Paulo. Anais... Disponível em:<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf>. Acesso em: 18/04/2018
- Seleme, L. D. B.(2012). *Finanças sem complicação*. Curitiba, PR, Brasil. Editora Ibpx.
- Silva, A. M., Powell, A. B. (2013) *Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica*. XI Encontro Nacional de Educação Matemática. Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática. Curitiba, Brasil.
- Silva, A. M., Powell, A. B. (2016). *Currículos de Educação Financeira para a Escola nos Estados Unidos*. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/download/4235/2209>. Acesso em 29/09/2018.
- Silva, N. C. da.(2012). *Matemática financeira – economia doméstica Educação financeira. 2012*. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Matemática) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Brasil.
- Suiter, M.C., McCorkle, S. (2008). *Money Math: Lessons for Life. St. Louis: The Curators of the University of Missouri*. Disponível em: Acesso em: 20 set. 2017.
- Tardif, M. (2007). *Saberes docentes & formação profissional*. 8. ed. Petrópolis, RJ, Brasil. Editora Vozes.

- United States Council For Economic Educacion. *Survey of the states: Economic and Personal Finance Education in our Nation's School 2011. Council for Economic Education.* (2012). Disponível em: < <http://www.councilforeconed.org/wp/wp-content/uploads/2011/11/2011-surveyof-the-council-the-states.pdf> >. Acesso em: 08 set. 2018.
- U.S. Department Of The Treasury. (2006). *Taking Ownership of the Future: The National Strategy for Financial Literacy.* Disponível em: <https://www.treasury.gov/about/organizational-structure/offices/Domestic-Finance/Documents/Strategyeng.pdf> Acesso em: 18 ago. 2018.
- Valente, J.A. (1999). *Formação de Professores: Diferentes Abordagens Pedagógicas.* In: J.A. Valente (org.) *O computador na Sociedade do Conhecimento.* Campinas, Brasil. Ed. Unicamp.
- Vergara, S. C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração.* 3.ed. Rio de Janeiro, Brasil. Editora Atlas.
- Vieira, S. F. A., Bataglia, R. T. M., Sereia, V. J. (2011). *Educação Financeira e Decisões de Consumo, Investimento e Poupança: Uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná.* Revista de Administração da UNIMEP, São Paulo, v.9, n.3, p. 61-84, setembro/dezembro. Paraná, Brasil. Disponível em: <http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345>. Acesso em 11/12/2018.

APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Carta enviada a gestora da instituição onde se deu a pesquisa.



APÊNDICE 2 – Entrevista estruturada aplicada junto a gestão, supervisão e professora participante da investigação.



**UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION
DIRECCION DE POSTGRADO
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS E DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN EDUCACION**

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO:

**Educação Financeira: práticas pedagógicas na escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo Localizada em Recife – PE, Brasil.
(Gestão, Supervisão e Professora de Empreendedorismo)**

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome: _____
Cargo: _____ Tempo no Cargo (anos): _____
Tempo na escola (anos): _____
Formação/Nível de formação: _____

QUESTÕES PROPOSTAS:

1- É possível identificar por parte dos alunos e das familiar comportamentos que indiquem boa relação com o dinheiro? Se sim, indicar.

2- De que maneira a Educação Financeira se encontra inserida no currículo escolar?

3- Quais os critérios para escolha do corpo docente que irá ministrar a disciplina?

4- Que competências se pretende desenvolver nos discentes por meio da Educação Financeira?

5- A escola desenvolve alguma atividade que envolva a família e busque despertar para a necessidade da Educação Financeira? Para resposta afirmativa, apontar as atividades.

6- Existem estratégias específicas para desenvolver as competências em Educação Financeira Quais?

7- A escola já registra algum case de sucesso quanto aos objetivos logrados para a Educação Financeira? Citar, caso a resposta seja afirmativa.

Assinatura: _____ Data: __/__/2018

APÊNDICE 3 – Questionário aplicado junto aos alunos participantes da investigação



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION
DIRECCION DE POSTGRADO
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS E DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN EDUCACION

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO:

Educação Financeira: práticas pedagógicas na escola Sesi Unidade Roberto
Egydio de Azevedo Localizada em Recife – PE, Brasil.
(Estudantes)

INFORMAÇÕES GERAIS

Nome: _____

Idade: _____

Tempo na escola Sesi (anos): _____

QUESTÕES PROPOSTAS

1- Você já ouviu falar em Educação Financeira? Onde? (especificar se na escola, rádio, TV, internet, etc.)

2- Possui caderneta de poupança e/ou investimentos? (especificar)

3- Esse tema (Educação Financeira) é trabalhado em sua escola? De que maneira? (apontar atividades que envolvam Educação Financeira como: eventos, feiras, palestras, exposições, entre outros)

4- Você recebe renda de seus pais e/ou responsáveis? Se sim, existe um prazo fixo, ou ocorre de forma esporádica?

5- Você guarda parte da renda recebida? De que modo se dá essa poupança, para resposta afirmativa? (especificar se em banco ou em casa)

6- Você já pensou em aplicar parte dos recursos recebidos? De que maneira?

Assinatura: _____ Data: __/11/2018